

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA E PATRIMÔNIO
CULTURAL

ENTRE O PASSADO E O PORVIR – UM ESTUDO SOBRE OS SENTIDOS DAS
RUÍNAS DA TARZAN EM SANTO AMARO-BA

TAINARA FREITAS DOS SANTOS

CACHOEIRA-BA

2024

TAINARA FREITAS DOS SANTOS

**ENTRE O PASSADO E O PORVIR – UM ESTUDO SOBRE OS SENTIDOS DAS
RUÍNAS DA TARZAN EM SANTO AMARO-BA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia como requisito obrigatório para a entrega do título de Mestra em Arqueologia e Patrimônio Cultural.

Orientadora: Profa. Dra. Thaís Fernanda Salves de Brito

Coorientador: Prof. Dr. Ricardo José Brugger Cardoso

CACHOEIRA-BA

2024

FICHA CATALOGRÁFICA

S237e Santos, Tainara Freitas dos.

Entre o passado e o porvir: um estudo sobre os sentidos das ruínas da Tarzan em Santo Amaro-BA./ Tainara Freitas dos Santos. Cachoeira, BA, 2024.
110f., il.: color.

Orientadora: Profa. Dra. Thaís Fernanda Salves de Brito
Coorientador: Ricardo José Brugger Cardoso

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes Humanidades e Letras, Programa de Pós-graduação em Arqueologia e Patrimônio cultural, Bahia, 2024.

1. Patrimônio Cultural - Proteção – Santo Amaro (BA). 2. Bahia – Patrimônio Industrial. 3. Fundação de Aço Tarzan – Memória – Santo Amaro, (BA). I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes, Humanidades e Letras. II. Título.

CDD: 363.69098142

Ficha elaborada pela Biblioteca do CAHL - UFRB.

Responsável pela Elaboração – Juliana Braga (Bibliotecária – CRB-5/ 1396)
(os dados para catalogação foram enviados pelo usuário via formulário eletrônico)


TAINARA FREITAS DOS SANTOS

**ENTRE O PASSADO E O PORVIR: OS SENTIDOS DAS RUÍNAS DA
TARZAN EM SANTO AMARO-BA**


Texto da Dissertação de Mestrado, realizado sob a orientação da Prof. Thaís Fernanda Salves de Brito, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural (PPGap), do Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Arqueologia e Patrimônio Cultural, na concentração: Patrimônio Cultural Arqueologia, Linha 3: Patrimôniocultural e identidades.

Cachoeira, 26 de abril de 2024.


FOLHA DE APROVAÇÃO:

Documento assinado digitalmente
 THAIS FERNANDA SALVES DE BRITO
Data: 28/04/2024 11:52:47-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Thaís Fernanda Salves de Brito (Orientador)
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

Documento assinado digitalmente
 SHANTI NITYA MARENGO
Data: 13/05/2024 19:09:23-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Shanti Nitya Marengo (Membro interno)
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

Documento assinado digitalmente
 JOSE ROBERTO SEVERINO
Data: 14/05/2024 08:03:31-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. José Roberto Severino (Membro externo)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

O rio quando esquece onde nasce, ele seca e morre.

Provérbio Africano

SANTOS, Tainara Freitas dos. **Entre o passado e o porvir – um estudo sobre os sentidos das Ruínas da Tarzan em Santo Amaro-BA**. 110 f. 2024. Dissertação (Mestrado em Arqueologia e Patrimônio Cultural) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2024.

RESUMO

As ruínas, conhecidas popularmente como “Ruínas da Tarzan”, estão localizadas na cidade de Santo Amaro-BA, que dista aproximadamente 80 km da capital baiana, nas proximidades da BR 420 e às margens do Rio Subaé. O prédio, construído no fim do século XIX, sediou inicialmente a Destilaria Modelo (no início do século XX), a Siderúrgica de Aço Tarzan (1945-1960) e, por fim, a Siderúrgica Santo Amaro (1960-1981). Após o encerramento das atividades industriais, o prédio foi fechado e posteriormente entregue ao poder público local. Seu instrumentário e partes de sua estrutura foram saqueados e o prédio foi sendo progressivamente arruinado, restando atualmente os vestígios de uma antiga estrutura. Em 2013, o terreno que abriga as ruínas foi doado à Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) para a instalação permanente do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (CECULT), trazendo para este lugar uma nova possibilidade de futuro. As ruínas, pela sua natureza ambígua e complexa, convergem em si uma diversidade de elementos e de temporalidades que podem ser mote para distintas análises, além de poder conotar diferentes formas e vivências pelas quais as pessoas da cidade se relacionam com o lugar. Seguindo os conceitos acerca das teorias do patrimônio (Andrade Junior, 2011; Meneguello, 2009; Menezes, 2006; Carta para o Patrimônio Industrial, 2003), é possível associar essas ruínas à categoria de patrimônio industrial. Desse modo, esta dissertação se propôs a investigar: a) as relações simbólicas e as memórias em torno dessa ruína; e b) as práticas sociais construídas e transformadas na relação entre a comunidade de Santo Amaro e as Ruínas da Tarzan, onde buscamos perceber qual lugar as ruínas ocupam na vida e na dinâmica sociocultural da comunidade santamarense, considerando principalmente a comunidade dos bairros que estão no entorno das ruínas.

Palavras-chave: Ruínas; Memória Urbana; Patrimônio Cultural; Patrimônio Industrial; Santo Amaro.

SANTOS, Tainara Freitas dos. **Between the Past and the Future – A Study on the Meanings of the Tarzan Ruins in Santo Amaro-BA.** 110 f. 2024. Dissertação (Mestrado em Arqueologia e Patrimônio Cultural) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2024.

ABSTRACT

Between the Past and the Future – A Study on the Meanings of the Tarzan Ruins in Santo Amaro-BA. The ruins, popularly known as the "Tarzan Ruins," are located in the city of Santo Amaro-BA, approximately 80 km from the capital of Bahia, near the BR 420 and the banks of the Subaé River. The building, constructed at the end of the 19th century, initially housed the Modelo Distillery (at the beginning of the 20th century), the Tarzan Steel Mill (1945-1960), and finally, the Santo Amaro Steel Mill (1960-1981). After the industrial activities ceased, the building was closed and later handed over to the local public authorities. Its equipment and parts of its structure were looted, and the building progressively deteriorated, leaving only the remnants of an old structure. In 2013, the land housing the ruins was donated to the Federal University of Recôncavo da Bahia (UFRB) for the permanent installation of the Center for Culture, Languages, and Applied Technologies (CECULT), bringing a new possibility of future to this place. The ruins, by their ambiguous and complex nature, converge a diversity of elements and temporalities that can be the subject of various analyses and can denote different forms and experiences by which the people of the city relate to the place. Following the concepts of heritage theories (Andrade Junior, 2011; Meneguello, 2009; Menezes, 2006; Charter for Industrial Heritage, 2003), it is possible to associate these ruins with the category of industrial heritage. Thus, this dissertation aims to investigate: a) the symbolic relationships and memories around this ruin; and b) the social practices constructed and transformed in the relationship between the community of Santo Amaro and the Tarzan Ruins, where we seek to understand what place the ruins occupy in the life and socio-cultural dynamics of the Santo Amaro community, especially considering the community of the neighborhoods surrounding the ruins.

Keywords: Ruins; Urban Memory; Cultural Heritage; Industrial Heritage; Santo Amaro.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Encruzilhada.....	12
Figura 2	Placa recém-colocada no terreno, com as Ruínas da Tarzan ao fundo, publicada na conta oficial do CECULT/UFRB, em 10 de novembro de 2020.....	13
Figura 3	Vista atual do fundo das Ruínas da Tarzan, onde a propaganda do Governo da Bahia encobre a já danificada placa que comunica a Área Federal.....	14
Figura 4	Vista do terreno ao fundo das Ruínas da Tarzan.....	14
Figura 5	Vista aérea do terreno das Ruínas da Tarzan.....	15
Figura 6	Vista do interior do quadrante central das ruínas.....	16
Figura 7	Vista frontal das Ruínas da Tarzan.....	16
Figura 8	Vista frontal das Ruínas da Tarzan margeada pelo Rio Subaé.....	17
Figura 9	Ação da Companhia União dos Lavradores, nº 705.....	19
Figura 10	Ruínas de Santo Amaro. Capela Jesuítica, às margens da BR 420, Santo Amaro-BA.....	29
Figuras 11 e 12	Ruínas de Santo Amaro. Capela de São Brás – Distrito de Acupe, BA 878, Santo Amaro-BA.....	29
Figura 13	Ruínas de Santo Amaro. Clube Social Irapuru – Av. Presidente Vargas, s/n, Centro, Santo Amaro-BA (Praça 14 de junho).....	30
Figura 14	Ruínas de Santo Amaro. Rua Cipriano Betâmio, nº 20, Centro, Santo Amaro-BA.....	31
Figura 15	Ruínas de Santo Amaro. Av. Viana Bandeira, nº não identificado (entre 104 e 110), Bonfim, Santo Amaro-BA.....	31
Figura 16	Ruínas de Santo Amaro. Av. Viana Bandeira, nº 68, Centro, Santo Amaro-BA.....	32
Figura 17	Ruínas de Santo Amaro. Av. Viana Bandeira, nº 359, Centro, Santo Amaro-BA.....	32
Figura 18	Ruínas de Santo Amaro. Av. Rui Barbosa, nº não identificado (entre 148 e 164), Bonfim, Santo Amaro-BA.....	33
Figura 19	Ruínas de Santo Amaro, Av. Rui Barbosa, nº não identificado (entre 205 e 213), Bonfim, Santo Amaro-BA.....	33

Figura 20	Ruínas de Santo Amaro. Rua do Amparo, nº 10, Bonfim, Santo Amaro-BA.....	34
Figura 21	Vista aérea das Ruínas da Tarzan, com delimitação dos bairros, adaptada pela autora, seguindo os limites territoriais indicados pelo Google Maps.....	45
Figura 22	Notícia da instalação da CUL.....	58
Figura 23	Dados sobre a CUL.....	59
Figura 24	Convite para assembleia de instalação da CUL.....	60
Figura 25	Licitação para compra de materiais para implantação da CUL.....	61
Figura 26	Anúncio de venda da aguardente produzida pela CUL.....	62
Figura 27	Lei que concede isenção de impostos relativos à fundição de ferro e aço a Carlos Trzan.....	63
Figuras 28 a 31	Produtos da Siderúrgica de Aço Tarzan.....	65
Figura 32	Uniforme da Siderúrgica Santo Amaro.....	68
Figura 33	Noticiário do fechamento da Siderúrgica Santo Amaro.....	68
Figura 34	Imagem que ilustra a matéria “Grupo Votorantim fecha usina siderúrgica punida pelo CIP”.....	69
Figura 35	Trecho de matéria que indica as trocas de farpas entre os envolvidos...	71
Figura 36	Trabalhadores reunidos nas proximidades da Siderúrgica.....	72
Figura 37	Publicação nas redes sociais, feita por Lívia Milena, professora e artista santamarense.....	83
Figura 38	Publicação nas redes sociais, feita por Laura Bezerra, professora do CECULT/UFRB e santamarense.....	84
Figura 39	Autora segurando uma parte da “burra” encontrada pelo morador da região.....	90
Figuras 40 e 41	“Burra” encontrada pelo morador local.....	91
Figura 42	Foto com alguns formandos da primeira turma do BICULT.....	95

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APUR	Associação dos Professores Universitários do Recôncavo
ASSEBA	Associação de Sambadores e Sambadeiras do Estado da Bahia
BICULT	Bacharelado Interdisciplinar em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas
CAHL	Centro de Artes, Humanidades e Letras
CECULT	Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas
CEU	Centro de Artes e Esportes Unificados
CIP	Conselho Interministerial de Preços
COBRAC	Companhia Brasileira de Chumbo
CUL	Companhia União dos Lavradores
ENICECULT	Encontro Internacional de Cultura, Linguagens e Tecnologias do Recôncavo
FAPESB	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPAC	Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
USIBA	Usina Siderúrgica da Bahia S/A

SUMÁRIO

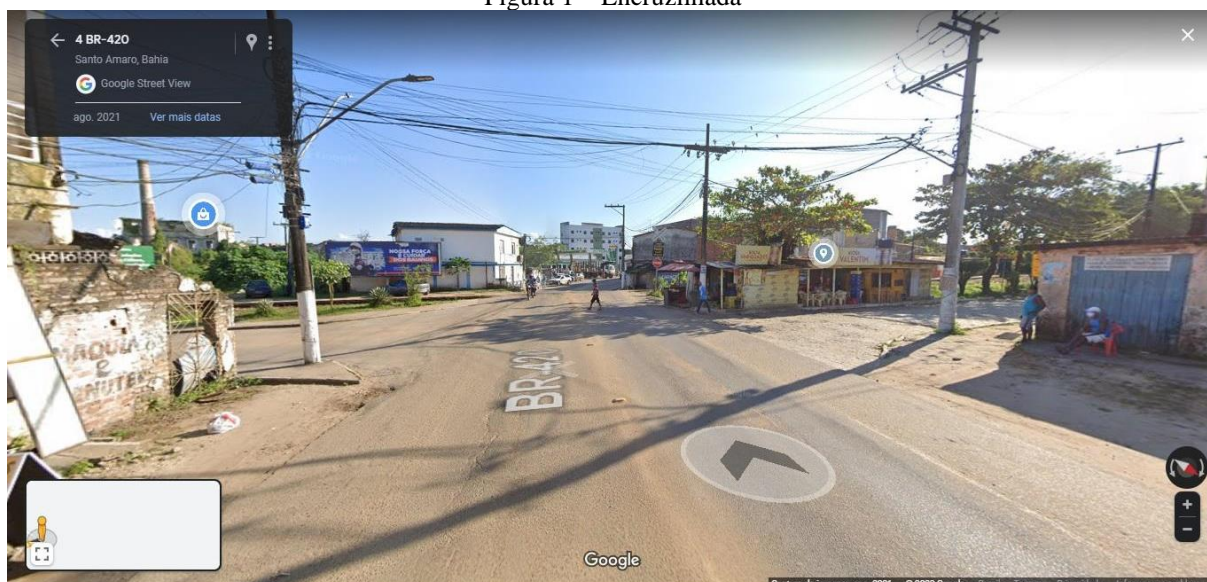
INTRODUÇÃO.....	12
1 ARCABOUÇO TEÓRICO E METODOLÓGICO.....	27
1.1 Patrimônio cultural, seu significado e os seus usos sociais.....	39
1.2 O uso de entrevista, da imagem e fotoentrevista como metodologia para apreender as vivências e dinâmicas sociais em torno das Ruínas da Tarzan....	43
1.3 Contribuições da Cartografia e do uso das tecnologias de georreferenciamento.....	53
2 “TARZAN” DO PASSADO: UMA PERSPECTIVA BIOGRÁFICA DAS RUÍNAS.....	58
3 AS RUÍNAS NO PRESENTE.....	77
3.1 A disputa pelo lugar.....	77
3.2 As práticas sociais e a vida em torno das ruínas.....	87
4 AS RUÍNAS NO FUTURO: AS PROJEÇÕES DA COMUNIDADE SOBRE O ESPAÇO.....	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
REFERÊNCIAS.....	105
APÊNDICE.....	109
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO SOBRE AS RUÍNAS DA ANTIGA SIDERÚRGICA TARZAN.....	110

INTRODUÇÃO

As Ruínas da Tarzan, ou a vista de parte dela, é possível a todos aqueles que chegam à cidade de Santo Amaro-BA pela BR 420. Para quem chega à cidade por esse caminho, cortado pela rodovia, os bairros Derba e Pilar¹ são os primeiros lugares pelos quais passamos e são eles que anunciam a entrada na zona urbana do município. Algumas casas, terreiros de Candomblé e comércios (principalmente oficinas mecânicas e bares) dão as “boas vindas” a quem chega. Logo depois, deparamo-nos com uma encruzilhada.

Essa primeira encruzilhada é a que nos conduz a outros bairros da cidade e é atravessada por um trecho da ferrovia. Também, é essa encruzilhada que nos permite vislumbrar as ruínas. Do lado esquerdo desse trecho da ferrovia temos uma rua de casas e alguns pequenos comércios. Do outro lado, o que vemos é o chão de terra, as ruínas propriamente ditas e, também, observamos algumas moradias irregulares que se estabeleceram dentro do terreno das ruínas. A vegetação varia, ora mais alta, ora mais baixa, e abraça, sem cerimônia, as paredes das ruínas, além de montes de terra e da presença de caminhões (que nos sugere que parte do terreno pode estar, deliberadamente, sendo utilizado como aterro).

Figura 1 – Encruzilhada



Fonte: Imagem do Google Street View, capturada em agosto de 2021. Printscreen feito em 19/03/2023.

A placa colocada no fim do ano de 2020, logo após um conflito envolvendo a Prefeitura de Santo Amaro e a Orbi Química, anuncia esse lugar como “ÁREA FEDERAL – Futuras

¹ Os bairros se localizam às margens da rodovia, cada um em um lado. No entanto, a partir de determinado ponto, o Derba passa a abranger ambos os lados da rodovia e a área onde estão as ruínas.

instalações do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas da UFRB”. No entanto, desde o início de 2023, essa placa não mais nos mostra essas palavras. Danificada, tudo o que podíamos ver naquela ocasião eram as letras com os finais de cada frase, além de ter sido recoberta por uma outra placa, agora, do governo do estado da Bahia, que comunica a respeito dos valores gastos em obras na BR 420. Em maio de 2023, ambas as placas já nem se faziam mais presentes.

Figura 2 – Placa recém-colocada no terreno, com as Ruínas da Tarzan ao fundo, publicada na conta oficial do CECULT/UFRB, em 10 de novembro de 2020



Fonte: Imagem retirada da conta oficial do CECULT/UFRB no Instagram².

Na Figura 3 (a seguir), embora possa parecer que o caminhão vermelho está entre as duas placas, o que ocorre, na realidade, é que a segunda placa (a do CECULT) está danificada e faltando uma parte de seus dizeres. É exatamente a danificação que torna possível ver o que está atrás dela, neste caso, o caminhão.

² Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CHa6NghlnjE/>. Acesso em: 6 abr. 2023.

Figura 3 – Vista atual do fundo das Ruínas da Tarzan, onde a propaganda do Governo da Bahia encobre a já danificada placa que comunica a Área Federal



Fonte: Acervo pessoal, 06/04/2023.

Figura 4 – Vista do terreno ao fundo das Ruínas da Tarzan



Fonte: Acervo pessoal, 16/03/2023.

Há uma diferença enorme na paisagem da Siderúrgica, se compararmos a vista dos fundos e da frente. Se o fundo se parece com um “quintal esquecido”, muito embora seja mais acessível aos transeuntes, a fachada da antiga fábrica guarda um campo de futebol, de grama bem aparada, sem acúmulo de terra ou lixo. O caminho que se faz do fundo do terreno à frente das ruínas da Siderúrgica mais parece uma trilha, dado o fato que está completamente tomado

por uma vegetação alta. No entanto, parece existir uma linha muito nítida entre “o campo” e “as ruínas”, e ao passo que as linhas laterais do campo se encerram, novamente a vegetação vai tomando conta do lugar, subindo pelos muros, portas, janelas e frestas da edificação.

Figura 5 – Vista aérea do terreno das Ruínas da Tarzan



Fonte: Imagem retirada do primeiro projeto de intervenção elaborado pelo IPHAN³.

Do lado direito, parte da fachada da edificação ruiu, interrompendo a unidade de linhas e formas presentes na sua arquitetura. Entre 2015 e 2017, quando essa pesquisa foi iniciada⁴, o interior da ruína podia ser facilmente acessado, no entanto, ao retomar ao mesmo lugar para realizar as visitas de campo, em 2023, esse acesso já não era mais possível. O verde da vegetação também se apropriou do interior vazio das ruínas, e o acesso se tornou mais complicado.

³ Disponível em: <https://ufrb.edu.br/cecult/noticias/840-concepcoes-para-o-campus-doecult-na-antiga-trzan>. Acesso em: 21 abr. 2023.

⁴ As pesquisas em torno das Ruínas da Tarzan se iniciaram dentro do Programa de Iniciação Científica, nos anos de 2015 a 2017, bem como foi o tema do meu Trabalho de Conclusão de Curso no Bacharelado Interdisciplinar em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (Santos, 2017).

Figura 6 – Vista do interior do quadrante central das ruínas



Fonte: Acervo pessoal, 14/03/2017.

Figura 7 – Vista frontal das Ruínas da Tarzan



Fonte: Acervo pessoal, 16/03/2023.

Em outro bairro da cidade, o Trapiche, temos a possibilidade de visualizar as ruínas, porém, dessa vez, a partir de sua posição frontal. No entanto, atualmente, as ruínas só podem ser vistas de forma parcial, uma vez que a vegetação que margeia o rio está alta (assim como toda a vegetação do entorno das ruínas) e encobre uma boa parte da vista. Se aos fundos o

terreno onde estão as ruínas encontra-se a via férrea, do lado oposto, ele faz limite com o Rio Subaé. A respeito dessa localização onde hoje estão as ruínas, pode-se notar o quanto sua posição na cidade é estratégica. Vale destacar, ainda, que no período em que esteve ativa a Siderúrgica, Alfredo (2019, p. 60) nos diz que o rio Subaé foi a “principal via de acesso à cidade colonial. Ali era a entrada e saída da região para a Baía de Todos os Santos, principal conexão com a capital, Salvador”. Assim, este local dispunha, historicamente, de uma posição essencial para as trocas comerciais.

Figura 8 – Vista frontal das Ruínas da Tarzan margeada pelo Rio Subaé



Fonte: Acervo pessoal, 20/03/2023.

A presença das ruínas pode implicar em diversas interpretações, uma vez que elas podem remeter ao mesmo tempo ao passado, ao presente e ao futuro. As ruínas da Siderúrgica Tarzan fazem menção a outros tempos daquela comunidade, assim como aos processos de rompimento e de transformação da trajetória de um município, outrora em desenvolvimento, onde assistiu às suas atividades econômicas irem minguando aos poucos, inclusive suas raras indústrias. As ruínas também nos chamam a atenção para as transformações pela qual o seu entorno e a cidade passaram, ao mesmo tempo em que nos permitem uma projeção de um futuro

incerto e ainda pouco palpável. Para refletir sobre essas questões, no primeiro capítulo desta dissertação propomos uma discussão acerca das ruínas, combinando conceitos teóricos e interpretações possíveis para esta categoria.

No caso da pesquisa realizada nesta dissertação, interessa-nos perceber, especificamente, quais práticas sociais alcançam as ruínas, de quais formas a sua presença impacta aqueles que moram no seu entorno (buscamos nos aproximar da ideia sobre como a comunidade percebe e interpreta a presença das ruínas) e o quanto as pessoas sabem a respeito da história do lugar. Para amparar esse processo investigativo, foi elaborado um roteiro de questões que serviram de base para as entrevistas (APÊNDICE A).

As ruínas da Siderúrgica Tarzan contam sobre uma empresa que funcionou entre os anos de 1945 e 1960. “Tarzan” é o nome pelo qual a Siderúrgica ficou mais conhecida pela comunidade santamarense, uma vez que o nome do empreendimento é TRZAN, como o sobrenome de seu proprietário. Entretanto, a história dessa edificação não começa na Tarzan. Anteriormente à Siderúrgica de Aço Tarzan, funcionou, no mesmo local, a Destilaria Modelo, fundada pela Companhia União dos Lavradores, uma oligarquia santamarense (Alfredo, 2019) que iniciou seu funcionamento nos primeiros anos do século XX, muito embora não se saiba precisamente até quando manteve suas atividades.

Posteriormente, a Siderúrgica de Aço Tarzan foi vendida ao grupo Votorantim. Nesse momento, o nome da empresa foi alterado para Siderúrgica Santo Amaro, onde funcionou entre os anos de 1960 até 1981, embora continuasse sendo chamada de Tarzan pela comunidade e por seus trabalhadores.

Figura 9 – Ação da Companhia União dos Lavradores, nº 705



Fonte: Site de leilões *Invaluable*, 2024⁵.

Essa mesma ação⁶, identificada com a numeração 0705, emitida pela Companhia União dos Lavradores, é mencionada na discussão feita por Alfredo (2019) e estava disponível no site do Historisches Wertpapierhaus em 2017. Além disso, ao examinar o site de leilões *Invaluable*, observa-se que essa ação está agrupada com outras, de numerações diferentes. Tal agrupamento sugere a presença de um conjunto diversificado de acionistas, como corroborado por manchetes de jornais posteriores. Essas evidências indicam que a Companhia União dos Lavradores (CUL) operava com base em um modelo de negócios que envolvia múltiplos investidores, possivelmente refletindo uma estrutura de participação acionária ampla e distribuída.

Considerando a sua vocação para a produção mercantil e capitalista, o edifício foi estrategicamente construído em uma localização altamente favorável a esse tipo de atividade. Como destacado nos parágrafos anteriores, sua fachada é contornada pelo rio Subaé,

⁵ Disponível em: <https://www.invaluable.com/auction-lot/compa-uniao-dos-lavradores-2841-c-6d0a1873d6?objectID=56591004&algIndex=undefined&queryID=b5d76e28f8cc1a84f3187775aa434eb9>. Acesso em: 21 mar. 2024.

⁶ Outras ações da Companhia União dos Lavradores também aparecem no site de leilão, a maioria já vendidas. Disponível em: <https://www.invaluable.com/search?upcoming=false&query=Cia.%2520Uni%25C3%25A3o%2520dos%2520Lavradores&keyword=Cia.%2520Uni%25C3%25A3o%2520dos%2520Lavradores>. Acesso em: 21 mar. 2024.

proporcionando não apenas um aspecto estético, mas principalmente vantagens logísticas. Além disso, sua posição estratégica se estende ao acesso facilitado a diferentes modais de transporte. A sua retaguarda permite a ligação direta com a ferrovia que atravessa a cidade até os dias atuais.

De acordo com Zorzo e Veras Filho (2011)⁷, a Estrada de Ferro Santo Amaro foi a quarta linha ferroviária construída na Bahia. Em 1898, a Estrada de Ferro Santo Amaro contava com 36 km de extensão, ligava-se ao município de Jacú, assim como outras ferrovias localizadas nas proximidades, operava de forma isolada, sem ligação com o município de Salvador (Pedreira, 1977). A Estrada de Ferro Santo Amaro, propriedade do estado da Bahia, segundo matérias publicadas na revista *Brasil Ferro Carril* (RJ) em 1910 e 1911 recebeu, aos poucos, novos ramais, nesses mesmos anos. Em 1939, foi incorporada à Viação Férrea Federal do Leste Brasileiro. Outra matéria, também de 1939, dessa vez publicada no *Diário da Manhã de Pernambuco*⁸, reporta a entrega da Estrada de Ferro ao governo da União, cuja pretensão era de ligá-la “às duas grandes linhas da Leste Brasileiro”.

Adicionalmente, o prédio oferece uma conexão conveniente com a BR 324, por meio da BR 420, que cruza o município de Santo Amaro e conecta-se às principais cidades do Recôncavo Baiano, abrangendo os municípios do Vale do Jiquiriçá, localizados no sudoeste do estado. Essa localização estratégica não só beneficia a produção industrial, mas também favorece a logística e a integração regional, consolidando o papel crucial do edifício no contexto econômico da região.

As ruínas, além disso, estão atualmente inseridas em uma área de convergência entre aproximadamente cinco bairros de Santo Amaro, são eles: Derba, Ilha do Dendê, Sinimbu, Santa Luzia e Trapiche, além de estarem muito próximas ao centro da cidade.

Assim como tantos outros municípios do Recôncavo baiano, Santo Amaro tem suas origens durante o período colonial, possuindo no seu território uma série de engenhos voltados à produção da cana de açúcar e cujo desenvolvimento tem suas raízes na prática e na produção econômica escravista. Conforme nos descreve Alfredo (2019, p. 105), “Santo Amaro apresentava à época um crescimento exponencial dos engenhos e da região urbana da vila em

⁷ Segundo Zorzo e Veras Filho (2011), foram sete as principais linhas ferroviárias construídas na Bahia. A primeira, iniciada em 1856, fazendo a ligação entre Salvador – Alagoinhas – Juazeiro. A segunda, iniciada em 1867, a Estrada de Ferro Central da Bahia, que ia de Cachoeira para Feira de Santana e para a Chapada Diamantina. A terceira, iniciada em 1871, a Estrada de Ferro de Nazaré, que ligava Nazaré ao município de Jequié. A quarta, a Estrada de Ferro de Santo Amaro, iniciada em 1875. A quinta, a Estrada de Ferro que ligava o estado da Bahia a Minas Gerais, iniciada em 1881. A sexta, iniciada em 1884, de Alagoinhas ao município de Timbó, ligada à Estrada de Ferro de Sergipe. E a sétima, iniciada em 1904, a Estrada de Ferro que liga Ilhéus a Conquista.

⁸ *Diário da Manhã* (PE), ed. 903, 1939.

um pequeno espaço de tempo [...] assim como todo o Recôncavo, era demasiadamente escravocrata [...]”. Ainda segundo Alfredo, no início do século XIX, os números tanto da população quanto de engenhos e alambiques eram crescentes.

Muitas décadas após o final do período escravagista e da intensa produção de cana de açúcar e aguardente, Santo Amaro viveu uma assombrosa estagnação econômica. Esse foi o período no qual a economia do município passou a ser aquecida pela chegada de algumas indústrias. No entanto, os anos de projeção de avanço econômico e desenvolvimento industrial foram breves. As indústrias aos poucos foram minguando, deixando na comunidade a frustração de um progresso interrompido e as consequências negativas e cruéis de uma industrialização precária e irresponsável.

Por Santo Amaro passaram a Siderúrgica Tarzan (1945-1960); a Siderúrgica Santo Amaro (1960-1981); a Companhia Brasileira de Chumbo – COBRAC (1960-1993), que em 1989 foi vendida e mudou o nome para Plumbum; Bacraft S/A – Indústria de Papel (1972-2005); e o único remanescente de atividade econômica industrial no município: a Penha Papéis e Embalagens (2005 até a atualidade).

Cabe aqui pontuar a passagem cruel e o rastro de destruição deixados pela COBRAC, que, durante os seus 30 anos de funcionamento, infectou e poluiu o território pelo descarte incorreto de seus resíduos e dejetos. Contaminando o solo, a água e uma grande parcela da comunidade com metais pesados, resultando em gravíssimos efeitos na saúde e na subsistência de muitas pessoas no município, assim como para o meio ambiente e a biodiversidade local. Acerca disso, existe uma série de publicações e estudos realizados, mas aqui me ateno a citar o trabalho de Marengo (2016), que nos permite refletir e investigar muitas dimensões do município de Santo Amaro, inclusive sobre esse tema especificamente.

Santo Amaro vive, hoje, uma realidade de poucos postos de trabalho. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), a população estimada do município é de 56.012 habitantes, contudo, os dados do mesmo ano informam que o percentual da população ocupada é de apenas 15,8% da população total, correspondendo ao número de 8.447 pessoas, enquanto 48,8% da população tem um rendimento *per capita* (2010) de até meio salário mínimo⁹ e, embora seja tida como “berço” da pulsante cultura baiana, à comunidade não é dada muitas opções de lazer e entretenimento, até mesmo pela ausência de aparelhos

⁹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/santo-amaro/panorama>. Acesso em: 5 maio 2023.

culturais¹⁰. Os jovens migram em busca de oportunidades de trabalho e de uma dinâmica de vida com mais possibilidades. Permanecem aqueles poucos que conseguem se inserir no restrito mercado de trabalho da cidade, mas estes ficam cientes de que as expectativas de desenvolvimento profissional não são promissoras. E, de modo geral, nota-se, de forma predominante, um profundo saudosismo de uma Santo Amaro que “poderia ter sido”.

A presente pesquisa é fruto das inquietações provocadas pela aproximação que construí com as ruínas desde 2014, a partir do ingresso na primeira turma do Bacharelado Interdisciplinar em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (CECULT/UFRB), em um *campus* recém-criado e uma universidade que acabara de chegar na cidade. O meu primeiro contato com as ruínas da Siderúrgica Tarzan se deu a partir de uma fotografia, ainda antes de me tornar aluna da UFRB. Mais adiante, ainda durante a Graduação, tanto na Iniciação Científica quanto no Trabalho de Conclusão de Curso, as fotografias da Siderúrgica foram as protagonistas dos meus interesses, junto às memórias narradas por um grupo de antigos trabalhadores desse empreendimento.

Ao finalizar a Graduação, o sentimento de ligação com as ruínas não foi interrompido. O desejo inicial de ver aquele lugar enquanto universidade e de vivenciar lá a rotina estudantil deu lugar a outras inquietações, preocupações e perspectivas, que se desdobraram na proposta trazida para este estudo, onde me interessa perceber as interpretações, os receios, as expectativas, as memórias e as projeções da comunidade acerca do lugar.

Embora o local, enquanto indústria, tenha sofrido uma abrupta ruptura na sua dinâmica, indo da produção contínua e da efervescência de seus trabalhadores ao seu esvaziamento total, a comunidade no seu entorno seguiu convivendo com a presença dessa edificação e foi testemunha do seu arruinamento. Com as atividades da Siderúrgica encerradas em 1981, nenhum outro uso de natureza pública ou privada foi dado, bem como quaisquer políticas de preservação foram direcionadas ao edifício, o que, obviamente, resultou no seu processo de arruinamento. Cabe aqui chamar a atenção para o fato de que as Ruínas da Tarzan, não são reconhecidas como patrimônio, nem a nível municipal, estadual (pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia – IPAC), nem a nível federal (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN).

¹⁰ É notório, na cidade que as experiências recreativas com as manifestações culturais são repletas de vida, mas estão, em geral, limitadas a determinadas celebrações, tais como a Festa de Nossa Senhora da Purificação (fim de janeiro e início de fevereiro), o Bembé do Mercado (primeira quinzena de maio), São João (segunda quinzena de junho) ou o Nego Fugido e os Caretas, no distrito de Acupe (domingos de julho), enquanto fica marcada uma ausência de aparelhos culturais.

Em 2013, como dito anteriormente, o terreno onde estão localizadas as ruínas foi doado pela Prefeitura de Santo Amaro para instalação permanente do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (CECULT) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Segundo a primeira proposta de implantação do CECULT, elaborada pelo IPHAN, a área é de 50.710,00m²¹¹. Conforme o site oficial do Centro, “O campus do CECULT – Santo Amaro consta no projeto inicial de implantação da UFRB (universidade criada pela Lei n. 11.151, conforme Diário Oficial de 29 de julho de 2005)”¹². No entanto, até o início de 2024, nada foi realizado naquele espaço (à exceção da colocação da placa, conforme enunciamos no início da presente dissertação).

Ao contar sobre a implantação do CECULT na cidade, Brito (2021) historiciza a forte mobilização da comunidade santamarense, a partir do movimento “Para ser do Recôncavo tem que estar em Santo Amaro”, criado em 2008 e amparado pela ata de 14 de junho de 1822, onde foi reivindicada a implantação de uma universidade na cidade de Santo Amaro. Implantar a universidade significa ter um local para o seu exercício, por isso, aquele espaço foi doado.

O professor Danillo Barata, que foi diretor do CECULT desde o período de sua implantação até meados de 2023, contou-nos acerca do processo de escolha do lugar para a implantação do CECULT, assim como dos percalços sofridos que resultaram na não iniciação das obras até o presente ano:

Quando houve o pedido da cidade, que está, na verdade, dentro do projeto de criação da UFRB em ter o *Campus* em Santo Amaro [...] a comunidade começou a se movimentar para ter [um espaço], que era uma coisa que inclusive os municípios iniciais que tiveram a Universidade, Cachoeira, Santo Antônio, Cruz, Amargosa, essas cidades nos disponibilizaram a infraestrutura necessária, desde o espaço físico provisório e espaço físico definitivo, todas elas. Então, a gente não iria para uma cidade comprar terreno para construir. Então, é uma pactuação dos entes federados, o município, o Estado e o governo federal. Então, esses entes federados participam disso. [...] Havia naquele momento também a cidade de Santo Amaro, e ela estava elegível – estava elegível como ainda está – para receber um programa PAC das Cidades Históricas. E o nosso espaço, na época, ele era um bem que estava dentro desse projeto. E, por conta disso, nós fizemos os projetos preliminares, lá em 2013, 2014. O IPHAN elaborou um projeto preliminar [...]. Na época que nós fizemos, o primeiro projeto estava girando em torno de 83,9 milhões [...]. Depois, nós tivemos a mudança com o Ministério da Cultura e na Superintendência, entrou um outro superintendente que achou que ficava muito caro, seria melhor a gente pensar em verticalizar, colocar tipo um prédio ali, do que fazer algo mais horizontal, para reduzir os custos para algo em torno de 50 milhões. Esse projeto preliminar, ele não ficou pronto, ele só teve mais ou menos um, ele posicionou basicamente onde seria. E aí, pronto, depois disso nós tivemos o golpe da presidenta Dilma. O Ministério da Cultura, logo de cara, foi meio desfeito, mas depois Temer refundou o ministério, mas

¹¹ Proposta de implantação. Disponível em: https://ufrb.edu.br/cecult/images/APR_CECULT.pdf. Acesso em: 20 jan. 2022.

¹² Disponível em: <https://ufrb.edu.br/cecult/conheca-o-cecult>. Acesso em: 20 jan. 2022.

houve um esvaziamento dessa política. De todo modo, mesmo com o esvaziamento da política em relação ao investimento das universidades, a cidade recebeu três obras do PAC. Ela recebeu a Igreja da Purificação, a Casa de Câmara e Cadeia e a Igreja que fica atrás da Casa de Câmara e Cadeia [...]. Ah, e ainda tiveram também o Arquivo Público. Foram quatro obras. E, claro, naturalmente, juntando o valor de todas essas obras, não daria nem para criar o nosso *campus* ainda. [...] De lá para cá, a gente tem a mudança do governo e tudo mais, esta obra não entrou no PAC das Cidades Históricas, a prefeitura elencou outras obras, o que para a gente é triste, porque, na verdade, essa obra poderia ter sido escolhida pela própria prefeitura como a obra preferencial. Quem indica as obras no município não somos nós, a Universidade. Quem indica é a prefeitura, e a prefeitura indicou outras obras (Danillo Barata, 2024).

O PAC Cidades Históricas é um programa governamental brasileiro lançado em 2013 pelo Governo Federal, mais especificamente pelo IPHAN, vinculado ao Ministério da Cultura. “PAC” significa Programa de Aceleração do Crescimento. A obra de restauração¹³ das ruínas, tendo em vista a instalação permanente do centro, estava prevista a partir do PAC Cidades Históricas (IPHAN)¹⁴, cujos recursos para realizar as obras devem vir do Governo Federal. Apesar da previsão e das promessas, vemos que essa espera tem sido angustiante, como pode ser percebido no relato do professor, atual pró-reitor de Extensão e Cultura da UFRB.

O programa de restauro e de construção a que Danillo Barata se refere visa promover a preservação, revitalização e valorização do patrimônio cultural e histórico de diversas cidades brasileiras. O programa envolve a realização de obras de restauração, requalificação urbana, melhorias na infraestrutura, preservação de monumentos, entre outras ações, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável dessas localidades, ao mesmo tempo em que se preserva sua identidade e memória histórica. O programa atua em parceria com governos estaduais, municipais e a sociedade civil, envolvendo diversos atores na execução das ações planejadas.

Em 2023, foi lançado o Novo PAC, com o objetivo de retomada ou de início de novas obras a ele atreladas, no entanto – e infelizmente –, a restauração das Ruínas da Tarzan não foi incluída pelo município ou pelo estado da Bahia na atual proposta. Para o Novo PAC, foi mencionada a reforma da Feira de Santo Amaro e do Mercado onde acontece o Bembé do Mercado¹⁵ (bem patrimonializado pelas esferas municipais, estaduais e federais). Todavia, em março de 2024, quando se teve o resultado dos bens selecionados para essa versão do projeto, encontramos na plataforma de consulta da Casa Civil uma única obra relacionada ao

¹³ No site institucional do CECULT/UFRB, é possível acessar duas propostas elaboradas pelo IPHAN para a implantação do *Campus*. Disponível em: <https://ufrb.edu.br/cecult/noticias/840-concepcoes-para-o-campus-do-cecult-na-antiga-trzan>. Acesso em: 20 jan. 2022.

¹⁴ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1812/>. Acesso em: 20 jan. 2022.

¹⁵ Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/iphan-ganha-reforco-para-obras-com-novo-pac-e-entrega-seis-bens-restaurados-em-2023>. Acesso em: 20 jan. 2022.

Patrimônio: o Restauro da Casa do Samba¹⁶, edifício que também está em estado de arruinamento, apesar de já ter sido restaurado há cerca de 10 anos.

A Bahia foi contemplada com 36 obras e equipamentos culturais no Novo PAC Seleções. Serão construídos 23 Centros de Artes e Esportes Unificados (CEUs) e realizadas 13 obras de restauro e requalificação de Patrimônios Culturais [...]. O Novo PAC também selecionou projetos de engenharia, arquitetura e complementares para recuperação de patrimônios culturais materiais e imateriais, com tombamento federal em 04 municípios baianos (Salvador, Itaparica, Cachoeira e Santo Amaro) (Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, 2024¹⁷).

O silêncio dos órgãos municipais diante da reabertura dos processos de financiamento de grandes obras, através do PAC, é notável. Apesar das expectativas futuras e das representações do passado que investigamos, a situação atual na área onde encontramos as ruínas nos leva a refletir sobre as ideias de Meneguello (2009) acerca do conceito de vazio urbano. Assim, surge a questão: O abandono das ruínas sugere que aquele espaço se configura como um vazio urbano? De acordo com a historiadora:

[...] os vazios urbanos estendem-se não apenas pelas antigas indústrias [...]. Estendem-se pelos empreendimentos que um dia foram desativados, sofreram a ação do tempo e, com a conseqüente degradação natural, transformaram-se em zonas consideradas mortas (Meneguello, 2009, p. 129).

Nesse contexto, entendemos que as ruínas em questão, além de estarem ligadas ao processo de desindustrialização regional, ilustram as transformações que o espaço sofre devido à falta de uso, semelhante ao modelo anterior. No entanto, Meneguello nos instiga a questionar se esses espaços realmente estão vazios ou mortos.

A autora aponta, ainda a comum invisibilização e o não reconhecimento de outros fatores ligados ao lugar. No caso da Tarzan, apesar do tamanho e da imponência de sua estrutura, é mais comumente entendido enquanto um lugar abandonado, de certo modo ofuscado, pois diferentemente dele, o seu entorno se transformou, desviando toda e qualquer atenção que pudessem alcançar as ruínas. A paisagem de abandono que circunda a edificação passou a ser mais visível, engolindo a imagem das ruínas. Assim, a reflexão a qual a autora nos convida serve de alicerce para esta investigação:

¹⁶ Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/novopac/selecoes/confira-no-seu-estado-e-municipio>. Acesso em: 18 mar. 2024.

¹⁷ Disponível em: <http://www.cultura.ba.gov.br/2024/03/22288/Cultura-da-Bahia-e-contemplada-com-36-obras-e-equipamentos-do-novo-PAC.html>. Acesso em: 18 mar. 2024.

É essa a reflexão que proponho: pode qualquer valor ser atribuído a esses lugares? São eles de fato desprovidos de valores e sentidos, ou devem necessariamente esses sentidos serem considerados como vagos, negativos, depreciados? (Meneguello, 2009, p. 131).

No nosso caso, é imprescindível atentarmos ao fato de que as Ruínas da Tarzan ocupam um lugar dentro do centro urbano de Santo Amaro, que é privilegiado para o fluxo do transporte. A presença das ruínas faz parte do dia a dia da comunidade e, de algum modo, também faz parte da experiência de turistas, visitantes e transeuntes, ao chegarem, transitarem ou saírem da cidade.

Ainda que os usos industriais das ruínas da Siderúrgica Tarzan tenham cessado há mais de 40 anos e o lugar permaneça sem intervenção dos poderes municipais, estaduais e federais, a comunidade ao seu entorno não considera tal espaço como vazio – da mesma forma, entendemos as expectativas da ocupação futura da universidade – e é exatamente em função dessa percepção que a comunidade funciona e promove uma série de práticas e de dinâmicas sociais que ainda alcançam as ruínas, fazendo parte do cotidiano dos cidadãos, permitindo-nos entender que esse espaço não é morto, além da presença da universidade como agente nessas práticas, ainda que somente na expectativa.

A pesquisa buscou os significados que foram construídos em torno das Ruínas da Tarzan, por isso, consideramos importante investigar, sobretudo, as práticas sociais, as relações construídas entre a comunidade e as ruínas e como são cunhadas as noções de patrimônio nessas práticas e relações, além de perceber como as vivências coletivas, as interpretações do espaço e as narrativas das pessoas que vivem no entorno nos possibilitam compreender e discutir a respeito dessas relações, em consonância com a discussão teórica proposta.

É fato que a capacidade das ruínas em atravessar as diversas temporalidades e a complexidade desse objeto aponta para as relações que as envolvem. Nesse sentido, certamente as ruínas carregam consigo experiências e vivências que nos ajudam a discutir os processos de construção das identidades dos sujeitos e da comunidade, tendo em vista a multiplicidade de elementos e questões que permeiam o objeto em estudo.

Para esta investigação foram realizadas entrevistas com a comunidade vizinha às ruínas, entendendo que não haveria forma mais efetiva de adentrar o universo das experiências e interpretações pessoais, senão a partir da própria experiência e das narrativas da comunidade sobre o espaço, fazendo uso, inclusive, da fotografia, considerando as suas potencialidades enquanto objeto gerador de conhecimento, instrumento metodológico detonador de memórias e, por fim, como uma ferramenta possível para a prática da educação patrimonial.

1 ARCABOUÇO TEÓRICO E METODOLÓGICO

Tudo o que se constrói é passível de ser alcançado pelo estado de arruinamento, seja um objeto ou um edifício. As formas de perceber, interpretar e lidar com as ruínas e edificações em processo de assolamento são diversas, podem ser ignoradas, esquecidas, invisibilizadas, destruídas, restauradas, apreciadas, estudadas...

Fato é que tijolos, concretos e telhados, há muito tempo, servem à humanidade e, dessa forma, as edificações que foram construídas durante toda a história passaram a guardar consigo parte daquilo que é humano, como saberes, crenças, hábitos, vivências e práticas culturais. Justamente por esse motivo, algumas ruínas alcançam o reconhecimento, enquanto outras são relegadas ao esquecimento. Ao redor do mundo, diversas ruínas receberam o título de Patrimônio Mundial da Humanidade pela UNESCO. Alguns exemplos são as ruínas do Parque Nacional Mesa Verde (Estados Unidos), de Pompeia (Itália), do templo Angkor Wat (Camboja) e da cidade de Machu Picchu (Peru). No Brasil, as ruínas de São Miguel das Missões (RS) são um bom exemplo, entretanto, vale observar que os processos relativos à preservação e patrimonialização desses (e de outros) lugares nem sempre são efetivos e ocupam frequentemente lugares de disputas e tensões.

Halbwachs (2006) nos convida a pensar acerca de como a materialidade e a imagem do ambiente ao nosso redor fazem parte de nós, de modo que adaptamos o espaço a nós mesmos e nos adaptamos ao espaço, com suas características e peculiaridades. Apesar dessa adequação, a relação entre o espaço e o indivíduo está sujeita a contínuas transformações. Situações intensas de conflito, de dor ou até de alegria estão presentes nesse processo. E, da mesma forma como o sujeito pode se transformar nessas situações, a sua percepção acerca do lugar também pode ser transformada.

A arquitetura está presente no cotidiano dos homens. Segundo Rossi (2001, p. 3), “a arquitetura é a cena fixa das vicissitudes do homem, carregada de sentimentos de gerações, de acontecimentos públicos, de tragédias privadas, de fatos novos e antigos”. Contudo, também não podemos nos esquecer que as vivências individuais, as subjetividades e particularidades de cada sujeito, coexistem no espaço com a coletividade. Rossi (2001) nos convida a um importante debate a respeito das questões ligadas à memória coletiva. Em diálogo com Halbwachs, afirma que:

[...] a própria cidade é a memória coletiva dos povos; e como a memória está ligada a fatos e a lugares, a cidade é o “locus” da memória coletiva. Essa relação entre o

“locus” e os cidadãos, torna-se, pois, a imagem predominante, a arquitetura, a paisagem; e, como os fatos fazem parte da memória, novos fatos crescem juntos na cidade. Nesse sentido, de todo positivo, as grandes ideias percorrem a história da cidade e a conformam (Rossi, 2001, p. 198).

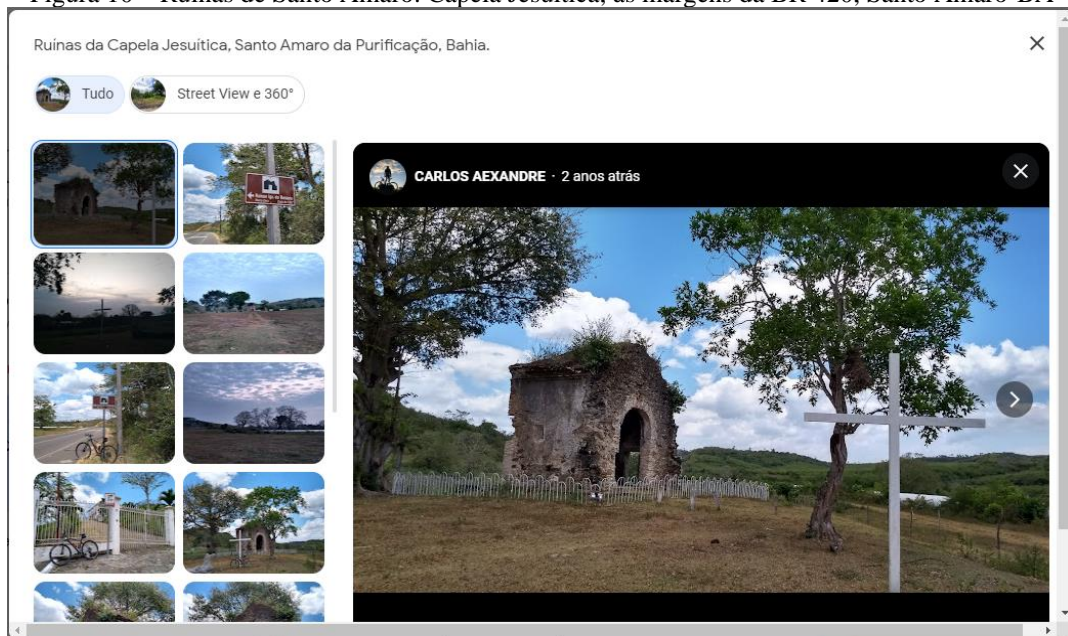
Na trajetória de existência das construções nas cidades, o destino, os caminhos e as possibilidades das edificações e daqueles que a habitam são inúmeras. E, para além das ações não planejadas, ou até mesmo as ações naturais ao desenvolvimento e à adaptação do cotidiano do homem, alguns acontecimentos podem servir, muitas vezes, a objetivos específicos e planejados. Por outro lado, também ocorre que as edificações estão sujeitas a perder o sentido para a sua comunidade. Mediante todos esses fatores, as edificações estão continuamente vulneráveis e passíveis a um desleixo em sua manutenção, ao abandono, à reforma, ao restauro, ao desabamento, à demolição ou, talvez, ao arruinamento.

O município de Santo Amaro possui uma série de prédios, casas e sobrados em ruínas, cujas edificações narram vários períodos de sua existência, desde o testemunho colonial, passando pelos primeiros anos da República, até os exemplares que parecem ser do momento em que a industrialização era uma promessa de desenvolvimento econômico. Visando ao amadurecimento desta pesquisa e à construção de um projeto fotográfico acerca das ruínas da cidade, no dia 1º de maio de 2023, em aproximadamente 2 horas de caminhada na cidade, saindo do bairro Sinimbu em direção ao bairro Caixa D'água, pude registrar ao menos sete ruínas. Posteriormente, em outros momentos, também caminhando pela cidade, pude recordar outras edificações, como as ruínas da Capela do Rosário¹⁸ e as ruínas da Capela de São Brás¹⁹, que não registrei em imagens num primeiro momento, além de também encontrar outras ruínas – vale aqui pontuar que todas as vezes que percorro as ruas da cidade, surpreendo-me, pois sigo encontrando tantas outras edificações em estado de arruinamento.

¹⁸ Conforme placa de sinalização posta às margens da BR 420 e também conforme Alfredo (2019), que menciona a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (IBGE, 1953), a capela tem sua construção no ano de 1557.

¹⁹ Segundo o Inventário de Proteção do Acervo Cultural do IPAC (1982), a construção é datada do final do século XVII.

Figura 10 – Ruínas de Santo Amaro. Capela Jesuítica, às margens da BR 420, Santo Amaro-BA



Fonte: *Printscreen* da página do Google Local Guide²⁰.

Figuras 11 e 12 – Ruínas de Santo Amaro. Capela de São Brás – Distrito de Acupe, BA 878, Santo Amaro-BA



Fonte: Humberto Diniz, 2010²¹.

²⁰ Acesso em: 2 maio 2023.

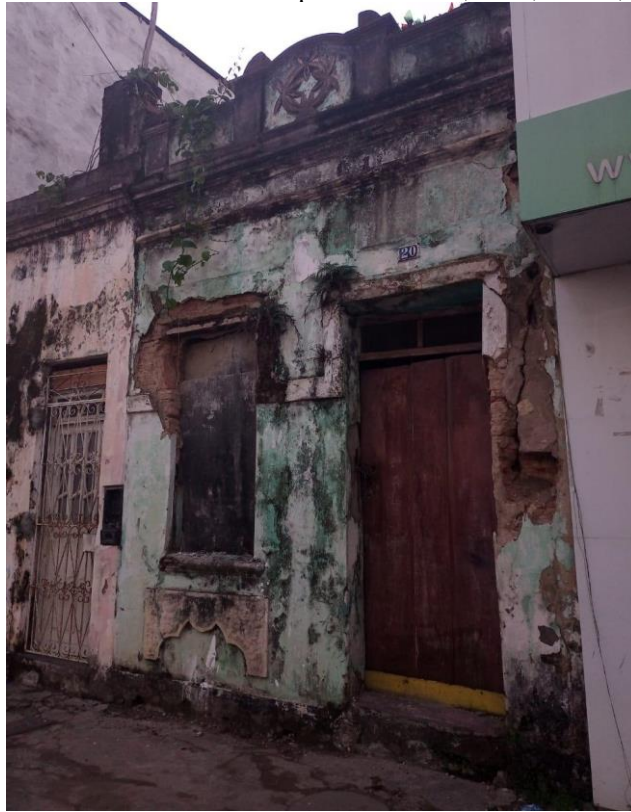
²¹ Disponível em: <https://shre.ink/rpbG>. Acesso em: 2 maio 2023.

Figura 13 – Ruínas de Santo Amaro. Clube Social Irapuru – Av. Presidente Vargas, s/n, Centro, Santo Amaro-BA (Praça 14 de junho)



Fonte: Acervo pessoal, 15/04/2022.

Figura 14 – Ruínas de Santo Amaro. Rua Cipriano Betâmio, nº 20, Centro, Santo Amaro-BA



Fonte: Acervo pessoal, 01/05/2022.

Figura 15 – Ruínas de Santo Amaro. Av. Viana Bandeira, nº não identificado (entre 104 e 110), Bonfim, Santo Amaro-BA



Fonte: Acervo pessoal, 01/05/2022.

Figura 16 – Ruínas de Santo Amaro. Av. Viana Bandeira, nº 68, Centro, Santo Amaro-BA



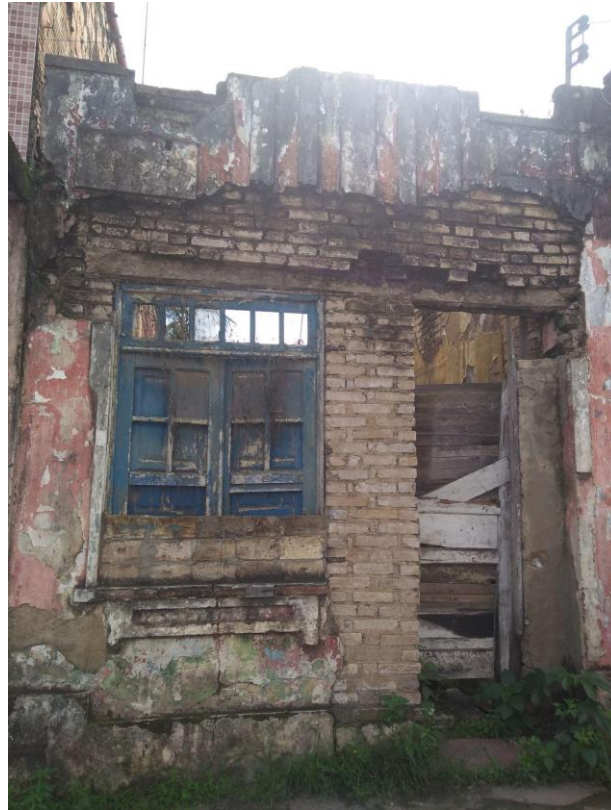
Fonte: Acervo pessoal, 01/05/2022.

Figura 17 – Ruínas de Santo Amaro. Av. Viana Bandeira, nº 359, Centro, Santo Amaro-BA



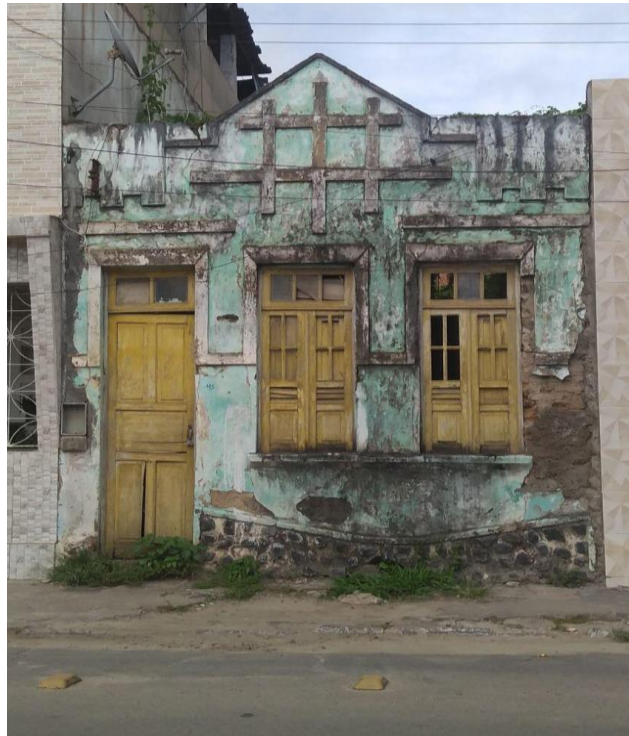
Fonte: Acervo pessoal, 01/05/2022.

Figura 18 – Ruínas de Santo Amaro. Av. Rui Barbosa, nº não identificado (entre 148 e 164), Bonfim, Santo Amaro-BA



Fonte: Acervo pessoal, 01/05/2022.

Figura 19 – Ruínas de Santo Amaro, Av. Rui Barbosa, nº não identificado (entre 205 e 213), Bonfim, Santo Amaro-BA



Fonte: Acervo pessoal, 01/05/2022.

Figura 20 – Ruínas de Santo Amaro. Rua do Amparo, nº 10, Bonfim, Santo Amaro-BA



Fonte: Acervo pessoal, 24/04/2023.

É comum a presença de inúmeras ruínas nas áreas centrais das cidades na contemporaneidade e em Santo Amaro não seria diferente. Ruínas de diversos tipos podem ser encontradas, algumas são relegadas ao esquecimento, outras acabam por ser estigmatizadas, podendo permanecer enquanto ruína por um longo período de tempo, até que seja destruída por completo (pelo tempo, natureza ou ação do homem, separadamente ou em ação conjunta).

Outras ruínas, por sua vez, podem ser restauradas, e a algumas construções arruinadas podem ser atribuídos novos usos, enquanto outras podem ser destacadas pela sua historicidade ou valor artístico e se tornarem amplamente conhecidas como, por exemplo, aquelas que se tornam pontos turísticos. Para Brandi, o que pode ser considerado como ruína está naquilo que sofre as intempéries e os desgastes do tempo.

[...] só se poderá chamar de ruína algo que testemunhe um tempo humano, mesmo que não seja exclusivamente relativo a uma forma perdida e recebida pela atividade humana. [...] Ruína será, pois, tudo aquilo que é testemunho da história humana, mas com um aspecto bastante diverso e quase irreconhecível em relação àquele de que se revestia antes (Brandi, 2004, p. 65).

É impossível pensar sobre ruína e não ter uma imagem mental construída, onde a questão estética é imediatamente associada. No caso de edifícios, as paredes com suas estruturas gastas e expostas, a ausência total ou parcial de portas, janelas e telhados, as cores desbotadas,

a vegetação que vai se apossando vagarosamente, mas sem clemência... Talvez essa seja a sua característica mais marcante, pois são essas características que indicam mais rapidamente a passagem do tempo. Para alguém que não tenha determinada uma ruína no seu cotidiano, a visualidade pode ser a primeira e, por vezes, a única forma pela qual se dá o contato entre as ruínas e o sujeito. A respeito das ruínas, Riegl²² (2006, p. 73), afirma que:

A ruína torna-se cada vez mais pitoresca em função do número de suas partes atingidas pela degradação. A extensão do valor de antiguidade diminui à medida que a destruição progride e repousa sobre um número mais reduzido de elementos; em contrapartida, a força desse valor aumenta à medida que os elementos resistem, produzindo uma impressão mais profunda sobre o espectador.

Segundo Riegl, o valor de antiguidade é que compreende um maior número de monumentos, uma vez que “manifesta-se, à primeira vista, pelo seu aspecto não moderno” (2006, p. 69). Algumas ruínas se tornam monumentos. Nesse caso, normalmente são atribuídas certas características físicas ligadas ao valor de antiguidade, como o respeito ao desgaste, a falta de integridade, a imperfeição, a dissolução parcial de algumas características da obra, porquanto é preciso que ela não desapareça por completo, mas ainda guarde consigo traços da sua forma original. Toda obra humana está sujeita ao desgaste e é a intensidade desse desgaste que pode dotar determinada obra ou monumento de valor de antiguidade. Para certas ruínas se tornarem monumentos, é preciso que:

Os traços dessa atividade destrutiva permitem reconhecer que um monumento não é recente, mas pertence a um passado distante; a possibilidade de perceber claramente esses traços, condiciona, portanto, o valor de antiguidade desse monumento (Riegl, 2006, p. 71).

É fato que as ruínas possuem uma natureza ambígua e complexa, convergem em si uma diversidade de elementos e temporalidades, que podem ser mote para distintas análises.

As ruínas arquitetônicas são restos de algo que não conhecemos exatamente, de algo que alguma vez esteve ali, pleno de sentido e funcionalidade, mas que agora somos incapazes de reconstruir. As ruínas se traduzem por fragmentos, partes inconexas que escapam a uma visão de conjunto ou relato, um saber organizado e racional. Por esta razão incitam a imaginação, para que esta recomponha os fragmentos como um quebra-cabeça de peças que faltam (Sousa Junior, 2017, p. 136).

²² Alois Riegl (1858-1905) – “Austriaco, foi um dos fundadores da historiografia de arte moderna e da história da arte como disciplina [...] trabalhou como curador do Museu de Artes Aplicadas de Viena [...] professor na Universidade de Viena, onde fundou a Escola Vienense de História da Arte. Em 1902 foi nomeado presidente da Comissão de Monumentos Históricos da Áustria [...]”. Disponível em: <https://www.almedina.net/autor/alois-riegl-1564157646>. Acesso em: 10 mar. 2022.

Ao aspecto físico da ruína, é atribuído por Riegl e frequentemente citado o termo “pitoresco”. Essa característica se constrói de forma muito particular e, no que diz respeito a essa noção de pitoresco, a qual Riegl se refere, vale mencionar o que é apresentado por Ruskin (2008, p. 77)²³:

[...] em arquitetura, a beleza acessória e acidental é muito frequentemente incompatível com a preservação do caráter original [da obra]; o pitoresco é assim procurado na ruína, e supõe-se que consista na deterioração. Sendo que, mesmo buscado aí, trata-se apenas da sublimidade das fendas, ou fraturas, ou manchas, ou vegetação, que assimilam a arquitetura à obra da Natureza, e conferem a ela aquelas particularidades de cor e forma que são universalmente caras aos olhos dos homens. Na medida em que isso acarreta o desaparecimento das verdadeiras características da arquitetura, trata-se do pitoresco [...]. Mas na medida em que possa tornar-se compatível com o caráter inerente da arquitetura, o pitoresco ou a sublimidade extrínseca terá exatamente essa função, mais nobre nela do que em qualquer outro objeto: a de evidenciar a idade do edifício – aquilo que, como já foi dito, constitui sua maior glória; e, portanto, os sinais exteriores dessa glória [...].

O pitoresco, para Ruskin, um conservacionista, permite considerar que uma característica intrínseca à ruína diz respeito àquilo que é resultado entre o belo (ou planejado) e o acidental – os acréscimos, as transformações ou a perda de determinadas características em virtude do tempo e da interferência da natureza – e/ou enquanto característica que qualifica a obra arquitetônica, que confere ao edifício (ou ruína) o seu valor, como sinal da sua plenitude, portanto, é a presença das marcas e dos sinais da passagem do tempo.

Ruskin (2008) defende que as construções devem carregar consigo as marcas e sinais da passagem do tempo. Para ele, há mais beleza e dignidade nessas marcas do que nas tentativas de “consertá-las”, pois as reparações feitas no restauro incorporam mentiras ao edifício. Segundo o autor, é mais digno que o edifício venha a arruinar-se ao longo do tempo, mantido em pé com os recursos disponíveis e possíveis (ainda que não sejam esteticamente agradáveis), até que venha a “morrer” de forma digna, do que ter mentiras incorporadas a sua estrutura e memória, pela restauração.

Apesar do olhar político e poético de Ruskin para as ruínas, fato é que elas podem ser vistas como sinal do abandono, da decadência, do fracasso, como ruptura com uma possibilidade de avanço e progresso, como sintoma da necessidade de ações visando a uma reestruturação urbana, mas também como extensão e fragmentos da presença de um passado cuja materialidade atravessa o tempo e testemunha a ação humana, o que atribui às ruínas um caráter de historicidade e memória, além de se projetar de forma incerta no futuro.

²³ John Ruskin (1819-1900) – Foi escritor, poeta e crítico e também “foi o principal teórico da preservação na Inglaterra do século XIX” (Pinheiro, 2008, p. 9).

As ruínas são a prova irrefutável de algo que existiu ou aconteceu em outro período, o qual não poderia de forma alguma ser plenamente reproduzido. Antes de tornar-se ruína, o uso e a função que determinada construção possuía originalmente constitui uma parte importante do desenvolvimento de determinado lugar ou, ainda, para uma parcela ou setor dessa comunidade. Não é difícil pensar em como qualquer ruína, em seu pleno uso e funcionamento, certamente ocupou um lugar e fez parte de um contexto muito específico de determinada localidade.

As Ruínas da Tarzan, objeto deste estudo, são hoje os vestígios daquilo que foi antes, neste caso, a Destilaria Modelo, a Siderúrgica de Aço Tarzan e a Siderúrgica Santo Amaro. Essas empresas, em seu período de plena atividade, marcaram a dinâmica econômica e social do município de Santo Amaro, e no seu processo de existência e extinção trouxeram à comunidade santamarense, bem como ao próprio município, uma série de transformações: no espaço, na economia, nas relações, e também nas subjetividades e nos afetos. No que diz respeito às ruínas, Fortuna e Meneguello (2012, p. 233) afirmam que:

Quaisquer que sejam, das mais imponentes às mais singelas, as ruínas são traços de uma história social suspensa. Constituem símbolos e marcas físicas da mudança das nossas sociedades ao longo do tempo; testemunham em pedra um passado que não pode ser mais visitado ou compreendido como um todo.

Os caminhos são inúmeros quando se referem às ruínas, desde à causa, à sua permanência em determinado território, ao fim a que são destinadas. Cada uma dessas dimensões é formada por inúmeras possibilidades. Se nos debruçamos sobre os motivos que levam a um edifício a tornar-se ruína, podemos facilmente pensar em várias situações. O abandono e o posterior arruinamento de uma construção, por exemplo, podem estar ligados à falta de investimentos e de ações de preservação voltadas a esse bem ou, no caso específico de bens privados, à falta de manutenção ou à falência. Outros possíveis fatores são os fluxos migratórios ou até mesmo o acometimento de catástrofes.

O processo de degradação e de arruinamento de uma construção ainda pode estar relacionado aos processos planejados e intencionais que servem, muitas vezes, a objetivos específicos, como especulação imobiliária ou aos interesses de alguém (de modo individual ou coletivo) no esquecimento de alguma situação ligada ao edifício.

E não se pode falar de ruínas sem falar de tempo, uma vez que se trata de um elemento que converge em si temporalidades distintas. As relações particulares que as ruínas estabelecem com o tempo são mediadas e também criadoras dos processos que serão aqui discutidos:

significados, discursos, poder, esquecimento e memória. Rodrigues (2017) entende as ruínas como um objeto que:

[...] a partir da ambiguidade de sua própria materialidade que remete simultaneamente: à presença e à ausência; à continuidade e à descontinuidade; à permanência e à efemeridade. A problemática de enfrentamento com a realidade do arruinamento encerra evocações à passagem do tempo, às perdas, à destruição e ao abandono (Rodrigues, 2017, p. 62).

Ainda conforme Rodrigues (2017, p. 40), no Decreto Lei n. 25/1937, “a definição do que constitui o patrimônio nacional não faz alusão às ruínas e tampouco a uma especificação sobre o estado de conservação dos bens a serem tombados”, contudo, as ruínas assim como qualquer outra categoria do patrimônio, fazem parte de um campo de disputa e tensões.

Nesse sentido, Abreu (2020) lembra que, em um primeiro momento, as escolhas sobre o que deveria ser preservado dizem respeito ao processo de construção da identidade da nação e não se podem deixar de lado que aquilo que se preservava, no limite, referia-se a uma valorização do passado, ao mesmo tempo que apontava uma inspiração para um projeto de futuro. Portanto, se as ruínas eram vistas como restos e cicatrizes, não era isso que se desejava proteger e evidenciar. Apesar disso, ainda segundo Rodrigues (2017), nos anos seguintes à criação do IPHAN até a atualidade, as ruínas que foram então tombadas são inscritas no Livro do Tombo Histórico.

A explícita aceitação e reconhecimento do estado de arruinamento como uma característica que poderia conferir ou agregar algum valor (histórico ou estético) a um monumento não está em pauta nos debates e legislações brasileiras. Equivocadamente pode-se configurar um entendimento de que não haja bens em ruínas de valor cultural em nosso território nacional. Contudo, no rol dos monumentos nacionais, há conjuntos em ruínas e os mesmos passaram por algum tipo de valorização (Rodrigues, 2017, p. 42).

A realidade que vive Santo Amaro, nos dias atuais, mostra-nos que muitos imóveis e construções seguem tornando-se ruínas, somando-se a outras que há muito tempo já existem e que continuam sem nenhuma atenção voltada para si, seja com o intuito de restauro/reforma, adaptando-os para novos usos, seja enquanto objeto portador da memória de um grupo ou comunidade. E é sobre essa intersecção entre espaço, ruínas e vida coletiva que vamos nos dedicar na próxima seção.

1.1 Patrimônio cultural, seu significado e os seus usos sociais

Se levarmos ao pé do termo, podemos considerar patrimônio aquilo que entendemos como uma espécie de herança que nos foi deixada pelas gerações que nos antecederam. Reconhecer essa herança é uma forma de se vincular às referências, à identidade, à ação e à memória de uma coletividade.

Portanto, pela ótica do patrimônio, pensar nas Ruínas da Tarzan nos conduz a considerar a trajetória do conceito e a dualidade de debates entre “preservação e destruição”. Além dessa dualidade que norteia as discussões sobre o conceito de patrimônio, nos últimos anos temos vivido um desdobramento do termo pelas dimensões histórica e artística, relacionadas aos conceitos de pertencimento e identidade. Com isso, seguimos com Zanirato (2009, p. 137) para quem “o patrimônio é compreendido como os elementos materiais e imateriais, naturais ou culturais, herdados do passado ou criados no presente, no qual um determinado grupo de indivíduos reconhece sinais de sua identidade”.

Ao passo que se iniciam as discussões sobre patrimônio no Brasil, quanto ao que se deve ou não ser preservado, lembrado e também projetado ao futuro, o decreto de criação do IPHAN, “trouxe, junto com a concepção de patrimônio fundado nos valores de monumentalidade e excepcionalidade, o tombamento e o restauro como instrumentos de preservação” (Nogueira, 2014, p. 56). Conforme Menezes (2009), o tombamento, por sua vez, apresentou-se como o instrumento mais viável para a proteção desses bens, considerando a complexidade da relação entre público e privado.

No Brasil, é amplamente conhecido o fato de que os bens materiais ou “de pedra e cal” foram priorizados por muito tempo, a partir de um viés extremamente elitista, em detrimento de outros bens, como o que nós entendemos, hoje, por patrimônio imaterial e que, anteriormente, era referido simplesmente por cultura popular.

Apesar de múltiplas formas de se relacionar com os bens tidos como patrimônio, os “gestos patrimoniais” são apresentados por Abreu (2020) como sempre pautados pela lógica de salvar determinados bens da destruição, ou seja: pelo perigo oferecido pelo Ocidente a determinadas tradições ou pela proteção de territórios ou espaços públicos, por exemplo.

Toda ruína conserva algo que pode ser importante para alguém ou para algum grupo. Nesse sentido, as ruínas englobam discussões sobre pertencimento, identidade e direito à memória. A memória, por sua vez, é apontada como um campo múltiplo e conflituoso. Segundo Nogueira (2014), culmina na ideia da “obsessão pelo patrimônio”, onde tudo precisa ser

patrimonializado, preservado e lembrado, pelo medo da perda e da destruição da memória. O autor ainda traz o entendimento da memória enquanto categoria que, apesar de se referir ao passado, “o tempo da memória é o presente porque são as demandas do presente que mobilizam a memória” (p. 61).

Direta ou indiretamente, positiva ou negativamente, as ruínas apresentam inúmeras formas pelas quais podem ser estabelecidas relações com a comunidade. Se, por um lado, pode se tornar uma área perigosa e provocar uma relação de incômodo e insegurança para um determinado grupo, também pode ser elemento de fantasia e imaginação para outros e, ainda, pode significar lugar de memória para muitos.

Menezes (2009) discute sobre a noção de pertencimento, que pode ser identificada a partir do tipo da relação que os sujeitos estabelecem. Para diferentes grupos de indivíduos, diferentes percepções, relações e significados quanto ao espaço são postos, assim, as relações variam, sendo que elas podem ser de ordem cotidiana ou ser resultado de relações efêmeras e pontuais, como no turismo, por exemplo. Conforme o autor, essa distinção nas relações resulta em diferentes formas de fruição desse bem, que varia conforme o contexto que está inserido e os conjuntos de práticas sociais às quais ele pertence.

Nesse sentido, seguindo os passos de Menezes (2009), entendemos que a conexão entre o sujeito e o bem é mediada pela relação intrínseca entre materialidade e imaterialidade. E esse é um fator essencial para a nossa reflexão, porque, como afirma em outro momento, “sem as práticas sociais, não há significados sociais. Mas também não há significados sociais sem vetores materiais” (p. 37), ou seja, para o autor, é borrada a distinção entre patrimônio material e imaterial, como normalmente operam as agências institucionais.

No que diz respeito à eficácia dos gestos patrimoniais, Abreu (2020) enfatiza a importância da adesão aos processos pelos sujeitos, a partir do reconhecimento dos sujeitos nesse processo. Assim, para a antropóloga é o pertencimento que pode mobilizar o sujeito frente às questões inerentes à preservação do patrimônio e, também, ao que se entende como patrimônio, portanto, aos modelos de conservação de determinados bens.

Desse modo, o fundamental é o envolvimento social, tema que Zanirato (2009) chama atenção. Para ele, a forma em que as relações são estabelecidas, o modo como os sujeitos se reconhecem nos bens patrimoniais e a importância atribuída aos bens que são entendidos como patrimônio são a chave da efetiva participação social nos processos relativos à preservação do patrimônio. Nesse sentido, isso “implica que a população se sinta identificada com os elementos

a serem conservados, que se reconheça neles, para que eles se tornem, de fato, representativos dela e para ela” (p. 139).

Os usos sociais dos espaços e, por consequência, de certos bens que são considerados patrimônios dizem respeito às variadas formas pelas quais as comunidades se relacionam com os seus bens patrimoniais. Isso impacta diretamente na forma como esse patrimônio é tratado, e que, inclusive, varia de acordo com a formação sociocultural dos sujeitos dessas comunidades. É nesse sentido que partimos do conceito de uso social. Para Zanirato (2009, p. 139), esses usos sociais do bem “[...] correspondem aos modos socialmente construídos para a participação da sociedade em geral na identificação, conservação, estudo e difusão dos bens que configuram a sua identidade”.

Menezes (2006) também discute as possibilidades de uso social de bens culturais, mas, nesse caso, especificamente a respeito dos usos culturais atribuídos aos monumentos. Segundo ele, é muito comum que se queira atribuir a esses lugares o uso cultural do bem. Inúmeros prédios, reconhecidos como patrimônio ou não, têm suas finalidades e seus usos alterados ao longo de sua existência e, no caso dos edifícios arruinados, é comum uma proposta de restauração ou de requalificação do edifício para que o mesmo volte a ser usado e, na maioria das vezes, o seu destino não tem relação com a sua função primária.

O uso com função de habitar ou relativa ao trabalho, segundo Menezes (2006), pode ser visto como um uso menos nobre, que “contaminaria” as qualidades do edifício/monumento. Essa é uma questão que pode estar relacionada à dimensão econômica que envolve a cultura e que, muitas vezes, é vista como negativa. No entanto, quantas outras camadas de significados e interpretações estariam ligadas a esse processo?

As ruínas da antiga Siderúrgica podem ser pensadas a partir de algumas características específicas. Os edifícios que serviram às atividades industriais são discutidos por alguns autores como parte da categoria de “patrimônio industrial”. Mas, o que ocorre, é que assim como nas outras categorias de patrimônios, algumas não são legalmente reconhecidas como tal e, por isso, ficam à margem das ações preservacionistas. Andrade Júnior (2011) aponta, por exemplo, a destruição do patrimônio industrial na Bahia, mencionando que:

[...] a demolição e descaracterização de significativos exemplares da arquitetura industrial na Bahia continua a ocorrer até os dias de hoje. O mais surpreendente é observar que, quase sempre, o poder público é conivente com estas ações, pois quando não é o responsável direto por ela se omite frente aos apelos pela sua preservação (Andrade Júnior, 2011, p. 14).

Cabe repetir aqui que as Ruínas da Tarzan vivenciam essa convivência, visto que ainda não são reconhecidas como patrimônio pelos órgãos responsáveis, nem a nível estadual (IPAC), nem a nível federal (IPHAN), contudo, a obra de restauração das ruínas, tendo em vista a instalação permanente do CECULT/UFRB, está prevista a partir do programa PAC – Cidades Históricas (IPHAN), que se volta para bens patrimonializados. E, muito embora o prédio só tenha sido doado à UFRB em 2012, desde os anos anteriores, nenhuma ação foi tomada em prol da sua preservação, em pela ótica de bem de valor artístico ou histórico a ser conservado, nem enquanto lugar possível para outros usos.

Também, no que concerne aos usos direcionados a esses espaços, a Carta para o Patrimônio Industrial (2003) propõe que: “A adaptação coerente, assim como a reutilização, podem constituir formas apropriadas e econômicas de assegurar a sobrevivência de edifícios industriais [...]”. No caso das ruínas oriundas de fábricas e indústrias, Meneguello (2009) questiona sobre quais possibilidades seriam dadas a essas ruínas se elas fossem tratadas do mesmo modo que são tratadas as construções não industriais do século passado.

É importante lembrar que com o alargamento das categorias de patrimônio passa a integrar essa esfera a categoria de Patrimônio Industrial. A Carta para o Patrimônio Industrial (2003) defende que tal categoria deve ser considerada também como parte integrante do Patrimônio Cultural:

O patrimônio industrial compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infraestruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação (The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage, 2003).

Ao Patrimônio Industrial nem sempre tem sido dado o direito à preservação. Porquanto, assim como citado por Menezes (2006), se aos novos usos, a esfera do “trabalho” desnobrece o bem, o que se pode observar é que no que tange aos edifícios já construídos para essa finalidade, estes também não mereceriam importância a ponto de serem salvaguardados. Dessa forma, tornou-se muito comum que aos edifícios industriais e fabris restasse como possibilidade somente a demolição, o abandono ou o arruinamento.

A Carta para o Patrimônio Industrial (2003) aponta a importância e a necessidade do estudo a respeito das mudanças decorrentes da Revolução Industrial e de seus vestígios. A modalidade de Patrimônio Industrial representa o testemunho de atividades que tiveram e que

ainda têm profundas consequências históricas. Além disso, há valor social, porquanto faz parte dos processos de construção das identidades, além de valor científico, tecnológico e, por que não, estético. No que diz respeito à proteção desses bens, a Carta ao Patrimônio Industrial (2003) declara: “As áreas residuais industriais, assim como as ruínas, devem ser protegidas, tanto pelo seu potencial arqueológico, como pelo seu valor ecológico”.

Mudanças e adaptações são intrínsecas à nossa sociedade. À medida que o tempo avança, hábitos e sociedade se modificam e, por continuidade, o espaço sofre essas modificações. Em alguns momentos, esse movimento ocorre como um sintoma da transição dos hábitos sociais. Mas, em outros momentos, essas modificações podem ser ações intencionais, tendo em vista objetivos e questões específicas, como a tentativa de esquecer ou apagar fatos ligados a determinados lugares. Para além das questões da própria estrutura e presença física de determinado edifício/monumento, quantas e quais dimensões simbólicas são ressaltadas ou obliteradas nos processos preservacionistas, tanto pelas instituições públicas e privadas que podem estar envolvidas no processo, quanto pela própria comunidade? E como podemos nos aproximar dessas ideias?

1.2 O uso de entrevista, da imagem e fotoentrevista como metodologia para apreender as vivências e dinâmicas sociais em torno das Ruínas da Tarzan

De modo geral, as cidades são fruto de uma diversidade de hábitos, práticas, formas de viver e formas particulares de relações com e entre os seus habitantes, que convergem em si inúmeras camadas de significados. Essas camadas de significados vão se tornando particulares, de acordo com os significados culturalmente atribuídos, trazendo, inclusive, uma outra forma de ordenamento da história, a partir da experiência com a cultura e o espaço.

Na investigação realizada, por exemplo, podemos tomar como pressuposto a ideia de que a relação entre as Ruínas da Tarzan e a comunidade está vinculada tanto aos significados atribuídos pelas relações que se tecem nas práticas sociais quanto na convivência espacial.

É possível pensar nas Ruínas da Tarzan a partir de relações que são construídas entre lugar e comunidade, e, portanto, pela construção dos afetos e afecções, também a partir da dialética. Segundo Konder (2004, p. 8), a concepção moderna de dialética se estabelece enquanto “modo de pensarmos a contradição da realidade e compreender a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação”.

O lugar vem se transformando e transformando as relações do seu entorno. Ao considerarmos o seu processo de construção, a mudança de atividade de destilaria para siderurgia e, em seguida, a mudança de gerência dentro da siderurgia certamente impactou interna e externamente a dinâmica do trabalho e das relações. Posteriormente, com o seu encerramento, o impacto da falta de empregos para os ex-trabalhadores e famílias, a mudança na rotina de tantos outros que conseguiram permanecer em outras empresas do grupo, fora de Santo Amaro, também impactaram o bairro, a vizinhança da fábrica e a economia do município.

Outro processo que não pode ser desconsiderado é o próprio período de arruinamento do prédio. Seja de forma natural ou não natural, a sua vizinhança vem convivendo com as mudanças estéticas da edificação e as mudanças ambientais que acontecem em decorrência do abandono do lugar. As ruínas estão sempre na fronteira entre algo que foi, algo que é e algo que poderia ou poderá vir a ser, de modo que, neste último caso, a perspectiva de futuro nem sempre concreta e persiste enquanto uma projeção de um futuro incerto, como veremos mais adiante, em relação aos conflitos e disputas nos quais as ruínas estão inseridas.

Perpassadas pelas Ruínas da Tarzan e a partir dos relatos da comunidade que vive no seu entorno, a pesquisa realizada buscou coletar e analisar as memórias e as narrativas da comunidade santamarense acerca do espaço em questão, por meio de uma investigação sobre as relações simbólicas, continuamente reelaboradas, e que foram sendo construídas em torno dessa ruína. Interessou-nos, ainda, examinar como as questões patrimoniais são percebidas e como os elementos vinculados especificamente às Ruínas da Tarzan, em seu cotidiano, podem ser compreendidos e ressignificados.

As investigações em torno dos significados das ruínas em questão poderiam ser conduzidas por vários caminhos, uma vez que o grupo a ser pesquisado não é homogêneo. As ruínas estão situadas dentro do perímetro urbano, ocupando um ponto de convergência entre pelo menos seis bairros residenciais da cidade de Santo Amaro: Ilha do Dendê, Derba, Calolé, Sinimbu, Santa Luzia e Trapiche, como pode ser observado, a seguir, na Figura 21.

Figura 21 – Vista aérea das Ruínas da Tarzan, com delimitação dos bairros, adaptada pela autora, seguindo os limites territoriais indicados pelo Google Maps



Fonte: Google Maps, 2021²⁴.

Inicialmente, o primeiro e principal grupo a ser considerado na investigação foi o dos moradores circunvizinhos às ruínas. O parâmetro inicial para a construção e a delimitação desse grupo de entrevistados enseja a obrigatoriedade de que eles fossem moradores desses bairros, independentemente do tempo de residência na região. Assim como planejado inicialmente para o desenvolvimento da pesquisa, o ponto de convergência previamente estabelecido foi a proximidade física com as ruínas.

Inicialmente, nossa expectativa foi que, ao longo do processo de realização das entrevistas, esse grupo fosse diverso em relação ao gênero e à classe social, além de fatores e condições socioculturais e também de idade. Ademais, imaginávamos que, no decorrer do próprio processo de pesquisa, entre a observação e a aplicação das entrevistas, fosse possível identificar outras características comuns sobre a experiência social daqueles aqueles que formavam o grupo em questão.

Muito embora as ruínas estejam num ponto de convergência entre os bairros citados, conforme a Figura 21, durante as idas a campo, amparada pela minha movimentação na cidade, e nessa área em específico, observei que seria mais efetivo para a pesquisa, a redução desse perímetro de atuação, para dois bairros: Derba e Santa Luzia.

²⁴ Disponível em: <https://abrir.link/iuAEQ>. Acesso em: 5 out. 2021.

Essa decisão corrobora com a leitura da imagem anterior, visto que estes são os bairros que se localizam exatamente detrás e defronte às ruínas. Essa delimitação permitiu uma proximidade mais efetiva com as ruínas, considerando o uso da “cartografia social”, não apenas do perímetro geográfico. A cartografia social é um campo multidisciplinar que combina elementos da Geografia, Antropologia, Sociologia e de outras áreas para mapear e representar as dinâmicas sociais de determinadas comunidades ou grupos.

Na contramão da cartografia tradicional, surge a cartografia social que, ao apresentar novos elementos de práticas cartográficas e ao construir um campo de possibilidades no qual o mapa é resultado de uma relação entre pesquisadores e agentes sociais, indaga a prática cartográfica legitimada pelas academias como oficial. A cartografia social envolve pesquisadores de diferentes formações e possui, como elemento fundamental, a participação dos agentes sociais no processo de feitura dos mapas (Santos, 2016, p. 284).

Assim, busquei os residentes que tivessem uma maior proximidade física com as ruínas, no entanto, a seleção do grupo não seguiu um padrão ou critérios específicos. Foram entrevistadas cinco pessoas, seguindo o roteiro (APÊNDICE A), mas também contamos com a breve participação não programada de uma pessoa, que detalharei mais a seguir. Considerando, então, um grupo de seis pessoas, onde são três homens e três mulheres, com idades entre 49 e 77 anos. São eles:

1) Valmir Martins, 49 anos de idade, além de ser um mestre de maculelê e samba de roda respeitado, é também um importante líder comunitário e ativista cultural, que inspira e capacita outros a se envolverem ativamente na preservação e na promoção das tradições que definem a identidade santamarense. Sua trajetória como defensor das tradições locais e como agente de transformação na comunidade do Derba é notável. Filho de Dona Nicinha do Samba e de mestre Vavá do Maculelê, ele cresceu imerso na rica cultura do seu entorno, absorvendo desde cedo os valores e costumes que permeiam a vida na região.

Filho de Maria Eunice Martins Luz (1949-2022), conhecida como Dona Nicinha do Samba, foi uma referência da vida e da arte santamarense. Mestre sambadeira, conduziu o grupo Nicinha Raízes de Santo Amaro²⁵. Dona Nicinha foi uma pessoa de grande destaque no que diz respeito ao samba de roda e à cultura santamarense, nome central para a difusão do samba de

²⁵ Dentre muitos nomes mencionados em diversas publicações, este é o registrado no site da Associação de Sambadores e Sambadeiras do Estado da Bahia (ASSEBA) e também afirmado por ela em uma entrevista cedida ao programa Conexão Bahia, da TV Bahia. Registro no site da ASSEBA. Disponível em: <http://asseba.com.br/associado/107-maculele-samba-de-roda-de-nicinha-raizes-de-santo-amaro>. Acesso em: 13 fev. 2024. Entrevista ao programa Conexão Bahia. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8456510/>. Acesso em: 13 fev. 2024.

roda em muitos lugares, dentro e fora do Brasil. Dona Nicinha faleceu em Santo Amaro, em 17 de fevereiro de 2022, aos 72 anos.

Segundo Nunes (2022), Valfrido Vieira de Jesus (1941-1994) é nascido em Santo Amaro e ficou conhecido como Vavá do Maculelê. Ele era enteado do mestre Popó do Maculelê e deu continuidade ao legado de Popó, tornando-se, também, mestre de capoeira e fundador do grupo de samba de roda e maculelê que, posteriormente, Dona Nicinha conduziu.

Valmir cresceu imerso na atmosfera da Siderúrgica, com membros de sua família trabalhando na indústria, e o imponente prédio como sua vizinhança e paisagem cotidiana. Testemunhou de perto o declínio da Siderúrgica desde a infância, vendo o edifício se deteriorar ao longo do tempo após o seu fechamento.

2) José Carlos Gomes dos Santos, conhecido como Mamaô, tem 65 anos, trabalhou na Siderúrgica como forneiro até o encerramento das atividades industriais, e depois trabalhou, por alguns anos, como vigilante da área. José vive hoje dentro do terreno da Siderúrgica, num espaço que outrora foi o escritório.

3) Antônio do Carmo, conhecido por “Toin/Tonho Cacete”, tem 75 anos, e trabalhou na Siderúrgica a partir do ano de 1970, na área de manutenção geral e manutenção mecânica. Antônio é morador de uma das quatro casas construídas legalmente pela Siderúrgica, localizadas próxima à fachada. Ele é viúvo e reside nesta casa com Jovânia, sua enteada.

4) Jovânia do Carmo Silva, tem 49 anos e é enteada de seu Antônio do Carmo. Conjuntamente ao padrasto, é moradora de uma das quatro casas construídas legalmente pela Siderúrgica. A conversa com ela surgiu espontaneamente, conforme realizamos a entrevista com seu Antônio do Carmo, quando ela foi convidada para ver as imagens da Siderúrgica. Ao compartilhar das memórias diante das imagens, ela contribuiu com informações muito relevantes sobre a Siderúrgica e sobre as ruínas.

5) Edilúcia Barros de Santos, 72 anos, residia no bairro da Santa Luzia até que se casou e mudou de cidade. Apesar de hoje não morar em de Santo Amaro, ela tem mantido durante todos esses anos um vínculo com a cidade, e com este local específico, estando sempre presente na casa de familiares, no bairro Santa Luzia.

6) Maria José dos Anjos, conhecida como Zelita, tem 77 anos e é residente do bairro Santa Luzia. Acompanhou a Siderúrgica desde o seu funcionamento até o seu arruinamento.

As entrevistas aconteceram entre setembro de 2023 e março de 2024. Com exceção de seu Antônio do Carmo, todas as entrevistas foram realizadas uma única vez. Com seu Antônio

do Carmo, a segunda entrevista foi realizada com um intervalo de 10 dias da primeira e foi necessária porque todo o arquivo da gravação da primeira entrevista foi corrompido.

O segundo e menor grupo entrevistado foi composto por representantes de instâncias valiosas para esta pesquisa.

- 1) Danilo Barata, professor do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (CECULT/UFRB), onde foi diretor no período de 2013-2023 e é atualmente pró-reitor de Extensão e Cultura da UFRB.
- 2) Moisés Santos Neto, Secretário de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer do Município de Santo Amaro-BA.

Todos os entrevistados mencionados concordaram em fornecer seus nomes completos e autorizaram a gravação integral da entrevista. Além disso, estavam plenamente cientes da natureza da pesquisa e do potencial político de suas memórias e narrativas.

O primeiro entrevistado foi Valmir Martins. Já era do meu conhecimento, desde as primeiras pesquisas sobre a Tarzan, em 2015, a existência de um grupo de homens que jogavam futebol em frente às ruínas. Recebi do professor Ricardo Brugger, orientador desta pesquisa, no primeiro ano do Programa de Pós-Graduação, a indicação de Valmir, por ser ele o responsável pela organização da prática do futebol. Valmir aceitou colaborar com este trabalho e nos encontramos próximo à sua casa e às ruínas, num fim de tarde.

Durante a conversa com Valmir, outros dois nomes surgiram, “Mamaô” (José Carlos Gomes dos Santos) e “Toin Cacete” (Antônio do Carmo), que haviam trabalhado na Siderúrgica e poderiam trazer boas contribuições para a pesquisa. Por sorte ou destino, poucos minutos depois, Valmir avistou José Carlos perto de onde estávamos, e o chamou. José Carlos, muito solícito, aceitou também colaborar com a pesquisa. Por alguns minutos conversamos nós três juntos, em posteriormente Valmir se retirou, então, segui com o diálogo com José Carlos. Em ambas as conversas, o roteiro do APÊNDICE A foi seguido, assim como foi feita a utilização das fotografias, cuja metodologia apresentarei mais adiante.

O terceiro entrevistado, foi Antônio do Carmo, seguindo a indicação de Valmir, que me levou à casa de seu Antônio num domingo pela manhã, onde consegui acompanhar um pouco do futebol, caminhar pela área com Valmir em busca de localizar um item que ele mencionou na entrevista e que detalho mais adiante (as burras de ferro) e depois desse percurso consegui conversar com seu Antônio. Conversamos na varanda de sua casa, onde também estavam sua enteada, seu filho e dois netos. Também foi seguido o roteiro do APÊNDICE A, assim como fiz a utilização das fotografias.

As fotografias emocionaram seu Antônio, que chamou seu filho e sua enteada para ver as imagens. Eles, que nunca haviam visto a Siderúrgica funcionando, ficaram admirados em ver o prédio em outra condição que não as ruínas. Nessa ocasião, compartilharam um pouco de suas percepções, dores e desejos em relação ao lugar onde vivem e às ruínas. A casa de seu Antônio é a mais próxima das ruínas, além de ter uma estreita relação com a Siderúrgica, uma vez que foi construída durante o funcionamento da mesma, para moradia de seus funcionários. Infelizmente, os registros dessa entrevista foram corrompidos.

Após perder o arquivo dessa entrevista, numa outra manhã, seu Antônio me recebeu para refazermos a entrevista, onde busquei seguir os mesmos passos da primeira. Nessa segunda ocasião, somente sua enteada estava presente, e direcionei para ela algumas perguntas também. Dessa forma, Jovânia foi a quarta pessoa entrevistada.

A quinta e sexta pessoas foram Maria e Edlúcia que, diferentemente dos entrevistados anteriores, não foram indicações de outra pessoa. Numa tarde que decidi explorar um pouco do bairro Santa Luzia, ao caminhar na rua que margeia o rio, Maria e Edlúcia estavam sentadas conversando em frente à porta de uma das casas, observando as crianças que brincavam na rua. Nesse momento, ao notar aquela prática acontecendo “em frente” às ruínas, julguei ser mais que adequado convidá-las a contribuir com a pesquisa, que aceitaram imediatamente e, assim, olhando o rio Subaé, as crianças, as ruínas e as fotografias, conversamos por alguns minutos, também seguindo o roteiro do APÊNDICE A.

Nesse processo das entrevistas foram muitas as tentativas frustradas. A primeira foi uma mulher jovem residente do bairro Sinimbu, que após algumas tentativas de encontro não realizado, foi cessado o contato. A segunda tentativa ocorreu com duas jovens que eu havia encontrado em uma das visitas às ruínas, onde elas estavam sentadas e conversando em frente às ruínas (na área do campo de futebol), em uma tarde. No diálogo que tivemos brevemente, fiz o convite, elas aceitaram, mas as tentativas que se seguiram também não tiveram êxito. Por fim, a última tentativa foi com uma moradora das casas que foram construídas de modo irregular, ao lado das ruínas. Inicialmente, ela havia aceitado, mas declinou no momento da entrevista, por temer que sua fala pudesse colocá-la em alguma situação difícil.

Entre 2015 e 2017, durante a elaboração da pesquisa intitulada “Tarzan: Narrativas Construídas por Meio de Fotografias e Memórias”²⁶, tive a oportunidade de localizar alguns ex-

²⁶ Este trabalho foi realizado no âmbito do Programa de Iniciação Científica, onde fui bolsista pela UFRB em 2015-2016 e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). Em 2017, foi finalizado e apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso no Bacharelado Interdisciplinar em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas.

funcionários da Siderúrgica. O objetivo daquele trabalho era mapear as memórias desse grupo, especialmente focando na memória do ofício, buscando construir uma perspectiva do lugar a partir das vivências daqueles que trabalharam na fábrica. Foi também a primeira vez que me utilizei da fotoentrevista, a partir da metodologia etnográfica (Santos, 2017).

Embora as entrevistas tenham ocorrido em 2015, lançarei mão de alguns dos conteúdos captados ali, visto que alguns aspectos, outrora apresentados, são extremamente relevantes para a pesquisa que embasou este Mestrado, motivando-me a revisitar esses relatos: 1) José Monteiro dos Santos, que descreveu sua experiência como forneiro e sindicalista na fábrica, entre 1965 e 1973, retornando em 1980 e testemunhando o encerramento das atividades; 2) Antônio dos Santos, que ocupou os cargos de encarregado de manutenção e pedreiro na Siderúrgica, de 1957 a 1981; 3) Edval Barreto, por sua vez, foi fundidor desde o início das operações até o encerramento da fábrica; 4) Rosangela Calmon, que desempenhou funções burocráticas no escritório da Tarzan, entre 1977 e 1978; 5) Jorge Calmon, que trabalhou no laboratório analisando a composição do aço, antes de assumir responsabilidades na segurança do trabalho, de 1972 a 1978; e 6) Agnaldo, que atuou como ajustador, que equivale a profissão de mecânico de manutenção atualmente, entre os anos de 1954 e 1981.

Para alcançar os objetivos propostos na presente investigação, utilizamos da metodologia de estudo de caso, amparada pelas técnicas da observação participante, pelo uso de entrevistas e por pesquisas de arquivo. No que diz respeito ao estudo de caso, Yin (2001, p. 32) apresenta a seguinte definição: “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”.

Segundo Becker (1999), na pesquisa de observação participante, o pesquisador não se limita somente ao papel de observador, ele pode ter uma participação mais ativa, considerando as entrevistas com os membros do grupo, sejam elas realizadas de forma isolada ou conjunta.

Segundo Poupart (2010), os argumentos mais recorrentes para o uso das entrevistas de tipo qualitativo ocorrem, prioritariamente, a partir de três argumentos principais. O primeiro, de ordem epistemológica; o segundo é de ordem ética e política; e o terceiro diz respeito aos argumentos metodológicos. De modo geral, esses três argumentos dizem respeito à possibilidade de explorar determinado tema a partir da perspectiva dos atores sociais, assim como também possibilitam o acesso às informações intimamente ligadas à experiência pessoal e à realidade social em que esses atores sociais estão inseridos.

O uso metodológico da entrevista é discutido por diversos autores, uma vez que, devido a sua flexibilidade de uso, é amplamente utilizado tanto na área das Ciências Sociais quanto em diversas áreas que tratam das questões humanas.

De um lado, as entrevistas constituem uma porta de acesso às realidades sociais, apostando na capacidade de entrar em relação com as outras. Do outro, essas realidades sociais não se deixam entrar facilmente apreender, sendo transmitidas através do jogo e das questões das interações sociais e do jogo complexo das múltiplas interpretações produzidas pelos discursos (Poupart, 2010, p. 215).

Para este trabalho, especificamente, as entrevistas são fundamentais, tendo em vista a investigação sobre as experiências particulares e a singularidade das relações de cada indivíduo com as ruínas da Siderúrgica Tarzan e poderá acontecer em mais de uma etapa, considerando complexidade do tema e das relações humanas.

[...] se o questionário pode contribuir para o aporte de novos conhecimentos, e estes necessariamente gravitam em torno das dimensões já incluídas no questionário, enquanto a entrevista não dirigida favorece, graças à abertura do método, o afluxo de informações novas, que podem ser determinantes para a compreensão do universo do entrevistado e do objeto pesquisado (Poupart, 2010, p. 225).

A entrevista, embora seja uma metodologia que permita alcançar questões muito diversas, também apresenta limitações no processo da obtenção de dados. Por esse motivo, tendo em vista uma maior efetividade no processo e visando contornar essas limitações e assegurar o devido alcance e amplitude dos dados necessários, apresenta-se como necessidade para esta pesquisa e, conforme possibilita o próprio instrumento metodológico, a entrevista semiestruturada foi compreendida como a mais adequada para este trabalho.

As entrevistas deverão seguir um roteiro de questões (APÊNDICE A), com a flexibilidade que a entrevista semiestruturada permite, para que outras questões, que porventura apareçam durante o diálogo com os entrevistados e pertinentes à pesquisa, também sejam observadas. Portanto, além de contemplar as questões mais específicas, foram buscadas também algumas narrativas que pudessem aparecer de maneira involuntária, provocadas pelo trabalho de rememoração e/ou das interpretações pessoais, durante o processo da entrevista ou em outros momentos da observação participante.

Desse modo, o roteiro proposto não deve ser interpretado meramente como um questionário, mas como uma espécie de guia para a entrevista. Ainda que passe por alguma alteração, a pesquisa não vai sofrer obliteração, pois o caminho que se busca aqui é:

compreender a realidade social em que as ruínas estão inseridas; investigar as inter-relações entre a comunidade e as ruínas no campo do patrimônio cultural.

Outra possibilidade que se apresentou para a construção da metodologia dessa pesquisa foi o uso das fotos entrevistas. Uma vez que as fotografias

[...] lidam com o passado, evocam histórias da família humana, momentos, quando por sua vez, as imagens nos lembram que são portadoras de um pensamento tão difuso quanto vivo, o qual transpassa – e ultrapassa – nosso próprio tempo histórico (Samain, 2012, p. 16).

Na primeira pesquisa que realizei a respeito da Siderúrgica, entre 2015 e 2017, onde lidei com pessoas mais velhas que trabalhavam na fábrica, o uso dessa metodologia foi de grande valia e de modo muito acertado. A fotografia pode ser percebida como um forte elemento que contribui para o trabalho da memória, “detonando” memórias adormecidas e contribuindo também para a sistematização de dados e das próprias memórias que emergem no processo das fotoentrevistas (Samain, 2012; Brito; Cezar, 2012).

Segundo Manguel (2001, p. 27), “quando lemos imagens – de qualquer tipo, sejam pintadas, esculpidas, fotografadas, edificadas ou encenadas –, atribuímos a elas o caráter temporal da narrativa”. Nesse sentido, o papel da fotografia nesta pesquisa foi tão importante quando as entrevistas realizadas, não somente no sentido de “ilustrar” o que é narrado, mas também, de modo a complementá-las, trazendo informações que, por vezes, poderiam não aparecer nas narrativas ou fatos que nós não teríamos acesso, por não os termos vivido ou presenciado.

As imagens desta pesquisa, se vistas dissociadas do texto, ainda assim contariam elas mesmas sobre as transformações do espaço, tanto do prédio principal da Siderúrgica Tarzan quanto do entorno, e, mais recentemente, possibilitaram contar sobre os impactos da presença da Siderúrgica no território, assim como sobre as práticas que alcançam as ruínas.

As narrativas são fruto do processo cujas imagens também fazem parte como sujeito principal. A maioria das imagens da Siderúrgica utilizadas nesta pesquisa e nos processos da realização foram obtidas durante as pesquisas para a construção do artigo “Tarzan: Narrativas construídas por meio de fotografias e de memórias”, de minha autoria, uma vez que, naquele momento, interessava-nos perceber muito mais as relações e os vínculos da comunidade para com o lugar, do que o aprofundamento nos detalhes acerca do funcionamento, uma vez que o material já coletado – em arquivo público, acervos particulares, meios digitais e publicações antigas – foi suficiente para realizar as novas fotoentrevistas.

No Capítulo II apresento uma série de imagens contendo matérias de jornais e revistas retiradas do site da Biblioteca Nacional. Nas matérias mais curtas, possíveis de terem seus conteúdos bem visualizado, priorizei o uso dessas imagens, buscando apresentar o contexto da publicação, assim como possibilitar, em alguns casos, a presença de informações extras que, devido à formatação, poderiam não aparecer no texto com a mesma fidelidade da publicação original. Em matérias mais longas, que não seriam facilmente lidas se trazidas para o texto em imagem ou onde existiu a necessidade de trazer pequenos trechos para o texto, por isso optei por transcrevê-los.

Nessa trajetória de pesquisa sobre as ruínas da Siderúrgica, a fotoentrevista, mais uma vez, mostrou-se como uma metodologia eficiente, uma vez que as pessoas entrevistadas têm idade entre 49 e 77 anos. Segundo Weller e Bassalo (2011, p. 285): “Mais do que as palavras, as imagens produzem sentimentos, identificação, favorecem lembranças, disparam a imaginação, a introspecção, entendimentos, anunciam ou denunciam uma realidade, evocam memórias pessoais e visões de mundo”.

Durante as fotoentrevistas, como pesquisadora, observadora e ouvinte, pude perceber o impacto emocional que as imagens causavam nas pessoas entrevistadas. O simples ato de visualizar essas imagens evocava uma série de memórias e de emoções nos entrevistados. Quando falávamos das ruínas da Siderúrgica, muitos expressavam tristeza, enquanto a visão das imagens dos tempos de produção da Siderúrgica parecia despertar uma sensação de orgulho, honra e esperança. Os entrevistados demonstravam admiração e nostalgia pelas experiências vividas no local, mas também expressavam esperança pelo que o futuro poderia trazer. Antecipando um pouco do conteúdo das entrevistas, é possível observar isso nitidamente pelo relato de Antônio do Carmo:

Achei uma coisa linda, maravilha. Achei bom, é de ver. Se eu tivesse o coração fraco eu poderia até chorar, né? É, mas eu falo assim, no ponto de ver aquilo tão perfeito, tão bonito, e hoje está nessa desgraceira. Aí é uma tristeza, né? Aí eu me lembro, quando você me mostrou aí, eita coisa bonita, o pessoal chegava aí... tirava foto, naquela época. Aí eu trabalhando, todo mundo trabalhando. Hoje tá desse jeito. Só mato!

1.3 Contribuições da Cartografia e do uso das tecnologias de georreferenciamento

O entendimento da importância da Cartografia surge de maneira intrínseca às reflexões sobre as ruínas da Siderúrgica e suas conexões com as experiências e expectativas dos entrevistados. Como observado nas entrevistas – e que logo será apresentado –, vemos que as

imagens das ruínas evocam memórias e emoções específicas nos indivíduos, enquanto que a visualização das fotos dos tempos de produção inspira sentimentos de esperança e admiração pelo que já foi e pelo que ainda pode ser.

Esses relatos ressaltam a necessidade de uma abordagem cartográfica que não apenas mapeie o espaço físico das ruínas e sua localização, mas também explore a dimensão emocional e simbólica associada a elas. É nesse contexto que se destaca a abordagem diferenciada deste trabalho: ao não ser realizado por um cartógrafo profissional, e sim por uma pesquisadora que utiliza tecnologias acessíveis e de livre acesso, como as disponibilizadas na internet, para criar mapas e representações que, de muitos modos, dialogam com as percepções individuais e coletivas do espaço e do patrimônio cultural.

Nessa perspectiva, a Cartografia não é apenas uma ferramenta técnica, mas sim um instrumento poderoso e político para a compreensão e a valorização do patrimônio cultural, como defendido por Martins e Leal (2015). Ao ressaltar a importância da dimensão espacial dos fenômenos socioculturais, as autoras apontam para a necessidade de tornar acessíveis ferramentas que auxiliem na leitura desses fenômenos em sua relação com o contexto geográfico, destacando a relevância do enfoque cartográfico nesse contexto de estudo. Para as autoras:

Propor uma discussão sobre patrimônio cultural e Cartografia significa trazer à tona a importância da dimensão espacial dos fenômenos socioculturais e problematizar a necessidade de ferramentas que auxiliem a leitura dos mesmos na relação com o contexto geográfico (Martins; Leal, 2015, p. 29, grifo próprio).

Uma das ferramentas cartográficas mais utilizadas, discutidas por Martins e Leal (2015), são os mapas e, nesse sentido, com o passar dos anos e com o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, essa ferramenta, há muito tempo já usada, ganhou novas dimensões de uso. Desse modo, é possível associar essa ideia ao que André Lemos discute a respeito das mídias locativas. Para ele:

Podemos definir as mídias locativas como dispositivos, sensores e redes digitais sem fio e seus respectivos bancos de dados “atentos” a lugares e contextos. Dizer que essas mídias são atentas a lugares e a contextos significa dizer que elas reagem informacionalmente aos mesmos, sendo eles compostos por pessoas, objetos e/ou informação, fixos ou em movimento. [...] A característica fundamental das mídias locativas é que elas aliam, paradoxalmente, localização e mobilidade. Movimentar é sempre “deslocar”, o que poderia levar rapidamente à ideia de um apagamento dos lugares. No entanto, o deslocamento (mobilidade física e informacional) não significa, necessariamente, o desaparecimento da dimensão espacial em sua materialidade e suas dimensões sociais, políticas e econômicas. Antes, as mídias locativas, pelas trocas informacionais no espaço urbano, criam novos sentidos dos lugares. [...] Aqui,

a mobilidade informacional, aliada à mobilidade física, não apaga os lugares, mas os redimensiona (Lemos, 2009, p. 91-92).

Se, em um primeiro momento, nosso interesse foi apenas ilustrar a localização do espaço, conforme a pesquisa se desenvolvia, entendemos que a Cartografia era, também, uma personagem. Observamos a introdução à localização e sua relação com os processos econômicos, depois caminhamos pela cidade, observando ruínas e analisando que esse processo não se restringe apenas à Tarzan, mas a um modelo de ação política do espaço; seguimos repensando os perímetros, a partir das narrativas dos entrevistados, e, por fim, nos demos conta de que estávamos diante de ferramentas contemporâneas de percepção da própria pesquisa.

Atualmente, temos ao nosso alcance, com muita facilidade, a possibilidade de uso de três ferramentas disponibilizadas pela Google²⁷: 1) *Google Maps*, que é um serviço de mapeamento on-line desenvolvido pela Google, que fornece mapas interativos, imagens de satélite, rotas e informações sobre locais em todo o mundo; 2) *Google Earth*, que “é uma plataforma de análise geoespacial baseada na nuvem, que permite aos usuários visualizar e analisar imagens de satélite do nosso planeta” (Google²⁸); e o 3) *Google Street View*, que é um recurso do Google Maps e “reúne bilhões de imagens panorâmicas para oferecer uma representação virtual dos arredores no Google Maps” (Google²⁹).

Durante a condução desta pesquisa, duas ferramentas se destacaram como fundamentais: o Google Maps e o Google Street View. Foi essencial considerar o espaço e a comunidade ao redor das ruínas, sendo crucial mostrar a localização exata dessas estruturas e como estão integradas enquanto ponto de convergência entre diferentes bairros da cidade.

Encontrando-me fisicamente distante de Santo Amaro³⁰, utilizei-me do Google Maps para compreender as delimitações territoriais de cada bairro. Os resultados dessa investigação

²⁷ Reconhecemos que a Google é uma empresa capitalista que coleta dados dos usuários e enfrenta críticas sobre questões de privacidade e ética. No entanto, optamos por utilizar suas ferramentas, devido à sua popularidade, acessibilidade e capacidade de reprodução para futuros interessados no tema. Entendemos a importância de estarmos conscientes das implicações, ao utilizarmos plataformas corporativas, mas priorizamos a utilidade e o alcance das informações para o público interessado.

²⁸ Disponível em: https://www.google.com/intl/pt-BR_ALL/earth/education/tools/google-earth-engine/. Acesso em: 15 out. 2023.

²⁹ Disponível em: <https://www.google.com/intl/pt-BR/streetview/#:~:text=O%20Street%20View%20re%C3%BAne%20bilh%C3%B5es,podem%20conhecer%20o%20mundo%20virtualmente>. Acesso em: 15 out. 2023.

³⁰ É importante destacar que grande parte desta pesquisa foi conduzida durante o período da pandemia da Covid-19. As restrições e medidas de segurança implementadas durante esse período tiveram impacto na metodologia e na condução do estudo, influenciando as interações com os entrevistados e o acesso a determinados recursos. Essa contextualização é relevante para a compreensão do cenário em que o trabalho foi realizado.

atenderam plenamente às minhas expectativas. Dessa forma, consegui consolidar as delimitações dos bairros vizinhos às ruínas em uma única imagem (Figura 21), utilizando um *print screen* retirado do Google Maps como base. Esse momento marcou o primeiro uso das ferramentas tecnológicas de geolocalização nesta pesquisa.

No conjunto de imagens apresentadas no capítulo 2 (Figuras 10 a 20), a plataforma me permitiu, inicialmente, identificar com precisão a localização de cada uma das ruínas. As imagens foram capturadas em um contexto de exploração e, a princípio, sem vínculo específico com esta pesquisa. Dessa forma, no momento de incorporar essas imagens ao presente trabalho, dispunha apenas das próprias imagens. Aqui, a fotografia reassume um dos papéis mencionados, estimulando a memória e conduzindo-me de volta ao instante da captura fotográfica, bem como ao esforço dedicado à localização das ruínas registradas. O Google Street View proporcionou-me a oportunidade de reconstituir virtualmente o percurso realizado durante os registros fotográficos, permitindo-me localizar essas ruínas no espaço urbano. Além disso, possibilitou-me acessar virtualmente aquelas que não pude explorar fisicamente (Figura 10 – Capela Jesuítica).

O Google Street View pode ter imagens de diferentes datas para uma mesma localidade. A coleta de imagens para o Street View é realizada periodicamente pelo Google, e a data das imagens pode variar de acordo com a região e a frequência das atualizações. Isso permite que seja observado como um determinado local mudou ao longo do tempo. Foi possível observar essa característica específica acompanhando as ruínas nas imagens 10 a 19, que eram refeitas pela empresa Google. Além disso, pude perceber outras ruínas que existiram anteriormente na cidade, mas que em minha caminhada física eu nem sequer pude imaginar, pois já haviam se tornado outras coisas.

Neste capítulo, apresento uma descrição do cenário onde as Ruínas da Tarzan estão localizadas. Ao redigir este parágrafo, percebi a importância de proporcionar ao leitor uma visualização do lugar ao qual eu me referia, para enriquecer a experiência de se situar nesse espaço. Reconhecendo o poder da imagem em evocar memórias, busquei também propor e estimular o trabalho da memória para aqueles leitores que podem já ter passado por aquela localidade em algum momento.

Foi exatamente nesse ponto e com essas observações em mente que percebi a ausência de uma imagem das ruínas, do ângulo desejado por mim, onde todos os elementos que eu menciono na descrição do espaço estivessem presentes. Uma imagem que, além de situar as

ruínas em seu espaço, também revelasse o contexto que as envolve: casas, ruas, a estrada de ferro e parte da dinâmica que caracteriza esse local.

Como venho pesquisando as Ruínas da Tarzan desde 2015, há datação das primeiras imagens que tenho de minha autoria. Destaco que essas imagens não se limitam à fachada do prédio, que é a parte mais comumente registrada. Entretanto, foi exatamente ao fazer – e refazer inúmeras vezes – essas “caminhadas virtuais” nas ruas que margeiam as ruínas que percebi tantas variações na captura das imagens do Google Street View, sendo as imagens mais antigas datadas de 2011.

Essas imagens disponíveis no âmbito virtual foram de grande relevância para pensar o lugar e perceber, além dos indícios de hábitos, a morfologia do espaço, a exemplo das mudanças que encontramos em relação às áreas onde temos a presença de vegetação. Essas imagens nos sugerem que essa vegetação, de certo modo, é controlada, ainda que com uma frequência não estimada, parece existir uma manutenção de algumas áreas que pertencem às ruínas e, por outro lado, há certas partes da edificação e da área circunvizinha ao prédio central onde vegetação tem se apossado das ruínas (principalmente nas partes internas, algo que explicitamente abalará as estruturas do prédio centenário). Essas imagens também nos possibilitaram perceber o avanço da ocupação da área de moradias irregulares ao longo desses anos (2011-2024).

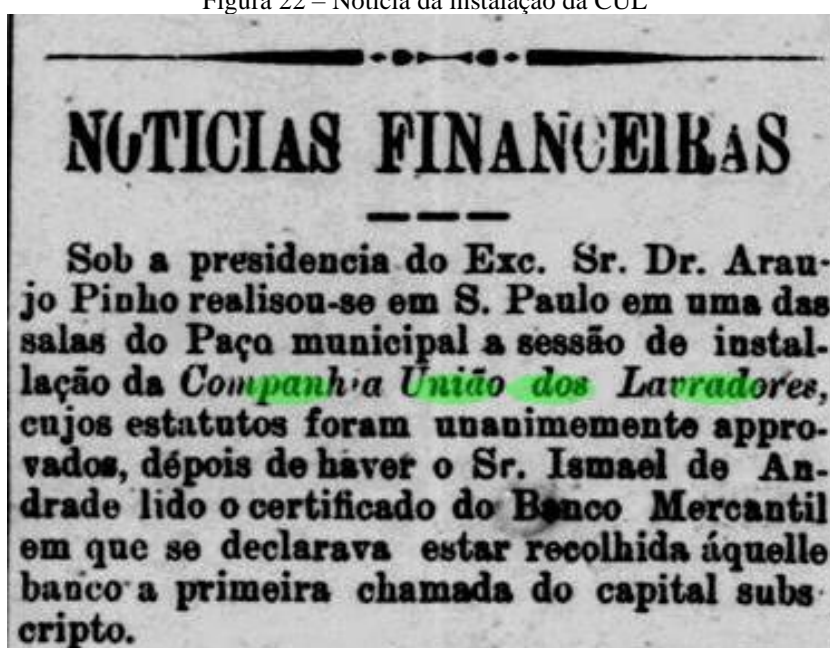
2 “TARZAN” DO PASSADO: UMA PERSPECTIVA BIOGRÁFICA DAS RUÍNAS

Neste capítulo, construímos uma espécie de “biografia” sobre Ruínas da Tarzan. No primeiro momento, apresento fatos sobre o seu processo de construção e de funcionamento, considerados relevantes para contextualizar a investigação. Depois, retomo as imagens e algumas narrativas para compor essa biografia.

Alfredo (2019) se dedicou a historicizar o processo de criação do prédio das Ruínas da Tarzan. Para isso, o museólogo trouxe informações muito importantes para entendermos o contexto de construção e o início das atividades fabris naquele espaço. Nesse sentido, é indispensável falar da Companhia União dos Lavradores, que consoante Alfredo (2019, p. 122), tratava-se de uma “organização instituída pelas famílias patriarcais de Santo Amaro e arredores, que dominaram, durante muito tempo, a vida social, econômica e política da Bahia”.

Alfredo menciona a publicação da edição 120 do Jornal de Recife, em 1891, o qual anunciava a sessão de instalação da Companhia, tendo sido aprovado o estatuto de sua criação nessa sessão, sob a presidência de Araújo Pinho. No Projeto de Estatuto da Companhia, segundo o autor, estão descritas a finalidade da criação da CUL, bem como as condições para a criação de funcionamento da Companhia, dentre elas, indica-se adquirir terrenos e construir um edifício destinado à destilação do álcool.

Figura 22 – Notícia da instalação da CUL



Fonte: BNDIGITAL. Jornal do Recife (PE), Ed. 120, 30 de maio de 1891.

No entanto, outra publicação, anterior a esta, que não é mencionada por Alfredo (2019), registra que a Companhia foi organizada e teve os seus estatutos aprovados em 03 de junho de 1876, fazendo referência ao estado do Rio de Janeiro:

Figura 23 – Dados sobre a CUL

« Sobre a Companhia União dos Lavradores, obtivemos, não sem dificuldade, os seguintes dados, que são officiaes :

« A companhia foi organizada em 1876, os seus estatutos foram approvados pelo decreto n. 6208 de 3 de Junho de 1876, o seu capital, segundo rezam os estatutos, devera ser de 3,000 000\$; o fim a que se destinava era *promover por todos os meios licitos e legais o desenvolvimento progressivo da lavoura do praz, estabelecendo na praça do Rio de Janeiro uma casa de commisões.*

« Para este fim quatro foram os pontos principaes do programma :

« 1.º Receber e vender por conta dos seus committentes, aqui ou nos mercados estrangei-

Fonte: BNDIGITAL. Jornal do Recife (PE), Ed. 241, 22 de outubro de 1887, p. 1.

Já nos jornais do estado da Bahia, as citações a respeito da Companhia União do Lavradores foram localizadas a partir de 1981, o que sugere, que a CUL era, de certo modo, um “modelo” de sociedade econômica praticado em mais de um estado brasileiro. A primeira publicação convidava todos os seus subscriptores para a Assembleia Geral de Instalação, na cidade de Santo Amaro. A notícia aparece assinada pelos incorporadores “Ismael Américo d’Andrade, negociante e proprietário residente na capital e Francisco Ferreira Vianna Bandeira, lavrador e proprietário residente em Santo Amaro” (Alfredo, 2019, p. 123).

Figura 24 – Convite para assembleia de instalação da CUL



Fonte: BNDIGITAL. Jornal de Notícias (BA), Ed. 3.442, 5 de maio de 1891.

Outra publicação, do mesmo ano, apresenta uma espécie de licitação para a contratação de fornecedores de materiais “para as construcções necessarias ao estabelecimento dos apparatus de distillação e rectificação de alcool da Companhia União dos Lavradores” (Jornal de Notícias-BA, 1891, p. 2). As propostas deveriam ser entregues em Santo Amaro, no escritório do “sr. comendador Ismael Américo de Andrade”. A notícia, dessa vez, aparece assinada por outro nome: Joseph Revault.

Figura 25 – Licitação para compra de materiais para implantação da CUL

Companhia União dos Lavradores

O abaixo assignado contrata com quem maiores vantagens offerecer, o fornecimento dos materiaes para as construcções necessarias ao estabelecimento dos apparatus de distillação e rectificação de alcool da Companhia União dos Lavradores.

DE NOMINAÇÃO DOS MATERIAES	NUMERO	COMPRI-MENTO	LARGURA	GROSSURA
Pedra, medidas.....	2.300	4,91 c/c	0,22 c/c	0,66 c/c
Cal, meios.....	3.000	9,50 "	0,21 "	0,66 "
Pumiceja, praschões.....	2.481	8,00 "	0,21 "	0,66 "
"	180	4,80 "	0,21 "	0,66 "
"	170	5,20 "	0,21 "	0,66 "
"	350	9,50 "	0,50 "	0,66 "
"	40	8,00 "	0,45 "	0,66 "
"	1.000	11,00 "	0,25 "	0,20 "
Loiro	70	10,00 "	0,20 "	0,20 "
Vigas.....	200	7,50 "		
Prechões.....	200			
Calibros.....	2.000			

As propostas serão apresentadas no prazo de 15 dias no escriptorio do sr. commendador Ismael Americo de Andrade, rua Formosa n. 42. Os materiaes serão entregues em Santo Amaro.
Bahia, 26 de junho de 1894.—
Joseph Revault.

Fonte: BNDIGITAL. Jornal de Notícias (BA), Ed. 3.488, 4 de julho de 1891.

Joseph Revault estava diretamente inserido no contexto industrial da Bahia, segundo Borja (1869 *apud* Castore, 2018), era um engenheiro civil francês, que foi contratado ainda na França para assentar as máquinas da Fábrica Santo Antônio do Queimado. Segundo Castore (2018, p. 155), entre 1857 e 1858, junto com Manoel Luiz Pinto Coimbra, Joseph Revault funda a Modelo, fábrica também da indústria têxtil. Uma terceira fábrica, a São Salvador, é apontada como propriedade de Joseph Reuvalt por Ferreira (1875, p. 77). Joseph parece ter mudado o contexto de sua prática industrial, uma vez que é mencionado no Decreto n. 7.179, de 1 de março de 1879, onde é concedido a ele:

[...] privilegio por dez annos para fabricar e vender os apparatus denominados – Desloco-macerador e Hydro-carbonico, que declara ter inventado afim de extrahir e concentrar o succo da canna de assucar, segundo os desenhos e a descripção que apresentou e ficam archivados (Rio de Janeiro, 1879)³¹.

Alguns anos após a menção no Decreto, Joseph Reuvalt também foi mencionado no contexto da produção de aguardente da Companhia União dos Lavradores. Outros nomes devem ser considerados nesse contexto foram apontados por Alfredo (2019, p. 123):

A gerência da fábrica e a tesouraria também estariam a cargo dos diretores. Nos primeiros seis anos de gestão foram empossados João Ferreira de Araújo Pinho, o conselheiro João Ferreira de Moura, Dr. Francisco Ferreira Vianna Bandeira e o Barão do Rio de Contas. Para o Conselho Fiscal foram nomeados o Barão de Vila Viçosa, o Visconde de Ferreira Bandeira e João de Cerqueira Lima. Não foi confirmada a quantidade de sócios existentes no momento da fundação da CUL, entretanto a edição 71062 do jornal santamarense “O Popular”, publicou em 12 de setembro de 1893 o projeto de reforma no estatuto da Companhia aprovado na Assembleia Geral de 27 de agosto do mesmo ano, e pela quantidade de votantes é possível estimar, naquele momento, a presença de 130 sócios. Ademais, as modificações do estatuto aprovadas alteraram os ordenamentos da fábrica e indicavam que ela já se encontrava em pleno funcionamento.

Em 1895, um anúncio de venda de Aguardente, da CUL, indica que as atividades fabris já estão em pelo vapor.

Figura 26 – Anúncio de venda da aguardente produzida pela CUL



Fonte: BNDIGITAL. Diário de Notícias (BA), Ed. 45, fevereiro de 1895.

No Projeto de Estatuto da CUL é indicado que seja projetado para funcionar em Santo Amaro por 30 anos, contados da instalação. Considerando que não foram encontrados registros

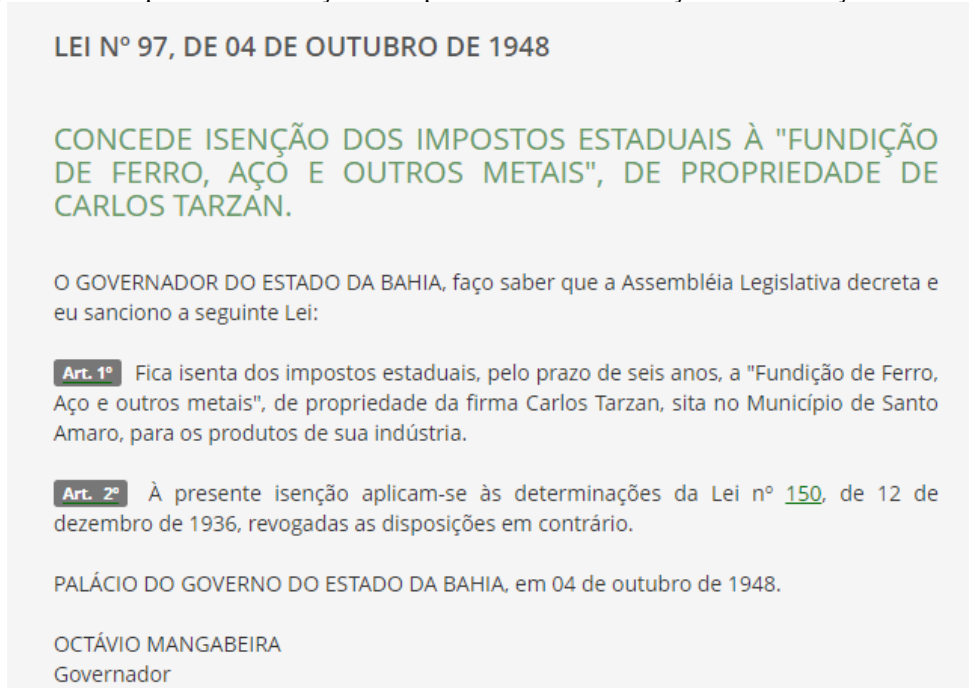
³¹ Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/577614/publicacao/15730076>. Acesso em: 12 jan. 2024.

do fim da Companhia ou da Destilaria Modelo, esse é um bom indicativo do seu tempo de funcionamento.

Não encontramos registros do encerramento das atividades da destilaria, entretanto, foi em 1945 que a edificação passou a abrigar a Fundição de Aço Tarzan, cujo dono era Carlos Trzan, considerada umas das primeiras siderúrgicas do Nordeste (Brito; Carmo, 2015; Alfredo, 2019).

Dos poucos registros que podemos encontrar que fazem menção a Carlos Trzan, um deles é datado de 1948, quando recebeu do Governador do estado, Otávio Mangabeira, a isenção de impostos estaduais para a produção siderúrgica.

Figura 27 – Lei que concede isenção de impostos relativos à fundição de ferro e aço a Carlos Trzan



Fonte: Site Leis Estaduais, 2024³².

Edval Barreto, em entrevista concedida no ano de 2017, conta sobre a existência de uma outra Fundição, na época em que ocorreu seu primeiro trabalho, quando ele tinha entre 13 e 15 anos: a Fundição Santa Luzia, que funcionava no bairro do Trapiche. Seu pai trabalhava lá, e foi acompanhando o pai que ele aprendeu o ofício, o qual, orgulhosamente, refere-se utilizando o termo “arte”. Seu Edval, que trabalhou na Fundição de Aço Tarzan desde o seu primeiro ano de funcionamento, conta que com a abertura da nova Fundição muitas pessoas que trabalhavam na Fundição Santa Luzia foram trabalhar na Tarzan.

³² Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/ba/lei-ordinaria-n-97-1948-bahia-concede-isencao-dos-impostos-estaduais-a-fundicao-de-ferro-aco-e-outros-metais-de-propriedade-de-carlos-tarzan>. Acesso em: 25 mar. 2024.

Agnaldo, que também foi funcionário da Fundação Santa Luzia, conta-nos como foi sua experiência com a chegada da Fundação de Aço Tarzan:

[...] Falavam: Carlos Tarzan, Carlos Tarzan, chegou um americano aí, rapaz. Tinha outra fundição, Santa Luzia. Eu comecei lá, na Santa Luzia, aprendi lá. Então, o pessoal da Santa Luzia passava pra lá e fretavam³³ a gente [...] que na Santa Luzia pagava pouco e lá pagava melhor, a gente ficava doido pra passar pra lá. Todo mundo, não era eu somente, todo mundo queria trabalhar lá (Agnaldo, 2017).

A Fundação de aço Tarzan, sob a gestão de Carlos Trzan, que não era americano, mas iugoslavo, funcionou até aproximadamente 1960, quando foi vendida ao Grupo Votorantim e passou a se chamar Siderúrgica Santo Amaro. Segundo os relatos de Lucilia Trzan³⁴, nora de Carlos Trzan, durante as primeiras pesquisas sobre as ruínas, Carlos Trzan optou por vender a Siderúrgica, motivado pelo cansaço vivido na gestão e pelo crescente interesse de seus filhos por outros empreendimentos. Essa versão dos eventos também é apresentada em um vídeo³⁵ recentemente produzido sobre as Ruínas da Tarzan. Ainda que não tenhamos conhecimento de registros formais que levaram ao encerramento e à venda da Fundação Aço Tarzan, sabemos que o processo de compra pelo Grupo Votorantim foi mediado pelo governo do estado da Bahia.

De acordo com Antônio Ermírio de Moraes, a Siderúrgica estava para ser fechada quando foi adquirida pelo Grupo Votorantim a contragosto, atendendo a um pedido do então governador Juracy Magalhães, com o objetivo de investir em um projeto siderúrgico no estado³⁶.

No dia a dia, nós fazíamos tudo quanto era tipo de peça, tudo quanto era de tipo de peça de ferro, lá fazia e de aço também. Lá tinha a fundição, onde fazia a peça. Tinha laminação, onde se laminava os vergalhões. Tinha a modelação, onde se fazia os modelos pra fazer as peças ali onde moldava aquelas peças e fabricava, lá mesmo, fazia tudo lá mesmo. Pegava a sucata, lá a sucata se transformava em peça e vergalhão (José Monteiro dos Santos, 2015).

A Siderúrgica, inicialmente, produzia produtos como variados tampos de fogão, boca de lobo, fogareiros, rodas, pesos para balanças, âncora, rodas de galiota, entre outros

³³ Zombavam, debochavam, desdenhavam.

³⁴ Essa informação foi obtida a partir de um depoimento informal, cedido a Thaís Brito, orientadora desta pesquisa, por ocasião do I Encontro Internacional de Cultura, Linguagens e Tecnologias do Recôncavo (Enicecult), em 2016, que aconteceu no Solar Paraíso, imóvel ligado à Siderúrgica e à família Trzan.

³⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VZ3NXTtOdSI>. Acesso em: 28 mar. 2024.

³⁶ Jornal do Brasil (RJ), ed. 297, 1 de fevereiro de 1980; Jornal do Brasil (RJ), ed. 302, 6 de fevereiro de 1980; Jornal do Brasil (RJ), ed. 95, 20 de outubro de 1981.

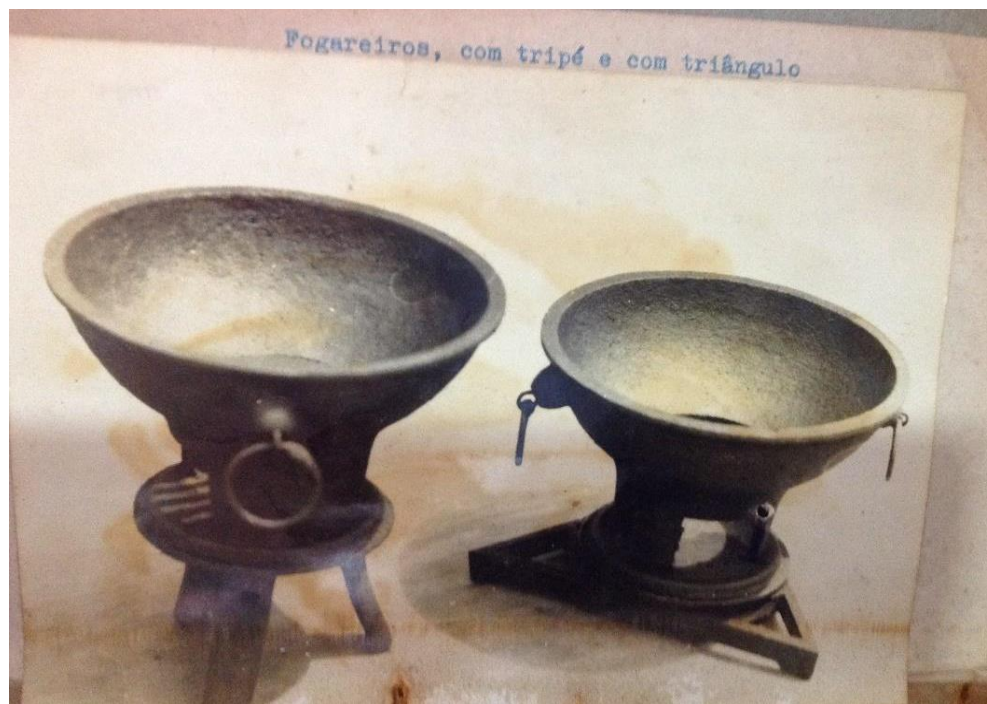
itens típicos das casas brasileiras, até os anos de 1960. Segundo Agnaldo (2017), somente após ser vendida para a Votorantim passou a produzir vergalhão.

No entanto, segundo Antônio dos Santos e José Monteiro dos Santos, a produção de vergalhão foi iniciada ainda em paralelo à produção dos demais produtos.

A fundição que eu falo é peça fundida que a gente trabalhava... O forno derretia o aço, eles moldavam a peça com areia, na areia e depois fazia a peça das usinas, Usina Passagem, até o Cimento Aratu fazer a peça. Quando eu entrei lá, somente fazia peça fundida, peça pra Usina Passagem, para Usina Maracangalha, Cinco Rios, para Cimento Aratu, fazia peça fundida... Depois Carlos Tarzan aí, programou para fazer a laminação, pra fazer vergalhão, foi quando eu entrei na década de 57 (Antônio dos Santos, 2017).

Figuras 28 a 31 – Produtos da Siderúrgica de Aço Tarzan







Fonte: Imagem retirada do catálogo da empresa, cedido por Raimundo Artur. Data e autor desconhecidos.

Os relatos dos ex-trabalhadores demonstram a satisfação que existia em trabalhar na Siderúrgica.

Era muita gente trabalhando, era muito animado aquilo ali. [Era animado?] Ah, era, eu gostava muito daquilo ali, cê vê que eu me animei e fiquei. Quando eu me aposentei ainda fiquei trabalhando, só sai porque fechou. [...] Era um serviço bom, coisa boa, todo mundo alegre, era tudo fardadinho. Não queria ninguém fora sem a roupa, sem a farda. Ele tinha aquele prazer de chegar e ver a turma toda azul (Edval Barreto, 2015).

A respeito do uniforme azul, na entrevista com seu Aginaldo tive uma feliz surpresa quando ele me contou que o havia guardado todos esses anos.

Figura 32 – Uniforme da Siderúrgica Santo Amaro



Fonte: Acervo pessoal, 2015.

Após aproximadamente 20 anos de funcionamento da Siderúrgica, os fatos que se seguiram, a partir de janeiro de 1980, transformaram-se em meses de surpresas, protestos, desentendimentos e incertezas. Em 01 de fevereiro de 1980, na edição 101 do Jornal do Commercio (RJ), noticiou-se o encerramento das atividades da Siderúrgica, que surpreendeu muitas pessoas, com o indicativo de que 220 funcionários ficariam sem emprego.

Figura 33 – Noticiário do fechamento da Siderúrgica Santo Amaro



Fonte: BNDIGITAL. Jornal do Commercio (RJ), Ed. 101, 1 de fevereiro de 1980.

Conforme reportagem publicada no Jornal do Brasil, em 1º de fevereiro de 1980³⁷, Antônio Ermírio de Moraes apresentou alguns aspectos que teriam motivado o encerramento da Siderúrgica: 1) A implantação da USIBA³⁸ em 1973, que foi vista pelo grupo como uma traição do Governo. Segundo Antônio Ermírio de Moraes, a produção da USIBA era maior, o que “reduziu a Santo Amaro a nada” e, desse modo, passou a sofrer com o fato da 2) insustentabilidade financeira da Siderúrgica Santo Amaro e 3) a punição sofrida em janeiro de 1980³⁹, quando foi multada pela Secretaria Especial de Abastecimento e Preços do governo, cujo Secretário era Carlos Viacava, além de terem perdido o acesso ao crédito oficial, por estarem vendendo com preços acima do tabelado pelo Conselho Interministerial de Preços (CIP). Nessa mesma publicação, o quantitativo indicado daqueles que ficariam sem seus empregos foi de 300 funcionários.

Figura 34 – Imagem que ilustra a matéria “Grupo Votorantim fecha usina siderúrgica punida pelo CIP”



Fonte: BNDIGITAL. Jornal do Brasil (RJ), ed. 297, 1 de fevereiro de 1980.

Na ocasião, conforme noticiado no Jornal do Comércio⁴⁰:

³⁷ Jornal do Brasil (RJ), ed. 297, 1º de fevereiro de 1980.

³⁸ Usina Siderúrgica da Bahia S/A (USIBA), é uma usina estatal de pequeno porte, cujo projeto de implantação existia desde 1959 e teve sua implantação e operação aprovada em 1963 pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), autarquia ligada à esfera federal. Em 1973, a USIBA entrou em funcionamento.

³⁹ Jornal do Brasil (RJ), ed. 288, 23 de janeiro de 1980.

⁴⁰ Jornal do Commercio (RJ), ed. 93, 23 de janeiro de 1980.

O Ministério do Planejamento encaminhou ontem ao Banco Central e à Secretaria da Receita Federal os nomes de 11 empresas siderúrgicas – seis do grupo Gerdau – com a determinação de cortar-lhes o crédito oficial e promover uma investigação minuciosa de suas declarações do imposto de renda e do IPI relativas ao último quinquênio. As empresas foram acusadas de vender produtos siderúrgicos, sobretudo vergalhões e sucata, por preços 60% superiores aos tabelados pelo CIP (Jornal do Comercio, 1980⁴¹).

Durante dias, os jornais da época noticiaram os desdobramentos desse evento, assim como a respeito de seus envolvidos.

Logo que tomaram conhecimento do fechamento da fábrica que funcionava há mais de 30 anos em Santo Amaro, operários, políticos e entidades de classe do Município, reunidos no Sindicato dos Metalúrgicos local – que se declarou em assembleia permanente – decidiram enviar telegramas ao Governador Antônio Carlos Magalhães (ele estava em Brasília), aos Ministros da Indústria e do Comércio e do Planejamento e diretamente ao Presidente da República, solicitando sua intervenção. Na assembleia, os operários que à tarde haviam sido convocados para assinar o aviso prévio, decidiram que esperarão até segunda-feira uma resposta das autoridades e caso não surja uma solução, pretendem realizar uma passeata de protesto no decorrer da semana. O sentimento de revolta entre eles é muito grande, não só pela escassez de oportunidades de trabalho na cidade, como também pelo fato de que muitos deles trabalharam durante toda a vida no ramo siderúrgico e não sabem fazer outro tipo de serviço (Jornal do Brasil, 1980⁴²).

A edição 298 do Jornal do Brasil (RJ), publicada dia 02 de fevereiro de 1980, aponta que Antônio Carlos Magalhães, conhecido como ACM, o então governador do estado, considerou o fechamento da Siderúrgica como uma represália do Grupo Votorantim ao governo Federal, além de declarar: “agora, cabe a quem promoveu a atitude que motivou a represália acionar os seus dispositivos para a reabertura da fábrica”. Essa opinião também era compartilhada pelo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo Amaro.

A edição 300 do Jornal do Brasil, de 04 de fevereiro de 1980, aponta que, segundo Antônio Carlos Magalhães, a iniciativa de Antônio Ermírio de Moraes em fechar a Siderúrgica estava sendo investigada pelo Secretário de Indústria e Comércio. Na edição 103 do Jornal do Comercio, também em 04 de fevereiro, foi noticiada a afirmação de Antônio Carlos Magalhães, que diz que se fosse declarado que a Siderúrgica havia fechado como forma de represália ao governo, “ela será forçada a reiniciar as suas atividades, mesmo que sob intervenção”.

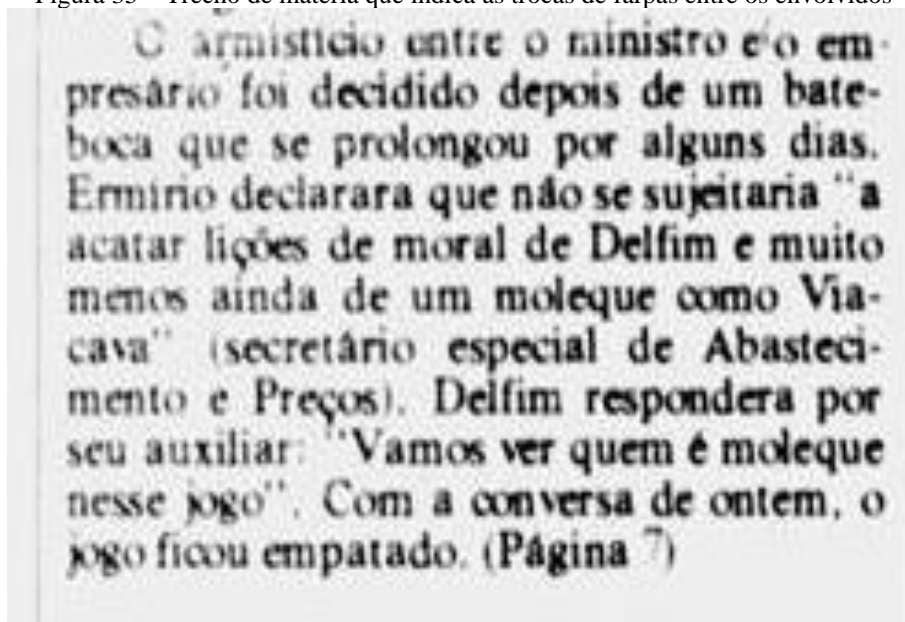
Em uma matéria veiculada no dia 05 de fevereiro de 1980, a edição 301 do Jornal do Brasil (RJ) aponta o acontecimento de uma reunião entre Antônio Ermírio de Moraes e Delfim

⁴¹ Jornal do Brasil (RJ), ed. 288, 23 de janeiro de 1980.

⁴² Jornal do Brasil (RJ), ed. 297, 1 de fevereiro de 1980.

Neto (Ministro do Planejamento), no dia 04 de fevereiro de 1980, para avaliar a possibilidade de reabrir a Siderúrgica. A mesma edição ainda cita a declaração de Antônio Carlos Magalhães, que afirmou ter recebido uma ligação do Ministro, garantindo a reabertura da Siderúrgica na manhã do dia seguinte.

Figura 35 – Trecho de matéria que indica as trocas de farpas entre os envolvidos



Fonte: BNDIGITAL. Jornal do Commercio (RJ), ed. 104, 5 de fevereiro de 1980.

Antônio Ermírio de Moraes, no dia 06 de fevereiro de 1980, afirma em entrevista publicada:

Só reabrirei a siderúrgica Santo Amaro depois de fazer um estudo sobre a viabilidade empresarial e levar em consideração o aspecto social da região. Mas uma coisa é certa: esta decisão é exclusivamente minha. No dia em que determinarem os rumos do meu negócio, eu passo para outra (Jornal do Brasil, 1980, ed. 302).

Antônio Ermírio ainda acrescenta que a decisão de fechar a Siderúrgica havia sido muito pensada e rebate a afirmação de que a decisão de fechar a fábrica fosse um mero capricho da parte dele. A edição 303 do Jornal do Brasil, de 07 de fevereiro de 1980, aponta uma nova perspectiva. Nesse momento, o Ministro da Indústria e do Comércio, Camilo Penna, reconheceu que os preços do mercado interno do aço estavam discrepantes da realidade do mercado e que esses preços deveriam ser corrigidos, no entanto, não concordava com a prática adotada pelas empresas, com preços fora da tabela. Segundo ele, após conversar com Antônio Ermírio de Moraes, o Governador Antônio Carlos Magalhães e o Ministro Delfim Neto, a crise havia

chegado ao fim, mas, cabia somente a Antônio Ermírio de Moraes a decisão sobre a reabertura da Siderúrgica.

Em 8 de fevereiro de 1980, a Siderúrgica reabriu. A edição 304 do Jornal do Brasil noticiou a reabertura, assim como a declaração de Antônio Ermírio de Moraes a respeito: solícito, explicou que a Santo Amaro reabrirá amanhã (hoje). “Ela vai operar com prejuízo, pois não foram mudadas as condições. Mas, o fechamento da fábrica é um problema social. Vou reabrir, mas espero que o Governo olhe com sensibilidade o problema”, afirmou o dirigente do grupo Votorantim.

A reabertura da fábrica foi motivo de muita comemoração, chegando os funcionários a realizarem uma romaria à Igreja de Nosso Senhor do Bonfim, no bairro Bonfim, em Santo Amaro. Em todo o desenrolar desse episódio, que envolveu vários nomes, é importante salientar a frequente ausência de um personagem em específico: o prefeito de Santo Amaro em exercício na época.

Dos políticos, o único que os operários não parecem muito dispostos a deixar participar da romaria é o Prefeito Local, Valter Figueiredo (ex-MDB e futuro PDS) que, segundo alguns empregados da fábrica não moveu uma palha para resolver o problema, mas tentou capitalizar os dividendos da reabertura – um carro da Prefeitura com alto-falantes que dizia: Graças a intervenção do Prefeito, Santo Amaro não perderá a siderúrgica (Jornal do Brasil, 1980⁴³).

Figura 36 – Trabalhadores reunidos nas proximidades da Siderúrgica



Entre manifestações de alegria, operários da Siderúrgica Santo Amaro retornam ao trabalho

Fonte: BNDIGITAL. Diário de Pernambuco (PE), ed. 39, 9 de fevereiro de 1980.

⁴³ Jornal do Brasil (RJ), ed. 304, 8 de fevereiro de 1980.

No entanto, a Siderúrgica não permaneceu em funcionamento por muito tempo. Logo no ano seguinte, em 19 de outubro de 1981, pouco mais de um ano e meio depois, a Siderúrgica novamente voltou a fechar suas portas, dessa vez, definitivamente.

A matéria publicada na edição 195 do Jornal do Brasil, em 20 de outubro de 1981, noticia o fechamento da Siderúrgica. A insustentabilidade financeira foi apontada por Antônio Ermírio de Moraes como a principal causa para o fechamento da Siderúrgica. O número de funcionários varia nas publicações do jornal. Se em 1980 é mencionado de 220 a 300 funcionários, no ano de 1981, a matéria traz o número de 162 funcionários. Muito embora as primeiras publicações não tenham um consenso a respeito desse número, essa discrepância sugere que, antes mesmo do encerramento definitivo das atividades, a empresa já havia reduzido seu número de funcionários.

O cenário econômico do município era um dos piores possíveis, a mesma publicação enfatiza a soma desse número de desempregados pela Siderúrgica Santo Amaro aos números de outras três empresas (a Companhia de Chumbo – COBRAC, a Indústria de Papel Santo Amaro e a Bacraft⁴⁴), onde em apenas dez meses, mais de mil trabalhadores haviam perdido seus empregos.

O fechamento da Siderúrgica foi duramente criticado pelo Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Santo Amaro, sob a presidência de Manoel Soares de Lima. De modo generalizado, esperava-se que a intervenção do Governo Estadual pudesse reverter a situação de alguma forma.

Segundo uma matéria da Revista Veja, de 28 de outubro de 1981, o fato causou grande irritação ao Governador Antônio Carlos Magalhães:

O Governador Magalhães, impossibilitado de mudar a decisão não deixou de manifestar seu aborrecimento: “O Antônio Ermírio prometera, no ano passado, reequipar a siderúrgica depois de confessar que não estava à altura de suas empresas. E mais ainda: nada faria sem me informar. No fim, ele não fez uma coisa nem outra. Não cumpriu a palavra” (Revista Veja, 1981).

Ainda no que diz respeito ao encerramento das atividades da Siderúrgica, algumas entrevistas com ex-trabalhadores possibilitam perceber o fato sob outra perspectiva. Muito embora há meses a crise já estivesse acontecendo e sendo noticiada em jornais, para alguns dos ex-trabalhadores entrevistados, o fechamento da Siderúrgica foi um ato repentino.

⁴⁴ Jornal do Comercio (RJ), ed. 16, 20 de outubro de 1981; Diário de Pernambuco (PE), ed. 286, 22 de outubro de 1981.

Quando fechou, eu fazia parte da diretoria do sindicato. Eu lembro bem que Dr. Ermírio de Moraes teve assim algumas coisas com o governo... De repente, mandaram fechar a fábrica, aí o sindicato reuniu o pessoal todo e fez um movimento que chamou atenção do Brasil todo, aqui a gente recebeu [...] uma série de emissoras de televisão, quer dizer, abalou o Brasil todo porque o sindicato fez aquele movimento [...]. Ermírio de Moraes não gostou, ele mandou garantir o pessoal e disse: “Pelo movimento que vocês fizeram, eu vou abrir a fábrica, mas eu vou abrir depois que eu for aí” [...]. Um belo dia, estava todo mundo parado, aí o helicóptero desceu [...], eram ele e o filho. Ele mandou chamar o representante do sindicato e disse: Eu não ia abrir isso aqui mais não, mas vou abrir essa fábrica só porque vocês mostraram força e mostraram pra eles que não existe pequeno grupo nem pequena empresa, o operário é um só, isso aqui é o Grupo Votorantim [...]. Passados alguns meses, ele mandou o sindicato procurar o governador, para tentar conseguir um terreno que tinha ao lado, que pertencia à marinha, para ele ampliar a fábrica [...]. Antônio Carlos Magalhães exigiu uma reunião com o sindicato lá na governadoria e exigiu mil ações para poder liberar. Antônio Ermírio de Moraes disse que o grupo Votorantim não tem acionistas, é um grupo de dois irmãos. Quando é um belo dia, a gente não estava nem esperando, veio uma ordem de São Paulo para fechar a fábrica naquela hora [...]. O pessoal ficou chorando, tudo pai de família, sabendo que ia ficar desempregado. Aí ele mandou uma equipe [...] que veio com todos os documentos para pagar as rescisões do pessoal. Disseram: vocês vão receber tudo que vocês têm direito e tem emprego em Barra Mansa pra todo mundo, tem carro, tem transporte pra quem quiser ir (José Monteiro dos Santos, 2015).

Seu Edval Barreto também menciona em seu relato a tentativa de expansão da área da Siderúrgica, pouco antes do encerramento das atividades:

Fechou porque, na ocasião tinha Antônio Carlos Magalhães, que era o governador. Então, Ermírio de Moraes queria aumentar aquilo ali, queria levar aquilo até lá, aquele mangue todo, ele chegou a medir tudo ali, indenizou muitas casas que tava ali no terreno, indenizou, tudo ia ficar defronte da destilaria. [...] Uma fábrica grande que ele ia fazer [...]. Foi a ACM pedir para baixar a energia [...] então, ele disse que ele baixava, mas que ele queria entrar como acionista da firma. Aí o dono disse: Não, não quero você na minha fábrica. [...] Aí fechou, ele tinha muitas fábricas, Barra Mansa, aí foi operário para Barra Mansa. Aí ele apanhou a fábrica e deu tudo à prefeitura (Edval Barreto, 2015).

Rapaz, eu mesmo, eu mesmo fico triste com isso, porque a gente tinha, a gente tinha uma fábrica dentro de Santo Amado, potência de vergalhão, era essa daqui. Potência... Mas, infelizmente, por briga política... [...] foi fechada... Antônio Carlos Magalhães disse que o dono daí, Antônio Ermírio de Moraes, nunca ia fechar essa fábrica aí [...]. Ele disse “não, eu fecho, é minha. Isso aqui é minha, eu fecho. Vou fechar e ver o que é que o senhor vai fazer”. E fechou mesmo, mas pagou a todo mundo. Não saiu o devendo nada a ninguém [...]. A gente foi pro sindicato, não veio ele mesmo, veio a segunda pessoa, que nem Lula, não tem o vice dele? Então, pronto, é a mesma coisa. Veio aí no escritório, veio o delegado, a delegacia era aqui no Sinimbu, o delegado veio [...] ficou todo mundo lá, deu o cheque de todo mundo, pra todo mundo receber seu dinheiro [...] foi tudo pago, não tem aquele que vai dizer “ah, tá devendo. Não pagou”. Não, pagou, entendeu? Aí não vai... isso aí não vai dizer que o homem foi junto a ele. E muitos que estavam até aí dentro, trabalhando, ainda viajou até pra fábrica dele, pra Barra Mansa. [...] Quando fechou, eu fiquei de vigilante [...]. Aí, então, de vigia, eu trabalhei com Pimenta e trabalhei com o João Melo (José Carlos Gomes dos Santos, 2023).

Seu Antônio dos Santos (2017), ao ser questionado sobre o fim da Siderúrgica, afirma que foi por questões políticas, envolvendo ACM e Antônio Ermírio, mas que não sabia o motivo. Rosângela Calmon também não soube dizer os motivos pelos quais a Siderúrgica foi fechada, mas menciona o impacto que o seu fim causou para a população santamarense:

Não sei o que aconteceu exatamente, que terminou, fechou e isso foi muito ruim pra cidade, pras pessoas. Ficou muita gente desempregada, muita gente que não conseguiu mais nada, quem tava perto de se aposentar, foi bom, mas muita gente ficou aí, pensando, sem emprego, que aqui não tem emprego (Rosângela Calmon, 2015).

Segundo os relatos, a Siderúrgica foi fechada com todos os instrumentos e os maquinários de trabalho que, até então, eram utilizados cotidianamente no serviço da siderurgia. O imóvel foi entregue ao poder público local. Segundo Antônio do Carmo (2024), rumores contam que na gestão de Raimundo Pimenta (1984-1988), o então prefeito teria retirado e transferido esse maquinário, mas não se sabe o destino. Depois desse episódio, o prédio passou a ter sua estrutura (partes produzidas em metais, como o telhado, além de portas e janelas) saqueada.

Os telhados eram de alumínio, o metal era caro. As folhas de alumínio tinham 6 metros de comprimento, largura acho que era 1,20 metros. Por que é um telhado de fábrica, né? São extensos mesmo, grandes. [...] Não sei se vendeu. Arrancaram os telhados todos. Desmontou tudo. Depois de desmontar tudo isso, ele ficou abandonado aí. Tudo aberto assim (Antônio do Carmo, 2024).

Durante os 40 anos seguintes (1981-2021), o prédio foi sendo progressivamente arruinado, restando hoje apenas os vestígios de uma antiga estrutura.

Estima-se que estejam abandonadas desde o último suspiro fabril entre a década de 80 e 90 do século XX, quando começaram a ser rotineiramente saqueadas durante os anos que se sucederam. Hoje, não se encontra qualquer vestígio do funcionamento da fábrica, além das suas paredes e dos trabalhadores que vendiam sua força de trabalho e que ainda vivem na cidade. Dominada pelo avanço do mato, as ruínas servem como refúgio para o consumo livre de drogas, alimentação de animais e para algumas práticas esportivas, em razão da grande área livre onde foi criado um campo de futebol (Alfredo, 2019, p. 37).

Nas ruínas da Siderúrgica é possível distinguir vários aspectos estéticos e históricos, o que nos remete ao conceito de “valor de antiguidade”, discutido por Riegl (2006). De acordo com este conceito, o autor observa que o aspecto e a aparência não modernos se opõem à modernidade, a partir de características imperfeitas e, em algum nível, degradadas, que são

oferecidas pelo passar do tempo e que se tornam responsáveis por dar indícios de que a construção pertence a um tempo passado.

Porém, se os autores mais antigos que discutem a respeito das ruínas concordam com o fato de que somente o desgaste pelo tempo é aceitável, nesse caso, temos o que seria considerado por eles mesmos como uma mutilação: o agravante da ação humana que intensificou e acelerou o processo de arruinamento e degradação do edifício.

Mesmo assim, as Ruínas da Tarzan seguem chamando a atenção pela sua dimensão, pela sua composição estética e pelos elementos da arquitetura que permanecem, ainda que descaracterizadas e distantes de seu estado anterior de pré-arruinamento. Nesse caso, não se trata especificamente de seu estado primitivo, pois entre seu funcionamento inicial, como destilaria e depois como Siderúrgica, o edifício passou por vários acréscimos e reformas, para que se adequasse à função necessária.

A materialidade das ruínas é como uma ponte entre passado, presente e futuro. Quanto ao passado, nos dá pistas para pensar a respeito das inúmeras questões relacionadas ao seu período de construção e funcionamento enquanto indústria.

3 AS RUÍNAS NO PRESENTE

3.1 A disputa pelo lugar

A UFRB chegou a Santo Amaro após longos anos de apelo pela presença de uma universidade na cidade. Conforme Brito (2021), a implantação do CECULT também contou com uma forte mobilização da comunidade santamarense, a partir do movimento “para ser do Recôncavo tem que estar em Santo Amaro”, criado em 2008 e amparado pela ata de 14 de junho de 1822, onde foi reivindicada a implantação de uma universidade no município de Santo Amaro.

Em 2012, o terreno onde estão as ruínas foi doado pelo poder público local para a instalação permanente do CECULT, que foi instalado na cidade em 2013, tendo como seu primeiro curso de Graduação o Bacharelado em Publicidade e Propaganda (curso hoje lotado no CAHL – Centro de Artes, Humanidades e Letras, em Cachoeira-BA) e, no segundo momento, contemplando a sua proposta de criação, iniciado o Bacharelado Interdisciplinar em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (BICULT). Isso gerou alegria para alguns e frustração para outros. Algumas pessoas esperavam que chegassem a Santo Amaro cursos tradicionais, como Direito ou Medicina, e não cursos voltados às artes.

Muito embora a doação tenha sido feita em 2012, como citado acima, as obras necessárias têm passado por um longo período de espera. As obras foram previstas a partir do programa PAC – Cidades Históricas, porém, até 2023, das oito⁴⁵ obras previstas, apenas quatro foram concluídas.

Moisés, atual Secretário de Cultura e Turismo, traz uma perspectiva sobre a situação das Ruínas da Tarzan. Com seu envolvimento direto na obtenção do PAC das Cidades Históricas, ele fornece um olhar privilegiado sobre os esforços e desafios enfrentados para revitalizar o espaço, marcando um ponto crucial na narrativa das ruínas.

Para falar sobre a Tarzan, eu preciso voltar lá atrás. Quando Rodrigo estava sendo Secretário de Cultura e Turismo aqui no município, Ricardo era o prefeito. A gente conseguiu, através deles, na época eu era assessor de Rodrigo, o PAC das Cidades Históricas, que a gente conseguia requalificar a Igreja da Purificação, esse prédio que hoje é a Secretaria, Biblioteca/Arquivo e Secretaria, o prédio de Casa de Câmara e Cadeia, a Igreja do Amparo [...] também estava dentro do PAC o Mercado Municipal e também tinha a Tarzan. [...] Só que a Tarzan, abraçando, o projeto estava em

⁴⁵ Antiga Fábrica Trzan (implantação de *Campus* da UFRB), Antiga Casa de Câmara e Cadeia (obra concluída), Arquivo Público (obra concluída), Igreja do Amparo (obra concluída), Igreja Matriz de Nossa Senhora da Purificação (obra concluída), Igreja do Rosário, Mercado de Santo Amaro e Feira Bembé do Mercado.

torno, na época, de 100 milhões de reais. E aí reduziu, foi para 60 milhões, que seria a parte arquitetônica que ia ser preservada, e, no caso, a universidade, e o pavilhão de aula, que também ia ser construído, no caso. [...] E aí, como teve o golpe, o *impeachment* de Dilma, isso parou. E lembro que mesmo quando Ricardo não conseguiu fazer sucesso, o Flaviano venceu as eleições, só que mesmo assim eu tinha um diálogo com o Danillo, e na época o vereador era, que era o presidente da Câmara, o Herden, que hoje, inclusive, ele trabalha nessa gestão. Sempre dialogava com eles em relação a Tarzan, procuravam, a gente tirava algumas dúvidas, a gente conversava muito sobre isso, e eles tiveram algumas tratativas em Brasília, na época mesmo que Bolsonaro estava sendo o presidente, mas eu acho que não conseguiu avanços. E aí, agora, a gente já teve com Margareth [Menezes, atual ministra da Cultura do terceiro governo Lula] pessoalmente, já tivemos com o presidente do IPHAN, e já tivemos também com o próprio presidente da República. [...]

A gente levou, já entregamos o projeto, só que grande parte desse recurso vai sair pelo Ministério da Educação. É algo interministerial. Ministério da Educação, Ministério da Cultura. Ministério da Cultura vinculado a partir do patrimônio, de preservação, a manutenção de lá da fachada, enfim, toda a estrutura, e o Ministério da Educação porque ele está vinculado à Universidade. Então, a perspectiva é que, depois que a universidade passe pra lá, que dobre a capacidade de alunos, também dobre a capacidade de professores e dobre, também, a capacidade de cursos. Então, é algo extremamente importante pra cidade e a gente está dialogando [...]. Alessandra teve com o Rui Costa, que é o Ministro Chefe da Casa Civil, ela também levou esse pleito, ele tá cuidando disso, né? Mas eu acho que nesse momento não vai sair, porque o projeto que tá aprovado, que já tá com as rubricas garantidas, é o do mercado vertical. Que vai, não só o mercado, mas também a Orla que vai passar por uma requalificação (Moysés Santos Neto, 2024).

No entanto, com o lançamento no Novo PAC, as obras da Tarzan não foram indicadas pelo município, ficando fora dessa nova lista.

E nesse novo PAC a gente escreveu o Barão de Sergi [...], a Casa do Samba, esses dois junto com o prédio que doamos para a associação do Bembé do Mercado [...] e a Igreja de Nossa Senhora de Oliveira. Foram esses quatro prédios que a gente escreveu no Novo PAC. E a Trzan, a gente pediu pra rever o pessoal [...], os técnicos do Ministério e do IPHAN, eles reverem o projeto, eles adaptarem, readequarem, tornar o projeto um pouco mais exequível, vamos dizer assim, porque o volume era muito grande, porque tinha uma passarela que ligava, eu não sei se você chegou a ter acesso ao projeto, o bairro da Santa Luzia, tinha uma requalificação de todo o entorno, enfim era um projeto lindíssimo, grandioso, só que devido à falta de recursos, a gente pediu pra fazer uma readequação, mas o projeto ainda existe, né? E, assim, a Alessandra, ela está engajada, até porque ela teve um posicionamento na época que tava pra vir a empresa para aqui, teve todo aquele alvoroço aqui na cidade (Moysés Santos Neto, 2024).

A revitalização das Ruínas da Tarzan, conforme discutido por Moysés, atual Secretário de Cultura e Turismo do município, emerge como um projeto intrinsecamente político e interministerial, refletindo a complexa trama de esforços e interesses que moldam o cenário urbano de Santo Amaro. Esse projeto não apenas carrega o potencial de transformar significativamente o tecido social e econômico da cidade, prometendo expandir a oferta de cursos, dobrar o número de alunos e professores na universidade, mas também coloca em

evidência a tensão entre as prioridades da gestão municipal e as demandas imediatas da comunidade.

Por outro lado, a menção de Moysés sobre o financiamento condicionado à patrimonialização dos espaços revela uma oportunidade crítica para as Ruínas da Tarzan. Essa condição sinaliza que a preservação e o reconhecimento oficial do valor histórico e cultural do local podem ser chaves para desbloquear recursos federais, potencializando o projeto de revitalização. No entanto, para que esse potencial seja plenamente realizado, ressalta-se a importância de uma sinergia mais estreita entre a universidade e as necessidades da comunidade santamarense. A universidade está diante do desafio de alinhar seus projetos de expansão e desenvolvimento com as expectativas locais, garantindo que a transformação do espaço das ruínas em um *campus* universitário não apenas enriqueça o patrimônio cultural da cidade, mas também responda de maneira efetiva às demandas sociais, educacionais e econômicas de Santo Amaro.

Em julho de 2020, as Ruínas da Tarzan (de modo mais específico, todo o terreno que faz parte da propriedade onde estão as ruínas) deixaram de estar em um aparente lugar de esquecimento e invisibilidade, e protagonizaram uma disputa entre a UFRB e a Orbi Química. A Orbi Química é uma empresa paulista, fundada em 2006, que atua na produção de produtos químicos utilizados na indústria, manutenção de automóveis e na construção civil. A Orbi atualmente conta com sedes em Leme-SP e em Blumenau-SC, além de Camaçari-BA, cuja implantação ocorreu após a situação envolvendo as Ruínas da Tarzan.

Na ocasião, a gestão municipal de Santo Amaro propunha a revogação da doação do terreno para a UFRB, por meio de um projeto de lei, para que a Tarzan e o terreno do entorno fossem, então, doados à Orbi Química. Destaca-se que, em nota publicada no portal do CECULT/UFRB, a reitoria afirma não ter sido previamente informada sobre o projeto de doação do terreno à empresa Orbi Química e foi surpreendida com a criação do projeto de lei.

Muito embora, em 2015, em uma matéria publicada pelo Portal A Tarde, seja citada a presença da Orbi Química no município de Camaçari, a partir da posse de um terreno no polo industrial da cidade⁴⁶, as notícias veiculadas pelo portal da Prefeitura de Camaçari, em julho de 2020, não fazem menção a esse terreno. Conforme o portal, ao anunciar a ida da empresa para o município, a informação publicada foi de que a empresa funcionaria de forma provisória em

⁴⁶ O Polo Industrial de Camaçari é o maior complexo industrial integrado do Hemisfério Sul, com mais de 90 empresas. É composto por indústrias do ramo automotivo, de celulose, metalurgia, têxtil, fertilizantes, energia eólica, bebidas e serviços. O polo começou a operar em 1978, inicialmente com indústrias petroquímicas. Em 2012, tinha um faturamento anual de US\$15 bilhões, gerando cerca de 45 mil empregos, 15 mil diretos e 30 mil indiretos. Disponível em: <http://www.bahia-turismo.com/camacari/polo.htm>. Acesso em: 28 ago. 2022.

um galpão e que, em seguida, buscaria um terreno para a construção definitiva da fábrica. Em 2022, as instalações definitivas da fábrica foram inauguradas e, desde então, estão em plena atividade.

A disputa envolvendo a universidade e a Orbi Química teve notoriedade no estado da Bahia e movimentou críticas de uma parcela importante da comunidade local, de alguns políticos, da comunidade acadêmica e de figuras públicas, como artistas de grande visibilidade, como o cantor e compositor santamarense Caetano Veloso:

Venho aqui para fazer um pedido muito sério aos vereadores da cidade de Santo Amaro, minha cidade natal. Acontece que o terreno que hoje pertence à Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, está sendo ameaçado de ser entregue a Orbi Química, para montar uma fábrica com riscos químicos dentro da cidade de Santo Amaro, logo junto à entrada da cidade, já dentro da cidade, onde ficava uma fundição de aço, chamada Tarzan, que na verdade era Trzan, e esse lugar hoje é um lugar que foi comprado para a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Eu peço aos vereadores de Santo Amaro que se lembrem que a Câmara Municipal de Santo Amaro é pioneira na história da independência do Brasil, que se respeitem e pensem profundamente, entendeu, nos problemas de Santo Amaro já vem enfrentando, muitas dificuldades muitos anos por causa de questões ambientais causadas pela aquela fábrica de chumbo que houve lá em cima, na parte da estrada depois do Bonfim, mas essa está debaixo, já defronte ao Araújo Pinho, junto do rio Subaé, é uma nova ameaça que nós não devemos admitir, é uma perda também para a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, uma perda inestimável, mesmo que haja atrasos, houve mudanças na política brasileira entendeu.

Então, senhores vereadores da minha cidade de Santo Amaro da Purificação, por favor, não deixem que uma fábrica química da Orbi, seja implantada no perímetro urbano da cidade de Santo Amaro nem na beira do Rio Subaé (Caetano Veloso, 2020⁴⁷).

Contudo, em algumas instâncias, as opiniões eram divididas. Esse é o primeiro ponto para pensar nas diferentes formas como as pessoas foram afetadas e os processos de afecção (Barreiro; Carvalho; Furlan, 2018) gerados a partir dessa disputa.

De um lado, um grupo defendia a transferência do terreno para a Orbi Química, tendo em vista a criação de empregos na cidade e, quiçá, a reconstrução da imagem de uma cidade em ascendência, progresso e desenvolvimento. Para isso, esse grupo exerceu um discurso e postura que diminuía a importância da presença da universidade na cidade. Podemos considerar como parte desse grupo os vereadores que votaram a favor do projeto, o Prefeito na ocasião, Flaviano Rohrs, e o presidente da Orbi Química, que também se manifestou em algumas entrevistas. No portal da Agência Eco Nordeste, a matéria aponta essas opiniões:

O prefeito de Santo Amaro, Flaviano Rohrs, publicou um vídeo em seu perfil no Facebook, em que diz: “Com desculpas esfarrapadas, votaram contra. Não fez questão

⁴⁷ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CDFq5uIFoKo/>. Acesso em: 8 out. 2022.

nem ambiental e nem politicagem. Quem perde é o povo de Santo Amaro. Quem perdeu a oportunidade foi nossa juventude, as mães e pais de família que clamam por empregos”, disse. Na mesma linha, o CEO da Orbi Química, Rogério Fiorotto Seabra, também lamentou que as decisões não foram favoráveis à aprovação da ida da empresa para Santo Amaro, mas disse respeitar o voto do Legislativo Municipal e garantiu que ainda tem interesse em se instalar na Bahia, não necessariamente na cidade. “Poderíamos, de mãos dadas com o município de Santo Amaro, com nossos sérios propósitos e valores empresariais, sociais e ambientais expandir a nossa operação e desenvolver esta região, melhorando a qualidade de vida de seus munícipes. Temos a consciência tranquila quanto à lisura no trâmite da aquisição da área que infelizmente não foi aprovada. Desejamos toda sorte ao município e agradecemos a acolhida recebida”, ressaltou Seabra (Gitel, 2020).

Do outro lado, nota-se um grupo eclético na defesa da permanência do terreno com a universidade, incluindo políticos, professores, artistas, estudantes, cidadãos de Santo Amaro e a UFRB. Nos discursos, muitos deles apaixonados, defendia-se tanto a permanência da posse do terreno pela universidade, implicando na continuidade da sua presença na cidade, quanto a segurança ambiental do município, dada a natureza da empresa interessada e o histórico de poluição e contaminação do solo e do rio, que o município carrega como consequência de atividades de outra empresa no passado⁴⁸. Em nota oficial⁴⁹, publicada em 25 de julho de 2020, a diretoria do CECULT declara:

A diretoria do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas da UFRB vem a público reiterar a posição da UFRB, junto à comunidade acadêmica (docentes, técnicos, discentes e terceirizados), diante da notícia do projeto de lei enviado à Câmara de Vereadores de Santo Amaro para instalação de uma indústria de produtos automotivos (Orbi Química) na área que foi cedida à UFRB para a construção do campus de Santo Amaro.

A implantação do campus da UFRB em Santo Amaro é fruto de uma demanda histórica da região, articula-se aos posicionamentos políticos e estratégicos desta Universidade e da comunidade do Recôncavo, além de responder à necessidade política urgente de expansão e descentralização da produção e difusão da educação, a partir do entendimento da cultura como um campo estratégico do desenvolvimento socioeconômico; além disso, como meio de produção e difusão de saberes, espaço de experimentações e expressões artísticas, veículo de inclusão social e digital, área de aplicação e inovação tecnológica, instrumento de informação, comunicação e educação em todos os níveis.

A doação da área da Trzan, em 2013, foi condição para implantação e expansão de nossa Universidade na cidade de Santo Amaro, pois conseguimos na ocasião incluir o projeto do Campus no PAC das Cidades Históricas junto ao IPHAN. Os estudos preliminares já foram realizados pelo IPHAN e o projeto aguarda liberação de recursos para sua implementação. Trata-se de obra estrutural e de grande porte e que certamente deixará um legado à cidade e à nossa comunidade universitária.

Ocupamos hoje de forma provisória o antigo Colégio Pedro Lago, que não nos atenderá em médio prazo e, por isso, reforçamos a necessidade da manutenção dessa área, pois, caso contrário, não teremos condições de permanência no município, visto que o nosso quadro docente, técnico e de estudantes prevê um público de 1500 acadêmicos.

⁴⁸ Companhia Brasileira de Chumbo (COBRAC).

⁴⁹ Disponível em: <https://ufrb.edu.br/cecult/noticias/823-nota-da-diretoria-do-cecult-2>. Acesso em: 8 out. 2022.

Na sexta-feira, 24 de julho, o professor Danillo Barata protocolou, na Câmara Municipal de Vereadores de Santo Amaro-BA, um ofício com essas informações, endereçado ao presidente da Câmara, Sr. Herden Cristiano do Amaral Boucas. Anexados ao ofício, foram encaminhados também os documentos da doação e de arrecadação de impostos, DARF, referentes ao terreno.

A reitoria também encaminhou um ofício ao presidente da Câmara dos Vereadores na sexta-feira, 24 de julho, no qual o magnífico reitor Fábio Josué destaca que a administração superior não foi informada sobre o projeto de doação do espaço físico da antiga sede da Fundação Tarzan para implantação de indústria Orbi Química. O reitor ressalta, no documento, que atualmente a UFRB aguarda disponibilização de recursos para implantação do projeto que dará início à obra do campus universitário em Santo Amaro. Além disso, reitera o interesse e o empenho da administração superior em consolidar a implantação do Campus da UFRB neste município, tendo como imprescindível a construção da sede do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (CECULT) no espaço que nos fora doado, terreno das ruínas remanescentes da antiga Siderúrgica Fundação Tarzan.

Santo Amaro, cidade histórica, cantada em verso e elogiada em prosa, está lutando por ter reconhecido o seu papel na história do Brasil. A UFRB é fruto desta luta e também um instrumento na luta por dias melhores. A UFRB é uma conquista do povo de Santo Amaro para a promoção do desenvolvimento sustentável da cidade (Baratta; Freitas, 2020).

Em vídeo⁵⁰, o ex-prefeito Walmir Figueiredo (1978-1982, e foi na sua gestão que a Siderúrgica foi fechada) se manifestou contra a implantação da Orbi Química no terreno. O político afirma que não é contra a implantação de indústrias na cidade, mas se opõe em tirar a universidade de onde lhe foi proposta para doar o terreno, priorizando uma empresa de produtos químicos, na sua compreensão, essa proposta revela um desrespeito ao povo de Santo Amaro. O Padre da Igreja de Nossa Senhora da Purificação, Raimundo Mário de Santana, também se posicionou em vídeo⁵¹ a favor da permanência da UFRB. Outros depoimentos também foram trazidos pelo Jornal Correio⁵²:

O antropólogo santamarense Wellington Pereira, membro do Coletivo Angela Davis da UFRB, espera mais discussão. “Acredito que toda e qualquer forma de gerar emprego para a população é justa e salutar. Porém, acredito que o tema tem que ser mais debatido. O terreno previamente tinha uma destinação, que é abrigar o campus da UFRB” (Correio, 2020⁵³).

Livia Milena, natural de Santo Amaro, atua como professora na rede pública da cidade e é reconhecida também por seu talento como cantora e compositora. Ela se posicionou

⁵⁰ Disponível em: <https://web.facebook.com/cabe.rocha.1/videos/3046662562226649>. Acesso em: 28 jul. 2023.

⁵¹ Disponível em: <https://web.facebook.com/cabe.rocha.1/videos/3047194728840099>. Acesso em: 28 jul. 2023.

⁵² Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/bahia/ufbr-e-industria-quimica-disputam-terreno-doadopor-prefeitura-em-santo-amaro-0720>. Acesso em: 28 jan. 2023.

⁵³ Disponível em: <https://ufbr.edu.br/cecult/noticias/823-nota-da-diretoria-do-cecult-2>. Acesso em: 8 out. 2022.

firmemente em oposição à instalação da Orbi Química no terreno cedido à UFRB. Livia faz uso do Google Maps para contextualizar sua publicação nas redes sociais.

Figura 37 – Publicação nas redes sociais, feita por Livia Milena, professora e artista santamarense



Fonte: Publicação retirada do Facebook de Livia Milena⁵⁴.

Conforme noticiado no perfil oficial da Prefeitura de Santo Amaro no Facebook, no dia 22 de julho de 2020, aconteceu uma consulta pública. Porém, é importante salientar que a divulgação dessa consulta somente aconteceu no dia anterior, em 21 de julho de 2020, pela mesma rede social, impedindo uma mobilização mais sólida da comunidade em torno da questão. O Presidente da Câmara de Vereadores de Santo Amaro, Herden Cristiano, posicionou-se contra a instalação da Orbi Química no terreno das Ruínas da Tarzan. Segundo ele, em vídeo⁵⁵ divulgado nas redes sociais e em matéria publicada⁵⁶, ele é favorável à implantação da Fábrica na cidade, desde que em um local adequado, que seria no já existente “Polo Industrial do Município”.

⁵⁴Disponível em: <https://web.facebook.com/liviamilena.cantora/posts/pfbid02wGsdoaj7sJbYaqLugEATHgJDYaaHAtZWjRqeBjuVy8FBsVTRAT4oxGyQZV2v8FdQl>. Acesso em: 28 jul. 2023.

⁵⁵ Disponível em: <https://web.facebook.com/herden cristiano.boucas/videos/1687138761437690>. Acesso em: 28 jul. 2023.

⁵⁶ Disponível em: <https://agenciaeconordeste.com.br/apos-pressao-terreno-de-universidade-em-santo-amaro-nao-ira-para-industria/>. Acesso em: 8 fev. 2022.

No dia 27 de julho de 2020, o projeto de lei seguiu para votação na Câmara de Vereadores de Santo Amaro. Eram necessários dez votos favoráveis para a aprovação do projeto. No entanto, o resultado final foi de nove votos favoráveis e cinco votos contra, contudo, vale ressaltar a ausência de um dos parlamentares, que poderia ter gerado um resultado completamente diferente. Dessa forma, o terreno não foi passado à indústria.

Figura 38 – Publicação nas redes sociais, feita por Laura Bezerra, professora do CECULT/UFRB e santamarense



Fonte: Publicação retirada do Facebook de Laura Bezerra⁵⁷, que também foi compartilhada no site da Associação dos Professores Universitários do Recôncavo (APUR).

Em nota oficial⁵⁸, publicada em 29 de julho de 2020, a diretoria do CECULT declara:

A diretoria do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas da UFRB, junto à comunidade acadêmica (docentes, técnicos, discentes e terceirizados), vem a público agradecer aos diversos membros da comunidade de Santo Amaro, às organizações das comunidades quilombolas, pesqueiras e marisqueiras, dos povos de terreiros, igrejas católica e evangélica, à Associação das Vítimas do Chumbo e Cádmiio e às associações pela preservação da cultura popular, cuja mobilização foi fundamental para impedir a aprovação do projeto de lei para instalação da indústria de produtos automotivos Orbi Química, que apresentava violação direta de direitos e deveres expressos na Constituição Federal e em demais legislações federais, estaduais e municipais.

⁵⁷ Disponível em: <https://web.facebook.com/photo?fbid=3237229152965455&set=a.216063751748692>. Acesso em: 28 jul. 2023.

⁵⁸ Disponível em: <https://ufrb.edu.br/cecult/noticias/826-nota-da-diretoria-do-cecult-3>. Acesso em: 8 out. 2022.

Gostaríamos de reiterar que essa vitória, possível graças à mobilização da comunidade santamarense, representa para a UFRB a manutenção do projeto de “criação de campus universitário da Universidade do Recôncavo na antiga Fundação de Aço Trzan”, previsto no Plano Diretor municipal (Lei nº 1990/2014). Ademais, representa a reafirmação da nossa missão institucional e do compromisso junto à comunidade santamarense.

Na petição contra o projeto de lei, apresentada por organizações representativas da comunidade de Santo Amaro, dirigida ao presidente da Câmara Municipal de Vereadores, e lida durante a sessão em que houve a votação do projeto, foram evidenciados os fatos e ilegalidades que representavam violação a direitos fundamentais relativos à participação popular, ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e saudável, ao devido processo legal e a prática de ato lesivo ao patrimônio público, bem como o desrespeito a obrigatoriedade de consulta prévia e informada dos povos e comunidades tradicionais. O documento foi encaminhado também ao Ministério Público Federal e à Defensoria Pública do Estado da Bahia.

Essa mobilização revela o quanto podemos realizar, universidade e sociedade, através da união de nossas forças, para avançar no compromisso, que é também nossa missão institucional, de enfrentamento às desigualdades e à discriminação e da promoção de justiça social e garantia de direitos (Baratta; Freitas, 2020).

Nas redes sociais e em canais de comunicação, uma série de opiniões e depoimentos foram publicados a favor da permanência da universidade e contra a instalação da empresa Orbi Química. Inúmeros portais e jornais também noticiaram o ocorrido. As matérias, entrevistas, notas oficiais e publicações acima mencionadas nos servem de fonte de análise para pensar sobre as reações, as opiniões e como as pessoas foram afetadas pela disputa. No que diz respeito aos afetos, Barreiro, Carvalho e Furlan (2018, p. 527) afirmam que:

Os afetos (alegria/tristeza) dizem respeito a estarmos sujeitos aos aumentos e diminuições de nossa potência de agir. No entanto, é recorrente estarmos temporariamente menos fixados a essa variação quando nossa potência de agir é aumentada, ou seja, quando somos afetados pela alegria, desejamos permanecer assim. Então, a amplitude da potência de agir gera um impulso para nos manter afetados de alegria, mas quando somos afetados pela tristeza, a potência de ação está em um nível baixo.

Esse é um caso que nos ajuda a entender que em situações nas quais o patrimônio está sob ameaça, os afetos em relação a esse lugar podem não resultar em uma diminuição da potência de ação. Pelo contrário, a ameaça pode gerar uma mobilização significativa e um forte apelo popular para defender o que está em perigo. No caso das Ruínas da Tarzan, esse processo foi marcado por uma grande mobilização da comunidade e uma vigorosa tentativa de preservar o patrimônio em questão.

Se até determinado momento, como aqui já citado, o espaço das ruínas parece esquecido e/ ou invisibilizado, quando ele ocupa o centro de uma disputa emergem as opiniões e ações de proteção ao lugar, nesse caso não só em relação às ruínas, mas também ao seu entorno e à cidade de modo geral.

Considero que o principal ponto de interesse para a comunidade foi a preocupação ambiental relacionada ao município, especialmente o risco iminente de uma nova onda de poluição, juntamente com a importância de manter a presença da universidade no local. Essa permanência não apenas traz benefícios para a comunidade em geral, mas também garante uma utilização mais adequada da área. A repercussão do depoimento de Caetano Veloso aumentou ainda mais a visibilidade e a participação da comunidade. Portanto, as ruínas, nesse contexto, podem ser percebidas como um símbolo da presença da universidade e como uma entidade que se compromete também com a proteção da cidade e dos seus bens naturais.

Nesse sentido, podemos pensar a relação entre a comunidade de Santo Amaro e as Ruínas da Tarzan, e como ela vai se transformando ao passo que os acontecimentos envolvem o lugar, nesse momento, considerando os acontecimentos mais atuais. A presença da ruína, por exemplo, é uma realidade constante na vida da comunidade santamarense, uma vez que, como já dito, ocupa um espaço fronteiro na cidade. Para outro grupo, o da comunidade acadêmica, a relação em geral não se dá de forma direta, porém, existe enquanto expectativa de que em algum momento a universidade esteja finalmente presente naquele lugar.

A questão do afeto, segundo Barreiro, Carvalho e Furlan (2018), também envolve as relações entre governantes e cidadãos. Nessa circunstância, é possível perceber tanto na esfera política quanto na esfera civil como determinados lugares estão sujeitos e demonstram essa relação de afeto. *A priori*, a comunidade vem reagindo às ações propostas pelo poder público local e pela ameaça às ruínas e à cidade, do mesmo modo como se deu a iniciativa da revogação da doação, que também pode ser pensada a partir da observação de como as ruínas vêm provocando ações do poder público e das autoridades locais.

Toda ruína conserva algo que pode ser importante para alguém ou a algum grupo, nesse sentido, estão presentes as categorias de pertencimento, identidade e direito à memória. As relações que os sujeitos estabelecem com determinados bens e lugares, por vezes podem ser visíveis e muito conhecidas, mas em outros momentos podem parecer invisibilizadas. Assim, alguns lugares parecem ter se tornado esquecidos, porém, no momento em que esses lugares ocupam uma posição de risco, podem provocar uma significativa mudança nas formas como são vistos e ressignificados, ou ainda fazer emergir uma relação que não era comumente percebida antes.

A participação social reafirma a sua importância e os debates fomentados por Abreu (2020), Zanirato (2009) e Menezes (2009), que discutem a respeito da importância do envolvimento social nos processos de preservação, pois é somente a partir da mobilização social

que efetivamente a comunidade pode se fazer ouvir e pôr a sua fala em contraposição ao discurso posto como oficial.

Zanirato (2009) chama atenção para o fato de que são as relações estabelecidas, o modo como os sujeitos se reconhecem nos bens (patrimonializados ou não) e a importância que é atribuída ao que entendem como patrimônio, que é a chave da efetiva participação social nos processos relativos à preservação do patrimônio. “Isso implica que a população se sinta identificada com os elementos a serem conservados, que se reconheça neles, para que eles se tornem, de fato, representativos dela e para ela” (p. 139).

Nesse sentido, os usos sociais dizem respeito às variadas formas com as quais as comunidades se relacionam com os bens e patrimônios que impactam diretamente na forma como esse patrimônio é tratado, e essas formas variam de acordo com a formação sociocultural dos sujeitos dessas comunidades. “Esses usos sociais correspondem aos modos socialmente construídos para a participação da sociedade em geral na identificação, conservação, estudo e difusão dos bens que configuram a sua identidade” (Zanirato, 2009, p. 139).

3.2 As práticas sociais e a vida em torno das ruínas

O debate inicial apresentado neste capítulo foi o mote para discutir a relação entre o patrimônio, as Ruínas da Tarzan e a comunidade, a partir das percepções, vivências e interpretações da comunidade santamarense, que se agravaram por meio de uma disputa territorial. No entanto, o nosso interesse sobre a disputa pelo lugar, as práticas sociais e a vida em torno das ruínas precede esse confronto político.

Para nos aproximarmos desse tema, realizamos uma série de entrevistas, coletadas em campo, entre 2023 e 2024. A realização das entrevistas foi motivada pelo desejo de investigar como a comunidade pensa o patrimônio e se as ruínas ocupam esse lugar, além de perceber as práticas sociais relacionadas às ruínas e a expectativa da comunidade quanto à implantação do CECULT/UFRB nesse lugar.

A partir dessas entrevistas, buscamos encontrar as memórias que ainda sobrevivem, além de identificar a percepção da comunidade acerca das transformações do espaço e de seus usos. Compreender, a partir dos relatos, como a comunidade foi e ainda é afetada por essas transformações tempo-espaciais, assim como perceber de quais formas as relações indivíduo-indivíduo e indivíduo-espaço se modificam também a partir das transformações desse espaço.

No que diz respeito às práticas sociais, um dos objetivos principais desta pesquisa foi perceber quais são as práticas que ainda acontecem no território das ruínas. Desde a realização da primeira etapa da pesquisa sobre a Siderúrgica, já era do meu conhecimento, por exemplo, a existência de um grupo de homens que frequentava regularmente a área das ruínas para jogar futebol.

No entanto, nas nossas primeiras pesquisas, a partir dos relatos obtidos, concluímos que o futebol, no mesmo formato que ainda acontece hoje, ou seja, no campo em frente às ruínas, acontecia desde o período de funcionamento da Siderúrgica. “A siderúrgica tinha um time de futebol, chamado Aço Tarzan, que era a parte social da siderúrgica para o lazer, então, todos os funcionários eram sócios do Aço Tarzan e o Aço Tarzan disputava o campeonato de amadores de Santo Amaro” (Raimundo Artur, 2015).

José Monteiro dos Santos, também em 2015, mencionou a existência de um time de futebol, o Amarantinho. Os relatos informais indicam essa mesma direção, muito embora não houvesse relatos contundentes a respeito disso, entendemos que os encontros para os jogos de futebol poderiam ser percebidos como uma prática comum na Siderúrgica.

Mas, conforme Valmir nos contou, o futebol no campo defronte às ruínas é uma prática muito mais recente do que havíamos pensado. A partir do relato de Valmir, junto com os relatos de Raimundo Artur e José Monteiro dos Santos, entendemos que a Siderúrgica, de fato, tinha um time de futebol, mas este time jogava em outro espaço, que era um campo situado no bairro Ilha do Dendê, assim como no estádio municipal, disputando competições locais: “O time jogava mais no estádio, jogava lá... O campo central daqui, era lá na Ilha, todo mundo jogava bola ali na Ilha” (Valmir Martins, 2023).

Ele não soube precisar há quantos anos esses homens estão jogando futebol naquela área, mas estima-se que seja entre 15 e 20 anos. José Carlos (Mamaô) nos confirmou esse fato e nos contou que em seu período de funcionamento, a área da Siderúrgica possuía uma grande diversidade de árvores, mas que o campo e a prática do futebol não havia naquele período, “Era o que tinha ali, muita coisa tinha ali, banana... era o que tinha lá só, não tinha campo não, campo depois que a fábrica se acabou, que fechou, que o homem entregou, aí eles aí fizeram, limparam lá e fizeram o campo” (José Carlos Gomes dos Santos, 2023).

Ainda segundo Valmir, o campo inicialmente seria onde hoje entendemos como o fundo da Siderúrgica, no entanto, foi preciso mudar os planos, devido à grande quantidade de ferro descartado no terreno. Muito embora durante todo o período de pesquisa sobre a Siderúrgica

Tarzan e Santo Amaro nada de relevante tenha sido citado a respeito do impacto ambiental, essa foi uma questão que surgiu a partir da prática do futebol na área das Ruínas da Tarzan.

O campo ia ser aqui na frente, aqui na frente, mas na frente tinha muito barro, não era como tinha esse capim. Então, a gente começou, quando começou marcar e tal, mas aparecia muita ponta de ferro. Os vergalhões eles descartavam aí também, os pedaços dos vergalhões. E aí começou. Cata aqui, cata ali. Aí vem o vergalhão. E a gente enchendo a vasilha aqui na frente. Aí esse meu cunhado, Zé, disse assim: “Vamos lá pro fundo”. Porque lá tinha uns capins. E pronto, a gente começou. [...] O campo tá lá, mas até hoje ninguém tira ainda. De vez em quando, quando chove, vem aqueles pedacinhos de ferro, sempre você encontra. [...] Até na beira do rio você encontrava, porque ele jogava também, pegava as caçambas aí e tchau [...]. Então, era assim que a siderúrgica descartava o ferro dela, pelo fundo, pelo lado... O manguezal também sofreu muito, sofreu. Não se fala porque foi uma coisa que praticamente ficou oculta, nós, a população que descobriu. Porque depois que eles doaram para a prefeitura, você vê que não foi para frente nada. [...] Então, a área da Tarzan aí é grande. Eles tinham a beira do mangue e havia um lugar onde eles faziam o processamento deles. Para fazer o descarregamento, era tudo dentro do mangue. Você sabia disso? Fazia tudo, o que eles carregavam, que tinha os tubos, [...] a tubulação era tudo para dentro do mangue, tudo que saía daí dos tanques, tudo para dentro do mangue. Então, a gente cavava de fora a fora, de lá de cá de dentro, quando saía, a gente vinha cavando, cavando, até chegar na beira do mangue, estava lá os tubos de duzentos ou trezentos, mais ou menos, o tamanho da boca. E quem achasse um tubo daquele estava com dinheiro. [...] Então, a gente achou vários (Valmir Marins, 2023).

Inicialmente mencionado por Valmir e Mamaô, e posteriormente por Maria e Edlúcia, houve por um bom (e desconhecido) tempo uma regularidade no descarte inadequado dos resíduos de ferro. Isso acontecia tanto no terreno da Siderúrgica (muitos destes resíduos foram enterrados no solo de massapê), quanto na área de mangue, onde deveria ser completamente preservada, visto que ali é uma região de mariscagem e de pescadores.

Essa informação – ou denúncia – emergiu a partir das explicações que os colaboradores da pesquisa nos narraram, ao lembrarem sobre a escolha daquele espaço e o processo de “instalação” do campo de futebol na área da Tarzan para que acontecesse o “baba”⁵⁹:

Era tudo ali, tudo enterrado. Aí você ia para a beiral do Mangue, para a beiral do Mangue, estava tudo lá também, com umas burras. Ainda tem burra lá, ainda, ainda encontra-se burra. No campo mesmo tem uma no cantinho assim. Tinha burra de ferro, tinha tudo lá. Uma burra era de ferro misturada com pedra, né? Acho que é como eles faziam aquela limpeza de teto, eu não sei. Aí faziam aquelas burras grandonas, toneladas, né? Chegava lá e jogava (Valmir Martins, 2023).

Esse descarte indevido e perigoso ocasionou uma nova ação: um intenso período de busca, escavação e venda desses materiais:

⁵⁹ Expressão regional utilizada para se referir a uma partida de futebol informal.

Teve um período aqui, que aqui era que nem onde era o ouro, antigamente, a “Serra Pelada”. E aqui todo mundo ganhou dinheiro nisso, catando ferro daí da Siderúrgica, mesmo ela, depois de desativada, uns 20 anos atrás. Então, você chegava ali com o seu picorete⁶⁰, com a sua enxada⁶¹, você dava duas cavadas, achava ferro. Achava tonéis cheios de ferro, bola de ferro, bola de canhão... Era tudo ali, tudo enterrado. Aí você ia para a beiral do Mangue, estava tudo lá também, com umas burras. Ainda tem burra lá, ainda encontra burra (Valmir Martins, 2023).

Durante uma das visitas às ruínas, junto com Valmir, pedi que ele me mostrasse essas “burras” que ele relatou ainda existir. Com ajuda de um morador das casas localizadas na lateral da Siderúrgica, na área de ocupação irregular, conseguimos localizar duas dessas burras, com tamanhos muito distintos.

Figura 39 – Autora segurando uma parte da “burra” encontrada pelo morador da região



Fonte: Acervo pessoal, 21/01/2024.

⁶⁰ Picareta – Ferramenta manual utilizada para escavação de solo.

⁶¹ Enxada – Ferramenta manual utilizada para escavação de solo.

Figuras 40 e 41 – “Burra” encontrada pelo morador local



Fonte: Acervo pessoal, 21/01/2024.

Nas Figuras 39, 40 e 41 apresento a “burra” que um morador nos ajudou a encontrar e que foi quebrada ao meio, por ele, antes de trazer até mim, estimo que deveria ter aproximadamente 5 kg. Já a Figura 41, mostra uma burra com um tamanho muito maior, que

está localizada dentro do cercado de outra casa também situada na lateral das ruínas, na área onde estão instaladas moradias irregulares.

O uso do espaço circundante das ruínas da Siderúrgica Tarzan como campo de futebol não apenas representa uma forma de ocupação do espaço, mas também reflete o cuidado e a preocupação dos jogadores com aquele ambiente. Mesmo diante de condições adversas, como a presença de resíduos de ferro e outros materiais, os jogadores demonstram um senso de responsabilidade ao utilizar o campo. Durante as partidas, é comum observar ações de limpeza e manutenção realizadas pelos próprios jogadores, que buscam garantir um ambiente mais seguro e adequado para a prática esportiva. Essa atitude evidencia não apenas o valor atribuído ao espaço como campo de futebol, mas também o compromisso em preservar e cuidar do local para as futuras gerações.

Além do tradicional jogo de futebol – o “baba” – dos homens que acontece regularmente nas manhãs de domingo, Dona Maria e Edlúcia compartilharam uma informação adicional relevante para esta pesquisa. Elas, corroboradas pelas crianças que brincavam na rua durante nossa conversa, revelaram que um grupo de meninos também utiliza o campo para jogar bola. Um morador do bairro Santa Luzia, que não consegui contatar, é quem organiza semanalmente esses jogos para os meninos no “campo da Tarzan”.

Moisés e Danillo Barata mencionaram um outro uso do espaço, a partir de corrida de argolinhas. Segundo Moisés, os responsáveis procuraram a Secretaria de Cultura para obter autorização, sendo indicado que procurassem o CECULT. Danillo Baratta mencionou que lhe foi solicitada e permitida a realização do evento. A corrida de argolinha é uma tradição cultural popular em algumas regiões do Brasil, especialmente no Nordeste. Nessa atividade, os participantes montam em cavalos e tentam enfiar uma vara ou um bastão em um pequeno anel suspenso, geralmente feito de metal. O objetivo é atravessar o bastão através do anel, enquanto galopam em alta velocidade. A corrida de argolinha é um esporte tradicional e é uma forma de entretenimento que, geralmente, é realizada em festas e eventos comunitários, como nas vaquejadas.

Em diálogo informal com um filho de santo do Ilê Asé Ojú Onirê, terreiro de Candomblé situado a poucos metros da área das Ruínas da Tarzan, perguntei-lhe a respeito de um outro uso do espaço que tinha chegado ao meu conhecimento. Segundo outros diálogos também informais, os ogãs⁶² do terreiro usufruem do lugar, colhendo lá as folhas sagradas que são

⁶² O ogã no Candomblé é uma figura masculina com um papel essencial dentro das cerimônias religiosas, responsável pela música e pelos cantos sagrados que invocam os orixás. Ele é considerado um cargo de honra, sendo um guardião das tradições e dos rituais.

utilizadas nos mais diversos rituais da religião. Esse filho do Ilê Asé Ojú Onirê confirmou que de fato isso acontece, porém, não consegui estabelecer contato com um ogã que realizasse essa prática dentro da área das Ruínas da Tarzan. O que, talvez, seja uma sugestão para pesquisas posteriores.

No que diz respeito ao diálogo com Maria e Edlúcia, nossa conversa partiu da minha pergunta sobre como era a vida delas quando funcionava a Siderúrgica, dona Maria me respondeu que:

Tudo de bom. Eu não sei explicar, não, porque para mim era tudo de bom. Eu tinha um cunhado que trabalhava lá. Isso não era como é. Era tudo limpinho, tudo arrumadinho, organizado. Não sei nem explicar, não. Eu sei que era tudo de bom, que era tudo de bom mesmo (Maria José dos Anjos, 2024).

Edlúcia nos conta de uma ocasião que uma destilaria pegou fogo⁶³, na área onde hoje é a garagem de uma empresa de ônibus: “Isso aqui que pegou fogo uma vez [...], foi um alambique que tinha, aqui na frente, que tinha murado, que hoje é a garagem. Aí pegou fogo, de madrugada, a gente levantou tudo... A gente achava que ia vim pra cá, foi um sufoco” (Edlúcia Barros dos Santos, 2024).

Elas também contaram que as pessoas da rua tinham o hábito de se comunicar com quem estava na área da Siderúrgica, do outro lado do rio. Conforme já citado por José Carlos, e confirmado por Edlúcia e Maria, a área da Siderúrgica tinha muitas árvores frutíferas e era comum que se pedissem aos trabalhadores conhecidos que jogassem frutas para aqueles que estavam do outro lado. “A gente atravessava aqui o Rio, eu ia pro outro lado aí [...], por dentro do rio. A água era limpa, limpa, limpa. Tomava banho aí dentro. Pegava pra lavar a casa, tudo aí do rio. Hoje em dia não faz mais isso” (Edlúcia Barros dos Santos, 2024).

Maria conta sobre a prática comum de lavar roupa à beira do rio, toda sexta feira: “O povo estendia a roupa, você via tudo alvinho assim, aí em cima dos matinhos, não é esses matos não, os matinhos. O povo lavando roupa para estender, para quorar, para enxaguar. Aproveitava o sol para enxugar ali mesmo” (Maria José dos Anjos, 2024).

Ao serem questionadas sobre o que ambas se recordavam após o encerramento da Siderúrgica, poucas lembranças surgiram, mas o processo de agravamento do arruinamento do prédio, a partir dos saques, foi brevemente mencionado.

⁶³ Pela indicação da localidade, talvez a destilaria, conhecida como Jujuba ou Moleirinha, associada em alguns casos às Ruínas da Tarzan pela proximidade.

José Carlos nos conta que após o encerramento das atividades da Siderúrgica trabalhou por um período como vigilante da área, vinculado à gestão do município. Edlúcia e Maria citam a lembrança de um vigilante na área, assim como afirmam que após a saída desse vigilante os saques foram intensificados. As memórias pós-encerramento da Siderúrgica trouxeram, mais uma vez, a relevância da prática do futebol nesse lugar.

A gente via o campeonato daqui. Muitos carros por aqui. O povo vendia picolé, cana descascada. Vendia tudo aqui no campeonato. Pra ver como era... Já tem muitos anos [...]. Depois que fechou... os meninos tomaram conta aí pra jogar bola, limparam tudo, não tinha esse mato aqui nenhum. Não era na época da fábrica, na época da fábrica tinha um muro, uma cerca bem bonita (Maria José dos Anjos, 2024).

Maria ainda lembra que as ruínas frequentemente eram, e ainda são, um lugar requisitado como objeto ou cenário de fotos, tanto para turistas quanto para a comunidade local. Edlúcia confirma, citando ainda como exemplo sua sobrinha, que realizou nas Ruínas da Tarzan seu ensaio fotográfico de gestante.

Nesse sentido, recordei-me e acho importante pontuar, que em 2017, ao concluir a Graduação no Bacharelado Interdisciplinar em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas, um dos cenários escolhidos para as tradicionais fotos de formatura da turma foram as Ruínas da Tarzan. Nesse momento, a escolha não se deu simplesmente pela estética do lugar, mas sim como forma de expressar a nossa relação com o espaço e, principalmente, a frustração em estarmos saindo formados da universidade sem termos vivido o *campus* que sempre almejamos.

Figura 42 – Foto com alguns formandos da primeira turma do BICULT



Fonte: Luiz Henrique Leal, 2017.

Cada um dos entrevistados, apesar de guiados por um mesmo roteiro, trouxe-me uma perspectiva de análise completamente diferente. Para encerrar este capítulo, trago os relatos de Antônio do Carmo e Jovânia, sua enteada. Eles são residentes em uma das quatro casas construídas pela Siderúrgica, que podemos comparar e associar a uma pequena vila operária.

Segundo Antônio do Carmo, foi Antônio dos Santos (pedreiro, também entrevistado nesta pesquisa), quem lhe conseguiu o emprego. Antônio Pedreiro, como referenciado por Antônio do Carmo, era cunhado da mulher com quem seu Antônio do Carmo se relacionava e, por isso, lhe conseguiu o emprego.

Antônio menciona o receio em relação à segurança da área onde vive, em decorrência das ruínas e da pouca manutenção dada ao lugar, e que muito embora nada nunca tenha lhe acontecido, sua fala demonstra preocupação, no que diz respeito a transitar pela área.

Depois de desmontar tudo isso, ele ficou abandonado aí. Tudo aberto assim. Esconderijo de alguma coisa... Eu passo aí, mas ninguém nunca me “buliu”. Além do conhecimento, né? Não me incomodam assim. [...] E aí não era pra ter matos, era pra eles ter o cuidado para não gerar roubos na cidade (Antônio do Carmo, 2024).

Jovânia, que mora junto com Antônio, também nos dá sua perspectiva: “Eu não saio de noite aqui porque tenho medo, que é escuro aí, não sei quem tá escondido, é cheio de mato dentro da área. É cheio de mato” (Jovânia do Carmo Silva, 2024).

No que diz respeito às quatro casas anteriormente mencionadas, dos operários da Siderúrgica, segundo Antônio do Carmo, quando começou a trabalhar na Siderúrgica, em 1970, a primeira casa já existia e quem a habitava era Orlando Maia, que era o chefe da manutenção. Já as outras três casas, incluindo a que hoje ele mora, ele participou da construção como ajudante, auxiliando Antônio Pedreiro, responsável pelas obras.

A casa que hoje mora seu Antônio do Carmo, primeiro foi cedida a Antônio Pedreiro. Somente após a saída dele da Siderúrgica, e com a necessidade de ter uma pessoa responsável pela manutenção, foi que Antônio do Carmo passou a morar na casa. Com o encerramento das atividades da Siderúrgica, segundo Antônio do Carmo, as casas foram deixadas para os trabalhadores que nelas viviam:

Aí ficou com a gente que trabalhamos aqui na empresa, o homem aí, o patrão, deixou com a gente. Entendeu? Deixou com a gente, aí ficou sendo garantido, pra gente conservar as casas. Se eu me lembro... A primeira casa ficou com... Ele já morreu, Dilton Teixeira Nascimento. [O segundo] Falecido, que chamava-se Aluísio [...]. Chegou a ser encarregado da vigilância (Antônio do Carmo, 2024).

Já a quarta casa não foi deixada diretamente para um ex-trabalhador, a casa encontrava-se vazia e Bionga (Antônio Ribeiro, chefe do escritório da Siderúrgica) cedeu a um conhecido para passar uma temporada e que não mais saiu da residência.

Antônio também nos conta sobre as dificuldades que ele e os vizinhos enfrentam:

Primeiramente, eu queria que botasse posteação da Coelba. Eu tenho que falar a verdade, essa área de rede, eu que mesmo que montei, desde o tempo que [a Siderúrgica] funcionava. As casas tinham que ter luz, tudo, água. Então, eu trabalhava nessa área, depois que fechou, montei essa rede de instalação de energia para permanecer nas casas. O prefeito teve uma vez que tirou, ele ia tirar até a energia, foi. A época de Genebaldo. A gente foi lá, ele era mais velho lá, tinha uns vizinhos aí, aí eu fui lá no fórum e... Como é que ele podia fazer uma coisa dessas... Se o dono da empresa deixou a gente com um padrão. É por isso que ele não “bulia” com a gente, a gente. Aí tá com essa rede aí, mas um pouco clandestino (Antônio do Carmo, 2024).

Ele conta que a medida foi necessária após a retirada do equipamento que faz a medição de consumo que foi instalado na área. Antônio diz que não há atritos com a prefeitura, mas, os moradores dali também não recebem nenhuma assistência, cabendo a ele o papel de fazer a manutenção das redes elétricas e hidráulicas. Valmir e José Carlos também já haviam mencionado em suas entrevistas que era Antônio do Carmo o responsável hoje por toda a

manutenção da área, por ter trabalhado na Siderúrgica e conhecer bem o lugar. Jovânia também traz essa afirmação: “Antônio que dá um jeitinho aí, se vira pelo avesso aí, compra lâmpada, às vezes o vizinho ajuda aí, pra clarear. Por que aqui também mora gente, né? Aqui mora gente. Mas se não fosse isso...” (Jovânia do Carmo Silva, 2024).

Como mencionamos logo na Introdução desta dissertação, a área das ruínas, principalmente a área dos fundos, que faz fronteira com o bairro Derba e é a principal via de acesso para o terreno, tem sido utilizada como aterro há um bom tempo. Antônio do Carmo também nos conta acerca disso e da falta da manutenção da área:

A manutenção é... outro dia mesmo eu que estava roçando⁶⁴ algum lugar aí. Pedi a um amigo meu, paguei 50 reais pra ele cortar com aquela máquina, né? Mas pelo prefeito, não. A gente pede as coisas e não vem, não vem. Não vem nem aqui. Aí a estrada de rodagem ainda deu pra você passar. Mas, estavam botando barro. [...] Tinha barro que já estava no meio da estrada para finalizar o outro lado. Aí a gente fala: Se vier uma SAMU pegar um doente aqui, como é? Tudo cheio de lama. Essa parte aí eu tenho que condenar. Eu não posso mentir. Eles não olham pra isso. Já pedi a mais gente que era um [rapaz] que diz que é da Prefeitura, ele é da área de tratores, essa máquina pesada, ele que resolve. A gente pede pra ele dar uma espalhada pra botar o barro lá pra afastar, mas nunca vem, tá tirando umas caçambas aí, mas pra uso deles, vai fazer algum arraial, alguma coisa, isso é pra uso deles. Agora mesmo está tirando lá na frente? Tá, mas é porque é isso que eles estão precisando para fazer alguma estrada, alguma área que vai entulhar, é nesse sentido aí, mas para dizer que está tirando... Eles falaram que vai tirar tudo aí, vai ficar tudo limpo aqui, mas vamos esperar quando, né? [...] Você passa por lá, você vê a tristeza, aqueles prédios ali, aquelas paredes, tudo feia, tudo danificada. Agora aqui eu sei que é um pouco afastado, ao lado. Mas o povo que passa na rua vê uma tristeza. Até aquela chaminé, as plantas estão indo lá em cima. É brincadeira? Não tem um que faça uma limpeza? (Antônio do Carmo, 2024).

Jovânia, enteada de Antônio e convidada por ele a ver as fotos, expressa a tristeza em ver o local como está:

Não, eu não alcancei ela, assim, nova, vi ali nas fotos. Que agora está tudo acabado, né, Antônio? Cheio de mato, abandonada. A diferença que está ali na porta, né, menino? O bairro tudo bonito, tudo limpinho a área, tudo iluminado. Hoje em dia está tudo acabado, se acabou tudo. Telhado, as paredes. Ali não arreia⁶⁵, por que foi feito de óleo de baleia, né, Antônio? [...] Por isso que era forte assim, as paredes (Jovânia do Carmo Silva, 2024).

Ao passo que Jovânia nos trazia essa percepção, Antônio concorda com Jovânia e afirma que gostaria que o lugar retornasse às condições do passado.

⁶⁴ Ação de cortar, derrubar mato, arbustos etc.

⁶⁵ Expressão sinônima a cair, ceder.

Este capítulo delineou não somente as relações entre a comunidade de Santo Amaro e as Ruínas da Tarzan, mas também evidenciou como práticas sociais e memórias coletivas são construídas, transformadas e perpetuadas no entorno desses espaços. As entrevistas realizadas destacam uma comunidade viva que, apesar das mudanças físicas e temporais do espaço, mantém uma ligação afetiva e prática com as ruínas. Através do futebol, da coleta de resíduos metálicos e da utilização do espaço para eventos comunitários e práticas religiosas, a área das ruínas transcende a sua condição de abandono, tornando-se um cenário de interações humanas ricas e significativas. Esse dinamismo social em torno das ruínas reflete uma resiliência comunitária e uma capacidade de reimaginar e reconfigurar espaços, atribuindo-lhes novos significados e usos.

A perspectiva da instalação do CECULT/UFRB nas ruínas apresenta-se como um potencial catalisador para novas transformações. O impacto dessa possível intervenção nos convida à reflexão sobre o futuro do patrimônio cultural em Santo Amaro. Assim, surgem questões pertinentes sobre como essa mudança afetará as práticas sociais existentes e que novas relações serão forjadas entre a comunidade e o espaço. As expectativas são muitas e variadas, e o capítulo subsequente busca explorar os possíveis caminhos que a relação entre a comunidade, o patrimônio e o desenvolvimento urbano poderá tomar, destacando a importância de um diálogo inclusivo e participativo nesse processo de transformações.

4 AS RUÍNAS NO FUTURO: AS PROJEÇÕES DA COMUNIDADE SOBRE O ESPAÇO

Com a promessa de implantação da UFRB, é possível que as Ruínas da Tarzan se aproximem a cada dia de uma nova possibilidade de uso e de outras camadas de significados, mas, o fato é que, até este momento, ainda continua sujeita às intempéries do tempo e às ações humanas. Portanto, segue se deteriorando.

Por outro lado, em paralelo aos tijolos, madeiras e vigas que vão sendo continuamente desgastadas e transformadas pelo tempo, temos no seu entorno uma comunidade que também segue se transformando. Há mais de 40 anos pessoas convivem diariamente com o prédio que hoje está em ruínas. Há mais de 40 anos a comunidade assiste o espaço arruinar-se, e participa das inúmeras transformações que o processo de arruinamento pode conferir.

Certos que a chegada da universidade àquele espaço vai implicar em mais uma transformação na dinâmica do espaço e da comunidade, é necessário investigar e discutir sobre os possíveis impactos concernentes à instalação de centro universitário.

Enquanto essa implantação ainda não dá sinais de quando deverá acontecer, o terreno das ruínas e as próprias as ruínas seguem como nos últimos 40 anos e, por esse motivo, também nos interessa perceber acerca das projeções, anseios e expectativas da comunidade sobre o futuro das ruínas.

A partir das fotoentrevistas realizadas nesta pesquisa, é possível afirmar que a comunidade no entorno da Tarzan, muito além de “somente preservar”, deseja ver o espaço sendo efetivamente utilizado. A presença da universidade é bem vista por essas pessoas, embora não seja a única possibilidade. Foram mencionados alguns usos, principalmente o inicial (fabril/industrial) e o já projetado para o espaço (a instalação da universidade), e é possível perceber que as propostas de uso caminham no sentido de tudo aquilo que o município não oferece atualmente. Ou não oferece ou fornece de maneira ainda muito insatisfatória, como por exemplo, o acesso à saúde, uma vez que foi mencionado o desejo de, talvez, ter funcionando no prédio um hospital público de boa qualidade. No entanto, o que parece mobilizar todos os entrevistados é, principalmente, o desejo pela criação de postos de emprego para o município. Essa, sem dúvida, é uma questão muito cara e sensível para a comunidade de Santo Amaro.

Valmir foi quem primeiro mencionou o desejo de ver funcionando uma fábrica no lugar: “Eu peço a Deus que venha a qualquer fábrica, alguma faculdade, qualquer coisa, tem que ocupar o espaço que tem, que é bom. Uma coisa que traga benefício à população [...]. E essa é

uma fábrica boa aí pra fichar muita gente, que também não poluísse nosso meio ambiente” (Valmir Martins, 2023).

No entanto, José Carlos, além de citar a possibilidade de uma fábrica, menciona também o uso por parte da universidade:

Rapaz, o que eu achava aqui pra funcionar, tem uma fábrica de, assim, uma faculdade, ou então, uma fábrica de sapatos, esses negócios assim, pra não, que nem fazer um negócio aí, pra... negócio daquele de poluição, que não pode [...] é porque eu acho assim, uma faculdade, que nem falou que ia fazer, ou então uma fábrica de sapatos (José Carlos Gomes dos Santos, 2023).

Maria e Edlúcia trouxeram como primeira opção o desejo de ver funcionando no lugar uma faculdade, mas também apresentaram outra proposta de uso. Segundo elas, por não ter um hospital de grande porte, esse também seria muito benéfico à comunidade.

Uma faculdade. Como prometeram muitas vezes [...] uma faculdade aí... oxe... Que aqui ninguém tem uma faculdade boa, né? Aí que se eles fizessem isso, ou senão um bom hospital, que os daqui não valem nada, que eles não fazem nada por eles [...]. Um jeito dos meninos não precisar viajar para estudar fora [...], que ia tá tudo aqui pertinho. Vai ser mais fácil para os pobres (Maria José dos Anjos, 2024).

É isso mesmo, ou o hospital ou a faculdade, né? Boa [...]. Como não tem que viajar. E aí seria muito melhor. É uma faculdade mesmo (Edlúcia Barros dos Santos, 2024).

Uma vez que elas não haviam mencionado a possibilidade da instalação de uma fábrica, eu as questioneei: “e se fosse uma fábrica?”. Maria concordou, e fez menção, mesmo sem dizer o nome, ao que entendi, como sendo a Orbi Química.

Como aquela fábrica que teve, por mim, seria aqui, que hoje é lá perto de Camaçari, né? Muito bonita, que eu já estive lá perto, me mostraram a instalação tudo boa lá [...]. Ia ser uma renda pro povo santamarense. O povo aqui não acha trabalho de jeito nenhum. Se fosse aí, quantas pessoas estariam empregadas? (Maria José dos Anjos, 2024).

Direcionei a mesma pergunta Antônio do Carmo:

Ah, eu queria que a abrisse uma fábrica. Seria bom. O estudo vale muito mais, muitas coisas. Mas uma fábrica dá emprego. Mas o estudo dá emprego também, mas também só quem vai estudar é pessoas que... né? Tudo hoje é pago. E se vir uma fábrica, aí vai dar emprego a muita gente. Os pais de família, os filhos que estão chegando, né? E acham esses empregos (Antônio do Carmo, 2024).

Em sua resposta, existe um aspecto importante. Segundo Antônio, a oportunidade de estudo se dá sempre a partir da necessidade de pagar. Para ele, com a universidade que seria

instalada ali, a realidade também seria essa. Nesse momento, intervi, explicando para ele a natureza da instituição. Essa informação transformou a sua resposta.

Então, nessa finalidade aí, eu acho que a universidade seria melhor. Eu estou trocando o motivo disso. Que hoje, há uns tempos atrás, você botar um filho numa universidade, gasta... Não era, não? Aí, como você me falou aí agora, tem preferência de que meus netos... Meus netos vão estudar, pra ser uma coisa melhor, uma educação maior, né isso? [...] Seria bom que se a universidade estiver próxima a vir, se vir, seria bom. Eu apoio (Antônio do Carmo, 2024).

O mesmo questionamento foi direcionado a Jovânia. Ela mencionou a promessa da instalação da universidade, mas deixou explícito que seria bem-vindo qualquer empreendimento que trouxesse de volta as boas condições do lugar:

Disse que ia fazer faculdade aqui, até hoje nada. Essa área aqui é grande, faz gosto fazer a faculdade, fazer um vestibular. Essa área aqui é boa demais. [...] Fazer alguma coisa, né? Para poder botar tanta quer trabalhar, né? É. Tanta gente, é desempregado. Tem gente até morrendo de fome aí. [...] Mas qualquer coisa aí, construísse alguma coisa aí, era bom. Essa área aqui é grande, né? Deixasse tudo limpinho, capinado, iluminado, bonitinho (Jovânia do Carmo Silva, 2024).

No entanto, enquanto as obras não são iniciadas, a partir dos relatos principalmente trazidos no capítulo anterior de Valmir, José Carlos, Antônio e Jovânia, é preciso enfatizar a necessidade de uma manutenção do espaço.

Nesse contexto de expectativas e anseios da comunidade de Santo Amaro, a reunião do conselho do CECULT da UFRB, em 14 de março de 2024, marca um ponto de virada significativo no futuro das Ruínas da Tarzan e, conseqüentemente, para a comunidade local.

A 1ª Sessão Extraordinária do Conselho do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, sob a presidência da diretora do Centro, Professora Rita de Cássia Dias Pereira de Jesus, teve como tema de pauta a Estrutura Física e Instalações do CECULT. A presidente do conselho reiterou a importância da questão, já debatida em gestões anteriores, evidenciando a busca por soluções para acomodar adequadamente as instalações do Centro.

A discussão sobre o orçamento necessário para a requalificação do prédio atual ou a possibilidade de adaptação e migração para as instalações do Colégio Teodoro Sampaio, comparado à proposta de construção no terreno da antiga Tarzan, reflete um ponto de inflexão na história do CECULT. A decisão unânime de prosseguir com o projeto de construção no terreno da Tarzan, reconhecendo o valor histórico e o potencial de transformação que esse espaço oferece à universidade e à comunidade, abre um novo capítulo para o CECULT,

marcado por otimismo e pelo reconhecimento do impacto positivo que a UFRB tem exercido na região do Recôncavo.

A retomada do projeto de construção do *campus* na antiga área da Tarzan representa um momento decisivo no desenvolvimento do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas da UFRB. Durante a sessão, foi evidenciada a importância de se avançar com o projeto, considerando tanto os desafios logísticos e financeiros quanto o significado cultural e histórico do local para a comunidade de Santo Amaro e para a própria universidade. A presidente do conselho, ao mencionar a visita técnica e as discussões com a reitoria sobre a viabilidade do projeto, destacou um caminho proativo na busca por soluções que contemplassem tanto as necessidades imediatas de infraestrutura quanto os objetivos de longo prazo do CECULT. A proposta, respaldada pela reitora e pelo pró-reitor de Planejamento, sinaliza um compromisso institucional com a criação de um espaço que não apenas atenda às demandas acadêmicas, mas que também resgate e valorize o patrimônio da região, promovendo uma interação enriquecedora entre a universidade e a comunidade local.

O envolvimento da comunidade acadêmica e a concordância unânime em avançar com o projeto de construção no terreno da antiga Trzan destacam uma visão coletiva para o futuro do CECULT. A menção a esta dissertação de Mestrado como um recurso valioso no processo de tombamento do prédio da Trzan ilustra a intersecção entre a pesquisa acadêmica e os esforços práticos para preservar e valorizar o patrimônio cultural. Essa sessão extraordinária, portanto, não apenas abordou questões imediatas de infraestrutura, mas também reafirmou o compromisso da UFRB com o desenvolvimento cultural e social de Santo Amaro, ancorado na preservação do patrimônio e na promoção da educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo exploramos os significados múltiplos e camadas de memória que permeiam as Ruínas da Tarzan em Santo Amaro-BA. Essas ruínas não são apenas testemunhas silenciosas de um passado industrial vigoroso, elas são também são símbolo de transformação e resiliência comunitária frente às mudanças socioeconômicas e culturais.

As análises realizadas, fundamentadas em teorias do patrimônio cultural, memória urbana e a própria natureza ambígua das ruínas, permitiram-nos compreender como essas estruturas abandonadas se convertem em locais de significado. O reconhecimento das Ruínas da Tarzan como patrimônio industrial revela a complexidade de sua gestão e a necessidade de estratégias que respeitem tanto a memória histórica quanto as projeções para o futuro da comunidade de Santo Amaro.

Além disso, as entrevistas e as interações com a comunidade local destacaram as várias dimensões que as ruínas assumem na vida cotidiana, evidenciando a importância de práticas inclusivas de preservação que valorizem as narrativas locais e fomentem o engajamento comunitário na redefinição de seu futuro.

O presente estudo, portanto, não apenas mapeia a trajetória das Ruínas da Tarzan, mas também abre caminho para futuras investigações sobre a relação entre patrimônio industrial e desenvolvimento urbano sustentável. Afinal, as ruínas, em sua eloquência silenciosa, convidam a reflexões mais profundas sobre o que valorizamos como comunidade, como nos relacionamos com nosso passado e como planejamos nosso porvir.

Enquanto este trabalho contribui para o campo da Arqueologia e do Patrimônio Cultural, ele também ressalta a urgência de políticas públicas mais efetivas de preservação. As Ruínas da Tarzan representam um potencial inexplorado para o turismo cultural, educação patrimonial e revitalização urbana, desde que tais esforços se alinhem aos desejos e necessidades da população local.

Quando questionados sobre suas expectativas para o futuro do local, as respostas, apesar de diversas, apontaram para uma direção comum. Todos os entrevistados expressaram o desejo de ver o local em pleno funcionamento novamente. Eles destacaram os potenciais benefícios que isso poderia trazer, tanto para a comunidade local quanto para o município como um todo. A preocupação em ver os membros da comunidade desempregados foi especialmente evidente, refletindo um forte desejo coletivo de ver o local recuperado para gerar empregos e oportunidades.

Assim sendo, é imperativo reconhecer que a preservação do patrimônio industrial, como exemplificado pelas Ruínas da Tarzan, é fundamental não apenas para a memória coletiva, mas também como um vetor de desenvolvimento socioeconômico inclusivo. Assim, este estudo espera inspirar um diálogo renovado entre academia, comunidade e governo, no sentido de valorizar e reintegrar o patrimônio industrial no mapa social e cultural de Santo Amaro.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina Maria do Rego Monteiro de. Futuros imaginados: o gesto patrimonial e o conceito de “diversidade cultural”. **Vivência: Revista de Antropologia**, n. 55, p. 250-270, 2020.
- ALFREDO, Moari Castro Ramos de Oliveira. **Patrimônio Industrial: narrativas de uma destilaria santamarense**. 2019. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.
- ANDRADE JUNIOR, Nivaldo Vieira de. Do ouro branco ao ouro negro: as políticas públicas de preservação do patrimônio industrial na Bahia. **Urbana**, ano 3, n. 3, p. 1-28, 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8635127>. Acesso em: 25 jul. 2023.
- BAHIA terá novo complexo eólico. **Portal A Tarde**, 2015. Disponível em: <https://atarde.com.br/colunistas/tendenciasmercado/bahia-tera-novo-complexo-eolico-744672?fbclid=IwAR2qvf8Un5bzaTxVJTU07Fp0BXWt79uDtcaJBASUXZN41UHUabjnBH0gkLk>. Acesso em: 28 ago. 2022.
- BARATTA, Danilo; FREITAS, Viviane de. **Nota da diretoria do CECULT**. Portal CECULT – UFRB. 2020. Disponível em: <https://ufrb.edu.br/cecult/noticias/823-nota-da-diretoria-do-cecult-2>. Acesso em: 8 out. 2022.
- BARREIRO, Mateus Freitas; CARVALHO, Alonso Bezerra; FURLAN, Marta Regina. A arte e o afeto na inclusão escolar: potência e o pensamento não representativo. **Childhood & Philosophy**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 30, p. 517-534, maio/ago. 2018.
- BECKER, Howard S. Observação social e estudos de caso sociais. *In*: BECKER, Howard S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. 4. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1999. p. 117-133.
- BRANDI, Cesare. **Teoria do Restauro**. Tradução de Beatriz Mugayar Kühl. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.
- BRITO, Thais Fernanda Salves de. Por uma Antropologia ouriçada. **Anuário Antropológico**, v. 46, n. 1, p. 145-163, jan./abr. 2021.
- BRITO, Thais Fernanda Salves de; CARMO, Roney Gusmão do. Ruínas Trzan e seus fluxos: um estudo sobre apropriação em uma área fronteira. CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS EM LÍNGUA PORTUGUESA, 1. Lisboa, 2015. Livro de Atas do I Congresso da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa. Lisboa: Editora da Universidade Nova de Lisboa, 2015. v. 1. p. 2104-2118. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/281975277_Ruinas_Trzan_e_seus_fluxos. Acesso em: 26 mar. 2022.

BRITO, Thais Fernanda Salves de; CEZAR, Lilian Sagio. Ofícios femininos: o bordado e a cerâmica como ‘arte de viver’. *REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA*, 28. Desafios Antropológicos Contemporâneos. São Paulo, 2012.

CASTORE, Maria Elena. **A antiga indústria têxtil soteropolitana**: um patrimônio industrial “invisível”. 2018. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

FÁBRICA que seria instalada em terreno que seria de universidade federal vai para Camaçari. **Portal G1 Bahia**. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2020/07/28/fabrica-que-seria-instalada-em-terreno-que-seria-de-universidade-federal-vai-para-camacari.ghtml>. Acesso em: 28 ago. 2022.

FERREIRA, Manoel Jesuíno. A Província da Bahia. Apontamentos (Exposição de Philadelphia). Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875. Disponível em: <http://memoria.org.br/pub/meb000000380/00102/00102000.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2023.

FORTUNA, Carlos; MENEGUELLO, Cristina. Escombros da Cultura: o Cine-Eden e o Teatro Sousa Bastos. *In*: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogerio Proença (org.). **Diálogos urbanos**: territórios, culturas, patrimônios. Coimbra: Editora Almedina, 2012. p. 233-258.

GITEL, Murilo. Após pressão, terreno de universidade em Santo Amaro, não irá para indústria. **Agencia de Conteúdo Eco Nordeste**. 2020. Disponível em: <https://agenciaeconordeste.com.br/apos-pressao-terreno-de-universidade-em-santo-amaro-nao-ira-para-industria/>. Acesso em: 29 ago. 2022.

GOOGLE. Google Earth. [s.d]. Disponível em: https://www.google.com/intl/ptBR_ALL/earth/education/tools/googleearthengine/#:~:text=O%20Google%20Earth%20Engine%20%C3%A9,de%20sat%20%C3%A9lite%20do%20nosso%20planeta. Acesso em: 19 out. 2023.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro Editora, 2006.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. 28. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

LEMONS, André. Arte e mídia locativa no Brasil. *In*: LEMONS, André; JOSGRILBERG, Fábio (org.). **Comunicação e mobilidade**: aspectos socio culturais das tecnologias móveis de comunicação no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 89-108.

MANGUEL, Alberto. **Lendo imagens**: uma história de amor e ódio. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MARENGO, Shanti Nitya. **Santo Amaro-BA**: um lugar de muitos lugares. 2016. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

MARTINS, Ana Betânia S. P.; LEAL, Claudia F. Baeta. Mapas e patrimônio: a Cartografia na identificação do patrimônio cultural. **Revista Geografia e Pesquisa**, Ourinhos, SP, v. 9, n. 2, p. 29-36, 2015.

MENEGUELLO, Cristina. Espaços e vazios urbanos. *In*: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogerio Proença (org.). **Plural de cidade**: novos léxicos urbanos. Coimbra: Almedina, 2009. v. 1. p. 127-137.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano. *In*.: MORI, Victor Hugo; SOUZA, Marise Campos de; BASTOS, Rossano Lopes; GALLO, Haroldo. (org.). **Patrimônio**: Atualizando o Debate. São Paulo: IPHAN, 2006. p. 36-76.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL, 1. Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão. Ouro Preto, BH, 2009. p. 25-40.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. O campo do patrimônio cultural e a história: itinerários conceituais e práticas de preservação. **Antíteses**, v. 7, n. 14, p. 45-67, jul./dez. 2014.

NUNES, Erivaldo Sales. **Samba de roda da Bahia**: pra gente aprender. Salvador: EDIFBA, 2022.

PEDREIRA, Pedro Tomás. Memória histórico-geográfica de Santo Amaro. Brasília: Edição do autor, 1977.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. John Ruskin e Sete Lâmpadas da Arquitetura – Algumas Repercussões no Brasil. *In*: RUSKIN, John (org.). **A lâmpada da memória**. São Paulo: Artes & Ofícios Ateliê Editorial, 2008. p. 9-48.

POUPART, Jean. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. *In*: POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lionel-H; LAPERRIÈRE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Álvaro (org.). **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 215-253.

PREFEITURA e Orbi Química chegam a acordo para instalação de fábrica em Camaçari. Disponível em: <https://www.camacari.ba.gov.br/prefeitura-e-orbi-quimica-chegam-a-acordo-para-instalacao-de-fabrica-em-camacari/>. Acesso em: 29 ago. 2022.

PROJETO de restauração da Antiga Fábrica Trzan está em processo de licitação. **Portal CECULT/UFRB**. 2015. Disponível em: <https://ufrb.edu.br/cecult/noticias/40-projeto-de-restauracao-da-antiga-fabrica-trzan-esta-em-processo-de-licitacao>. Acesso em: 15 ago. 2022.

RIEGL, Alois. **O culto dos monumentos**: sua essência e sua gênese. Tradução de Elane Ribeiro Peixoto e Albertina Vicentini. Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás, 2006.

ROBICHEZ, Adele; PACHECI, Clarissa. UFRB e indústria química disputam terreno doado por prefeitura em Santo Amaro. **Portal Correio**. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/ufrb-e-industria-quimica-disputam-terreno-doado-por-prefeitura-em-santo-amaro/>. Acesso em: 29 ago. 2022.

RODRIGUES, Angela Rosch. **Ruína e patrimônio cultural no Brasil**. 2017. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

RUSKIN, John. **A lâmpada da memória**. São Paulo: Artes & Ofícios Ateliê Editorial, 2008.

SAMAIN, Etienne. As imagens não são bolas de sinuca. Como pensam as imagens. *In*: SAMAIN, Etienne (org.). **Como pensam as imagens**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012. p. 21-36.

SANTOS, Dorival dos. Cartografia social: o estudo da cartografia social como perspectiva contemporânea da Geografia. **InterEspaço – Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, Grajaú, MA, v. 2, n. 6, p. 273-293, maio/ago. 2016.

SANTOS, Tainara Freitas. Tarzan: narrativas construídas por meio de fotografias e de memórias. **Revista de Antropologia Visual e da Imagem**, Belém, v. 3, n. 2, p. 102-134, 2017. Disponível em: https://grupovisagem.org/revista/edicao_v3_n2/acervo/RevistaVisagem_v3__n2.pdf. Acesso em: 19 jun. 2022.

SOUSA JUNIOR, Mario Anacleto. O conceito de ruína e o dilema da Conservação em arte contemporânea. **Revista ARA**, Grupo Museu/Patrimônio FAU-USP, n. 2, p. 133-157, 2017.

THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE. Carta de Nizhny Tagil para o Patrimônio Industrial. 2003. Disponível em: <http://www.ticcih.org>. Acesso em: 10 abr. 2023.

WELLER, Wivian; BASSALO, Lucelia de Moraes Braga. Imagens: documentos de visões de mundo. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 284-314, set./dez. 2011.

YIN, Robert K. **Estudos de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZANIRATO, Silvia. Helena. Usos sociais do patrimônio cultural e natural. **Patrimônio e Memória**, UNESP, v. 5, p. 1-16, 2009.

ZORZO, Francisco Antônio; VERAS FILHO, Rafael Rodas. A reconcentração dos fluxos e as mudanças da rede urbana do Recôncavo da Bahia nos séculos XIX e XX. *In*: GOULARTI FILHO, Alcides; QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó (org.). **Transportes e formação regional: contribuições à história dos transportes no Brasil**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2011. p. 219-236.

APÊNDICE

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO SOBRE AS RUÍNAS DA ANTIGA SIDERÚRGICA TARZAN

Questionário sobre as ruínas da antiga Siderúrgica Tarzan

Questões gerais

1. Qual o seu nome completo?
2. Qual sua idade?
3. Qual o seu endereço?
4. Há quanto tempo mora nesse endereço?
5. Você conhece a história das ruínas?
6. O que você sabe a respeito das ruínas?
7. Quais recordações você tem a respeito das ruínas?
8. Você conhece alguém que trabalhou na Siderúrgica?
9. Como você vê a presença das ruínas nesta região?
10. Como é morar perto das ruínas?
11. As ruínas têm algum tipo de interferência no seu dia a dia?
12. Você passa ou vai até as ruínas no seu dia a dia?
13. Você sente que possui alguma relação com as Ruínas da Tarzan?
14. (Caso a resposta da questão anterior seja “sim”) Qual a relação que você tem com as Ruínas da Tarzan?
15. Você acha que as Ruínas da Tarzan são representativas para você?
16. Você acha que as Ruínas da Tarzan são representativas para a cidade?
17. Como você imagina que estejam as ruínas no futuro?
18. Como você quer que estejam as ruínas no futuro?
19. Como você gostaria que as ruínas estivessem hoje? Porquê?
20. Se fosse possível que você atribuísse um uso às ruínas, qual seria? E porquê?
21. Você sabe sobre a implantação da UFRB onde hoje são as ruínas?
22. (Caso a resposta da questão anterior seja “sim”) O que você pensa a respeito disso?
23. Quais as vantagens que você pensa que a presença da UFRB nesta localidade pode trazer?
24. Quais as desvantagens que você pensa que a presença da UFRB nesta localidade pode trazer?

Questões específicas para pessoas mais velhas que acompanharam o período de funcionamento e encerramento das atividades da Siderúrgica.

1. Como era morar perto da Siderúrgica?
2. Como era a rotina do lugar?
3. O que chamava a sua atenção no período em que a Siderúrgica funcionava?
4. O encerramento das atividades da Siderúrgica impactou você de alguma forma?
5. Quais mudanças você viu e/ou viveu depois do encerramento das atividades da Siderúrgica?
6. O que foi melhor e o que foi pior depois do encerramento das atividades da Siderúrgica?